

Universidade Federal de São Paulo
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

DANIEL LAGE

**A TEORIA DO REALINHAMENTO ELEITORAL NO BRASIL:
APROPRIAÇÕES E HIPÓTESES**

São Paulo
2016

Universidade Federal de São Paulo
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

**A TEORIA DO REALINHAMENTO ELEITORAL NO BRASIL:
APROPRIAÇÕES E HIPÓTESES**

DANIEL LAGE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Sérgio Carvalho Rocha.

São Paulo
2016

Nome: Lage, Daniel .

Título: Teoria do Realinhamento Eleitoral no Brasil: apropriações e hipóteses

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.:
Instituição:
Julgamento:
Assinatura:

Prof. Dr.:
Instituição:
Julgamento:
Assinatura

Prof. Dr.:
Instituição:
Julgamento:
Assinatura

Agradecimentos

À Débora Vendrúscolo, mãe, que, quando eu pequeno, me envolveu na sua pesquisa em enfermagem e me mostrou a possibilidade de conhecer pelo estudo. Ainda criança, enquanto eu corria, com os irmãos, nos arredores da biblioteca da Faculdade de Enfermagem em Ribeirão Preto, ela se dedicava aos livros. Pois um dia eu quis imitá-la.

À Vladimir Lage, pai, que, quando eu pequeno, montou no fundo do quintal uma estante especial para eu guardar nos frascos de vidro usados os insetos e pequenos animais – mergulhados em álcool colorido por papel crepom – e que compunham o laboratório infantil. Pois de tanto brincar de cientista, acabei por sê-lo, ainda que de objetos menos palpáveis.

À Benedita Glória, vó, por estar na minha memória como quem me deu o primeiro livro em mãos como um presente – de aniversário, ou dia das crianças, ou seja lá qual razão extraordinária para um presente que se tornou ordinário. Na época, um livro grande, sem nenhuma figura, era algo assustador e impossível: como isso poderia ser um presente? Tive de ler para descobrir.

À Daniel Vendrúscolo, tio e matemático, que teve a paciência, rara nos adultos, de ficar horas conversando com uma criança inquieta sobre o fato absurdo dos números serem infinitos. E o que diria do universo e da política? Tal conversa nunca terminou.

À Iara Lage, irmã, que pôs na sua vida a arte no seu próprio jeito de ser e não apenas nos objetos que produz. Camarada de profissão, professora.

À Ivan Lage, irmão, que pôs a escolha individual no centro das possibilidades impossíveis. *In memoriam*.

À todos os parentes que apoiaram, cada qual à sua maneira, os estudos e a carreira acadêmica.

Aos professores do colegial, Zezé, Fátima e Sergio Adas, que, numa época em que estudar é arbítrio de vida e morte no mercado de trabalho, insistiam em mostrar que o conhecimento é algo humanizador e não (só) trabalho alienado.

À Marcelo Silva Souza, amigo para além do texto e interlocutor de diversas (des)ordens da vida. Especialmente, foi quem me despertou o interesse pelo texto de André Singer (2009) sobre a teoria do realinhamento, e as análises sobre o PT, me animando desde então a voltar para a academia. Amigo sem o qual não chegaria até aqui.

À Renato Borghi, amigo de infância, que, mesmo distante geograficamente, manteve-se tão próximo, não apenas por ter me ensinado música, outra forma de conhecer a vida, mas, sobretudo, por ler e comentar com atenção este trabalho.

À José Virgínio, amigo poeta, interiorano, que, como eu, veio se aventurar nas terras de Andrade, selva de concreto e aço. Nossa vida assim compartilhada faz bem.

À Mario Salles e Maximiliano Mac Mens, pelo companheirismo nos tempos que moramos juntos, primeiros anos em São Paulo. Nos valeu amizade longa. Hoje ambos professores de universidades públicas, mais que amigos de profissão.

Aos camaradas da vida política e militância, que dão força para a pesquisa séria e consequente. Na sociedade cindida em que vivemos, tomar um lado é inevitável, estar ciente dele é fruto da relação que tenho com esses camaradas.

Aos companheiros do Fórum de Monitores 13 de Maio, comunidade de linguagem na qual me formei para a luta teórica. Em especial, Luiz Carlos Scapi, mestre.

Aos colegas de trabalho do Dieese, pelo apoio técnico em todas as horas que precisei e pela compreensão com os momentos de maior necessidade de produção. Especialmente, Marcelo Pires, Vilma Batista, Elina Elias, pelo acolhimento na biblioteca. À Leto Almeida e Diego Liberal, pela compreensão nos momentos de intensa produção. À toda equipe da Escola Dieese de Ciências do Trabalho pelo estímulo e companheirismo.

À Fernanda Ticianelli, pelas conversas, cafés e ajuda com os termos em inglês.

À Celi Audi, amiga, interlocutora rigorosa de todos assuntos importantes, cuja compreensão e apoio atravessa as metamorfoses da vida.

À Diego Correa, pela generosidade de passar seu conhecimento sobre bancos de dados eleitorais e georreferenciamento. Generosidade admirável no competitivo ambiente acadêmico.

Aos trabalhadores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em especial, Rafael Ferreira e Daniela Gonçalves, pela atenção e auxílio.

Ao Centro de Estudos de Opinião Pública por cederem os dados primários do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. Igualmente, ao Consórcio de Informações Sociais do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, por disponibilizarem os dados do Estudo Eleitoral Brasileiro nos anos de 2002, 2006 e 2010.

Ao meu orientador, o professor Antônio Sérgio Carvalho Rocha, pela disposição de acolher um *outsider* da ciência política. Suas indicações e sugestões para fechar todos flancos e dar unidade e coerência à forma e conteúdo desse trabalho foram fundamentais.

Aos camaradas Lucas Vieira e Sandra Cruz, colegas de pesquisa, que comentaram meus primeiros passos neste trabalho de mestrado.

À Edileuza Almeida, companheira, cúmplice em tudo, que na vida intelectual nunca abriu mão do rigor, das leituras atentas e comentários precisos. O apoio, estímulo e interlocução em todo esse tempo são imensuráveis para as formalidades de um agradecimento. Lado a lado, somos mais que dois.

Esse trabalho teve apoio financeiro da CAPES.

*“Já não distinguirei na voz do vento
(Trabalhadores, uni-vos...) a mensagem
que ensinava a esperar, a combater,
a calar, desprezar e ter amor.*

*Há mais de vinte anos caminhávamos
sem nos vermos, de longe, disfarçados
mas a um grito, no escuro, respondia
outro grito, outro homem, outra certeza.*

*Muitas vezes julgamos ver a aurora
e sua rosa de fogo à nossa frente
Era apenas, na noite, uma fogueira.
Voltava a noite, mais noite, mais completa.” (C. D. A.)*

*“Se nesta hora o inimigo te procura,
recusa o jantar que te oferece.
Recusa a paz,
a vida que te oferece.
O jantar te daria um assento à mesa da noite.
Esta paz é a tua escravidão.
E se agora o inimigo te propõe a vida,
é chegada a hora de tua morte.” (Pedro Tierra)*

RESUMO

O presente trabalho debruça-se sobre a teoria do realinhamento eleitoral tomando-a como uma lente potente para análise dos processos democráticos no longo prazo. No início do trabalho, faz-se uma pesquisa das origens e desenvolvimentos de tal teoria nos Estados Unidos e em seguida, a forma como ela foi utilizada no Brasil, revisando e levantando as exigências de aclimação da teoria à realidade brasileira. A partir da crítica à ideia de que ocorreu um realinhamento eleitoral na eleição presidencial de 2006, é levantada a hipótese de alinhamento eleitoral como momento de consolidação da relação entre partido e base social na jovem democracia brasileira – anterior à possibilidade do realinhamento. Com essa hipótese em mente, busca-se encontrar um esquema interpretativo para o período de 2002 a 2014. A noção de interação estratégica entre a escolha dos eleitores e as escolhas dos partidos nas disputas eleitorais é colocada no centro do esquema. Assim, a hipótese do alinhamento soma-se com a experiência de conciliação de interesses de classe realizada nos governos petistas, caracterizando uma experiência particular de socialdemocracia.

Palavras-chave: Realinhamento eleitoral. Eleições. Partido dos trabalhadores. Democracia. Socialdemocracia.

ABSTRACT

This work focuses on the theory of electoral realignment comprehending it as powerful lens for analysis of democratic processes in the long term. The present work starts with a study of the origins and development of such theory in the United States, followed by the analysis of its use in Brazil, reviewing and mapping the adaptation demands of the theory to the Brazilian reality. Instead of the idea of an electoral realignment in the 2006 presidential election, it is hypothesized an electoral alignment as a important consolidation moment of the relation between party and social base in the young Brazilian democracy - which should be considered before the possibility of realignment itself. Therefrom, this study try to find a long-term interpretive scheme for the period 2002 to 2014. The notion of strategic interaction between the voter's choice and the choice of the parties in elections take place in the center of the analytical model. Thus, the hypothesis of alignment sum up with the class reconciliation experience held in PT governments, characterizing a particular experience of social democracy.

Keywords: Electoral realignment. Elections. Workers party. Democracy. Social democracy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 3.1 – Territórios Eleitorais do PT	54
Figura 3.2 – Cobertura do Programa Bolsa Família 2002 – 2006	57
Figura 3.3 – Mapas eleitorais de 2002 e 2006	62
Figura 3.4 – Mapas eleitorais de 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 – Evolução do número de filiados de 12/2002 a 7/2015	60
Gráfico 4.1 – Exemplo de distribuição normal do eleitorado	80
Gráfico 5.1 – Evolução dos Alternantes na Região Sudeste	93
Gráfico 5.2 – Evolução dos Alternantes na Região Nordeste	94
Gráfico 5.3 - Distribuição dos Eleitores no espectro esquerda, centro e direita	98
Gráfico 5.4 – Pleito 2002	99
Gráfico 5.5 – Pleito 2006	100
Gráfico 5.6 – Pleito 2010	101
Gráfico 5.7 – Pleito 2014	102
Gráfico 6.1 – Resultados Eleitorais 1989 a 1998	111
Gráfico 6.2 – Resultados Eleitorais 2002 a 2014	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Cronologia da produção da teoria do realinhamento nos Estados Unidos	24
Quadro 2. Eleições Críticas apontadas por Burnham	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 – Comparação de dados de filiação do PT 2002 – 2015	59
Tabela 5.1 – Distribuição do Eleitorado por tipo de voto no ano anterior	90
Tabela 5.2 – Distribuição do Eleitorado por tipo de voto no ano anterior e por partido	91
Tabela 5.3 – Distribuição do Eleitorado por tipo de voto no ano anterior e por partido	92
Tabela 5.4 – Distribuição dos Alternantes por escolaridade	95

LISTA DE SIGLAS

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DEM Democratas

ESEB Estudo Eleitoral Brasileiro

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PBF Programa Bolsa Família

PCdoB Partido Comunista do Brasileiro

PDT Partido Democrático Trabalhista

PFL Partido da Frente Liberal

PL Partido Liberal

PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN Partido da Mobilização Nacional

PP Partido Progressista

PPS Partido Popular Socialista

PR Partido da República

PRB Partido Republicano Brasileiro

PROS Partido Republicano da Ordem Social

PSB Partido Socialista Brasileiro

PSC Partido Social Cristão

PSD Partido Social Democrático

PSDB Partido da Social Democracia Brasileira

PT Partido dos Trabalhadores

PTC Partido Trabalhista Cristão

PTN Partido Trabalhista Nacional

PV Partido Verde

TSE Tribunal Superior Eleitoral

Sumário

INTRODUÇÃO	17
1. A TEORIA DO REALINHAMENTO ELEITORAL: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO	23
1.1 Precursores	25
1.2 Origens e Consolidação	25
1.3 Crítica e Revisões	28
1.3.1 Desalinhamento	29
1.3.2 Empirismo	29
1.4 Retomada e Produção Recente	30
Considerações sobre o capítulo 1	31
2. O REALINHAMENTO FORA DO LUGAR	34
2.1 Realinhamento Eleitoral na República de 1945-1964	34
2.2 Realinhamento Eleitoral e Lulismo	36
2.3 Realinhamento Eleitoral x não-alinhamento	41
Considerações sobre o capítulo 2	42
3. AS PREMISSAS INSTITUCIONAIS E AS (IM)POSSIBILIDADES DA APLICAÇÃO DA TEORIA DO REALINHAMENTO ELEITORAL NO BRASIL	44
3.1 A premissa temporal	44
3.2 A premissa do bipartidarismo	45
3.2.1 A Lei de Duverger não nos faltou	46
3.2.2 Um (aparente) paradoxo do sistema partidário brasileiro	47
3.3 A premissa das clivagens do eleitorado	48
3.3.1 Identificação e ideologia partidária	49
3.3.2 Lulismo e petismo	51
3.3.3 O Programa Bolsa família e o voto para Presidente da República	55
3.3.4 A competição eleitoral	61
Considerações sobre o capítulo 3	66
4. DUAS ABORDAGENS, UMA TEORIA	75
4.1 A ‘teoria econômica da democracia’ de Downs e seus desdobramentos	77
4.2 A criação de preferências e ideologia	79
4.3 Os limites da teoria econômica da democracia	81

4.4 Vantagens do marxismo analítico	83
Considerações sobre o capítulo 4	86
5. UMA HIPÓTESE ALTERNATIVA: O ALINHAMENTO ELEITORAL	87
5.1 Standpatters (eleitores alinhados), switchers (eleitores <i>alternantes</i>), new voters (novos eleitores)	87
5.2 Ideologia e voto	96
Considerações sobre o capítulo 5	103
6. REFLEXÕES SOBRE A OUTRA PARTE COMPONENTE DO JOGO DEMOCRÁTICO: O PT E SUAS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS	104
6.1 A socialdemocracia como fenômeno histórico	105
6.2 A decisão de participar	105
6.3 A promessa das eleições e o novo leque de alianças	110
6.4 O programa econômico da socialdemocracia e suas contradições	112
6.5 Os limites da socialdemocracia	113
Considerações sobre o capítulo 6	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	124

INTRODUÇÃO

Como distinguir o que é velho e o que é novo naquilo que se apresenta na cena política? Será que aquilo que se apresenta como novidade não é velho? E aquilo que aparece como velho, não seria justamente a novidade do fenômeno? Para nós, que pretendemos olhar para a periferia do capitalismo, a questão se amplifica e ganha enorme relevância. Na esteira do que diz Schwarz (1987, p. 29), na periferia do sistema capitalista “fazemos constantemente a experiência do caráter postiço, inautêntico, imitado da vida cultural que levamos”. As próprias categorias que nos localizam na ordem mundial carregam esse problema diretamente no nome: subdesenvolvido, Terceiro Mundo, país emergente, ou o termo corrente “em desenvolvimento”. Se seguissemos ao pé da letra o conteúdo de dicionário dessas classificações, estaríamos sempre fadados a vivenciar uma experiência de segundo escalão, correndo atrás da ponta mais desenvolvida da história, sem chance de alçar o próprio voo; estaríamos condenados realizar a cópia e a repetição (sempre em menor grau de importância) das experiências de quem vai na frente. Posto que essa questão percorre nossa origem de país colonizado até o balanço de nossa jovem democracia, a equação não tem solução fácil.

O presente trabalho se encaixa justamente em uma dessas tensões: quanto uma teoria cunhada em terreno estrangeiro e de tradição democrática pode servir para entendermos nossa própria realidade e as transformações que operam em nossa política? Quais ajustes, dimensionamentos e adaptações precisariam ser feitos nessas teorias? Quais são as prerrogativas institucionais que impedem ou permitem a aplicação desse aparato conceitual?

Ainda seguindo os passos de Schwarz (1987), para enfrentar essas questões, é preciso tomar cuidado com dois erros fatais de análise. O primeiro consiste em negar absolutamente a existência do problema e afirmar nossa experiência como invariavelmente autêntica e original, exceto quando contaminada pela visão de fora. Esse procedimento ignora a dinâmica econômica mundial e, em vez de apreender o que nos é específico no interior do sistema capitalista mundial, apenas requalifica nossas particularidades como pontos positivos de identidade (a escravidão, a pobreza extrema, o personalismo, por exemplo, seriam cores de nossa nacionalidade). O segundo erro é caracterizado por maneiras diferentes de conceber a história em etapas fixas, à esquerda ou à direita, cujo desenvolvimento geral para qualquer tipo de sociedade é sempre linear e positivo. Nesse caso, o problema é resolvido com o tempo e esforço para sair da parte de trás da fila e chegar à primeira posição – somos hoje o que outros foram no passado; temos apenas de acelerar a história e aplicar as medidas que levam ao progresso. Tal tipo de pensamento linear tende, em boa medida, a mitificar o

progresso e ver o paraíso no mundo desenvolvido, ignorando as contradições e identidades que há entre um e outro. Desde algum tempo, sabemos que a forma social que leva ao crescimento das economias centrais está combinada com uma forma social específica nas periferias – o progresso está garantido para ambos os lados, mas não em linha reta, este será desigual e combinado, ou melhor, será truncado. E, seja qual for sua combinação, a exploração do trabalho, o domínio burguês e a luta de classes são os limites comuns do estreito trilho desenvolvimentista.

Apresentada a questão, o problema se recoloca de forma mais pragmática: como captar a particularidade de nosso processo histórico sem isolá-lo do mundo ou encaixá-lo em formas acabadas? Ora, o que nos diz Schwarz é que, sem ignorar nosso sentimento de atraso, devemos buscar no próprio objeto e suas contradições os elementos que o torna contemporâneo. Em outras palavras, buscar no pretense “anacronismo” uma figura da atualidade e de seu andamento promissor, grotesco ou catastrófico (idem, p. 48).

O presente trabalho, por um lado, debruça-se sobre a teoria do realinhamento eleitoral como uma lente potente para olhar a realidade política brasileira e, por outro, tentar encontrar um esquema interpretativo para os recentes acontecimentos no Brasil, apontando hipóteses e interpretações alternativas dentro do debate. Para implementar tal empreitada, foram elaborados seis capítulos.

No primeiro capítulo, tratamos das origens e desenvolvimentos da teoria do realinhamento eleitoral. De longa tradição, sobretudo em terreno estadunidense, o registro do termo *realinhamento eleitoral* pode ser datado em estudos anteriores à Segunda Guerra Mundial. Não obstante, é no seminal artigo “The Theory of Critical Elections”, de V. O. Key Jr., publicado em 1955, que a teoria do realinhamento adquire *status* teórico, se cristaliza e se populariza (MAYHEW, 2003, p. 7). A força explicativa do realinhamento eleitoral apresentado por Key é amplamente reconhecida e abre um novo campo. Sem desconsiderar as diferentes ênfases na definição de realinhamento eleitoral que se pode encontrar hoje, é possível dizer que a ideia básica que guia a teoria diz que, em regimes democráticos, de tempos em tempos, ocorrem eleições que dão uma “golfada de ar fresco à política nacional” (BERG, 2003). Nessas eleições, especialmente, há um incomum interesse no pleito, um envolvimento maior do eleitorado e, sobretudo, o resultado da eleição revela uma alteração nas relações anteriores entre partes do eleitorado e os partidos em disputa (KEY, 1955, p. 4). O realinhamento eleitoral, enquanto um fenômeno, aparece justamente nesse resultado, pois é quando se verifica que uma parte do eleitorado até então vinculado a dado partido não votou como era

esperado e alocou seus votos a um outro partido. O estudo desse fenômeno e a construção de um arcabouço que o explique ao longo do tempo é a Teoria do Realinhamento Eleitoral. No primeiro capítulo, portanto, faremos um balanço geral do desenvolvimento dessa teoria no Estados Unidos – do seu início até os dias de hoje.

No segundo capítulo, analisaremos sua utilização no Brasil. Na produção acadêmica brasileira, é possível encontrar a teoria do realinhamento eleitoral em pelo menos duas elaborações relevantes. A primeira delas ocorreu no canônico estudo de Souza (1976), *Estado e Partidos Políticos no Brasil*¹, ao tratar do sistema partidário de 1930 até 1964. A segunda, no recente estudo de Singer (2012), no qual a teoria aparece não de forma secundária mas dentro do argumento principal, ao tratar do período dos dois mandatos do Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. Considerando a relevância dessas produções para o debate nacional, é possível notar que a presença dessa teoria ao longo do tempo indica certa importância para a ciência política brasileira e traz questões acerca de sua apropriação. Eis, então, o problema ou a pergunta que guia o início do presente trabalho: quanto a teoria do realinhamento eleitoral estadunidense pode contribuir para a compreensão da realidade política brasileira pós-Constituição Federação de 1988?

No terceiro capítulo, para responder a tal questão, o caminho tomado foi o de fazer uma análise comparativa que levante as premissas institucionais necessárias para a operação do realinhamento eleitoral entre EUA e o Brasil. São elas:

a) O problema temporal. Estamos para completar 30 anos de governo democrático, sem interrupção, em todos os níveis; período suficiente para analisar movimentos próprios da dinâmica dos partidos e de clivagens sociais – relação temporal importante para esse tipo de análise. No entanto, esse período ainda parece ser pequeno para caracterizar os realinhamentos;

b) O problema do bipartidarismo. Uma das principais premissas institucionais para o realinhamento nos EUA é o bipartidarismo. No Brasil, pelo contrário, a regra tem sido o funcionamento de um sistema pluripartidário. Não obstante, é preciso levar em conta que em relação às eleições presidenciais, a maior parte desse período é marcado pela polarização do quadro partidário entre dois principais partidos, o Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (LIMONGI; CORTEZ, 2010; HUNTER; POWER, 2007).

c) O problema das clivagens sociais e o eleitorado. Tanto nos EUA quanto no Brasil, a produção sobre o assunto é intensa. Em terreno nacional, destacamos as que passam tanto por

¹ Principalmente no capítulo VI, “O mecanismo em marcha”.

pesquisas de cunho estritamente econômico e estatístico (NÉRI, 2008; POCHMAN, 2012) quanto pela produção no campo da ciência política e da sociologia (HOLZHACKER; BALBACHEVSKY, 2007; QUADROS, 2008; SOUZA, 2010; LAMOUNIER, 2010; BRAGA, 2012). Apesar da produção intensa, ainda é um desafio vincular os partidos, de forma direta, às clivagens levantadas no debate (batalhadores, precariado, subproletariado, nova classe trabalhadora). Por isso, tomaremos duas vias. A primeira é, em um primeiro momento da pesquisa, a utilização de dados georreferenciados, por município, das eleições presidenciais de 1994 a 2014, seguida da análise da relação entre o perfil regional do eleitorado e os partidos. A segunda é fazer um levantamento bibliográfico do debate da relação entre clivagens e partidos da última década e levantar as possibilidades de verificação estatística dessas relações.

Considerando esses obstáculos, e nos apropriando da produção de Nardulli (1994, 1995, 2011), defendemos que a teoria do realinhamento eleitoral fornece ferramentas eficientes para a análise de padrões e alteração de padrões eleitorais: seu principal desafio é identificar quais são as *eleições críticas* – isto é, a eleição “divisora de águas” entre distintos padrões de relação entre partido e eleitor. Essa teoria pressupõe, então, pelo menos três momentos: o momento do *padrão antigo*, o momento do *realinhamento* e o momento do *novo padrão*.

Assim, argumentamos que, dado o lapso temporal relativamente diminuto da recente democracia, ainda é prematuro falar em realinhamento, sobretudo nos termos que Singer (2012) levanta. Para ele, o padrão eleitoral antigo é o de votantes pobres votarem na direita e o padrão eleitoral novo, votantes pobres votarem no PT. No entanto, o primeiro padrão não se verifica em dados regionalizados – sobretudo, quando georreferenciados por município. Tampouco a relação entre os partidos e as bases eleitorais parece sofrer grandes deslocamentos em 2006 – principalmente quando olhamos os eleitores que mudaram seu voto de um partido para o outro.

Colocada essa linha argumentativa, o presente trabalho defende que, antes do pleito de 2006, não haveria algo que pudéssemos chamar de “padrão” de votação nas eleições presidenciais, pois ainda é um momento de consolidação da relação partidos políticos e clivagens sociais. E é momento também da própria consolidação da democracia brasileira. Por outro lado, levantamos a hipótese de que, em vez de realinhamento, há de fato um **alinhamento** iniciado em 2002, quando ocorre uma eleição crítica, que estabelece pela primeira vez um padrão verificável, somente no que diz respeito as eleições presidenciais envolvendo o PT e PSDB.

A partir do que denominaremos Hipótese de Alinhamento, faremos, no quarto capítulo, uma reflexão teórica sobre algumas abordagens que poderiam ser úteis para defender a hipótese alternativa e analisar a realidade brasileira construindo um esquema interpretativo de longo prazo. Para tal, realizamos um breve balanço teórico sobre a assim chamada “teoria econômica da

democracia”, apontando seus limites. Daí partimos para o uso do chamado marxismo analítico como uma ferramenta eficiente de análise da dinâmica moderna da democracia. O ponto central do capítulo é achar uma ferramenta teórica que não desconsidere a escolha do eleitor como mola mestra da dinâmica democrática mas, ao mesmo tempo, a relacione às estratégias adotadas pelos partidos. Isto é, utilizando a economia de mercado como metáfora, que consiga dar conta, ao mesmo tempo, da “oferta” e da “demanda” no jogo democrático.

Com essa abordagem em mente, elaboramos os dois últimos capítulos do trabalho. No quinto capítulo, empreendemos uma investigação sob a ótica do eleitorado, a partir de pesquisas de opinião e seguindo os modelos desenvolvidos por V. O. Key. Nessa parte, pretendemos defender novamente, agora através de dados elaborados nessas pesquisas: a hipótese do alinhamento. Aventamos, a partir dos dados, os seguintes pontos:

- o ano de 2002 foi o ano de maior polarização e mudança de posição do eleitorado brasileiro – é nesse ano que grande parte dos eleitores que no pleito anterior votaram no PSDB mudam seu voto para o PT;
- o pleito de 2006 é marcado por uma dispersão ideológica, ao mesmo tempo que é o ano com maior porcentagem de alinhados, isto é, eleitores que não alteraram o partido que votaram no pleito anterior;
- os pleitos de 2010 e 2014 são marcados por um avanço mais consistente do PSDB sobre os eleitores do PT, sobretudo no sudeste, ao mesmo tempo que ocorre uma crescente guinada ideológica à direita;
- por fim, considerando o conjunto de dados sobre os quatro pleitos analisados, podemos aventar que desde 2002, e de forma ininterrupta, o PSDB se alinha com eleitores mais escolarizado e com mais intensidade no Sudeste, enquanto o PT se alinha com eleitores menos escolarizados, concentrando-se no Nordeste. Nossa hipótese é que nesse descritor estão os vetores do alinhamento eleitoral.

No sexto capítulo, buscamos construir uma narrativa que possa dar conta das experiências políticas no âmbito das escolhas partidárias. Defendemos que a narrativa da experiência estratégica do PT guarda relações estreitas com as experiências da socialdemocracia, o que nos permite erguer um esquema interpretativo que dê significado histórico para o fenômeno do alinhamento eleitoral

identificado nos capítulos precedentes. E que possa descerrar a possibilidade de um esquema interpretativo de longo prazo.

Nos limites deste trabalho, ainda faltam muitos elementos – sobretudo no que concerne às estratégias partidárias – para conseguir avançar rumo a um esquema interpretativo completo. Ainda é uma tarefa da literatura desvendar a interação estratégica de outros partidos, para além do PT, com suas bases partidárias e o modo como se comportaram durante esse último período. Não obstante, esperamos ter cumprido com o objetivo de rever hipóteses e propor alternativas as que já estavam levantadas a partir da teoria do realinhamento eleitoral. Reservamos para as considerações finais uma síntese da chave interpretativa que levantamos e algumas possibilidades em aberto para futuras pesquisas.

.1.

A TEORIA DO REALINHAMENTO ELEITORAL: ORIGEM E
DESENVOLVIMENTO

Uma teoria, quando posta à prova pela realidade, é algo vivo – isto é, está submetida a críticas, revisões, divergências e profundas transformações. A teoria sobre a qual ora nos debruçamos não é diferente: cunhada para explicar fenômenos políticos em determinado contexto histórico, ela passou pelo crivo de diversos cientistas políticos e tem um percurso marcado por afirmações, refutações, sínteses, novas afirmações etc. Compreender esses momentos e movimentos do desenvolvimento dessa teoria é a tarefa que nos colocamos neste capítulo. Para tal, uma escolha foi feita: restringimo-nos ao universo das produções estadunidenses sobre o tema. Essa escolha se justifica pelo fato de que é nos Estados Unidos que a teoria surge e ganha relevo, compondo o cânone da ciência política do país. Nesse aspecto, não encontramos outro lugar cuja produção que se utiliza dessa teoria tenha se convertido em tradição para a ciência política. Além disso, e como consequência da afirmação anterior, mesmo quando utilizada para explicar processos políticos em outros países, a referência é a produção estadunidense. Todavia, como dito, a teoria está viva e continua a atravessar fronteiras e servir como ferramenta de entendimento da realidade.

Em artigo que compõe um livro específico sobre os problemas e vantagens da teoria do realinhamento eleitoral para a ciência política norte-americana¹, Harold F. Bass apresenta um “mapa bibliográfico” para os que querem se aventurar na teoria do realinhamento e o divide em três fases: fundação, aplicação e controvérsias. Já naquele momento, mais de duas décadas atrás, a bibliografia era ampla e somava mais de seiscentas publicações, com um leque de aproximadamente uma centena de autores, todos tratando do realinhamento eleitoral nos Estados Unidos. Contudo, a seleção de Harold é um mapa muito amplo, pois seleciona obras nas quais o tema do realinhamento é tratado de forma transversal, e mesmo quando sequer é diretamente citado. Essa seleção gigantesca foi nosso ponto de partida para escolher as obras que tratam do tema diretamente e sobretudo as que o abordam do ponto de vista conceitual.

As leituras que fizemos das produções estadunidenses que tratam da teoria do realinhamento eleitoral nos levaram a uma divisão em quatro fases de desenvolvimento. Na primeira fase, assinalamos os precursores da teoria – aqueles autores e debates que não tratam da teoria do realinhamento eleitoral mas que foram fundamentais para sua formação. A segunda fase é sua origem e consolidação dentro do cânone da ciência política norte-americana. A terceira fase é de

¹ O livro chama-se *The End of Realignment?* e foi publicado em 1991.

crítica e revisão da teoria, chegando, em alguns casos, à sua refutação completa. E, por fim, uma quarta fase de reelaboração e ressurgimento da teoria como central para a ciência política nos Estados Unidos. Essa última fase está em pleno curso. No quadro abaixo, elaboramos uma cronologia das obras que selecionamos, também assinalando as fases correspondentes.

Quadro 1. Cronologia da produção da teoria do realinhamento* nos Estados Unidos			
Fase	Autor	Título da obra	Ano
Precusores	Arthur N. Holcombe	<i>The Political Parties of To-Day: a study in republican and Democratic Politics</i>	1925
	Arthur N. Holcombe	<i>The New Party Politics</i>	1933
	Cortez A. M. Ewing	<i>Presidential Elections: From Abraham Lincoln to Franklin D. Roosevelt</i>	1940
Origens e consolidação	V. O. Key, Jr.	<i>A Theory of Critical elections</i>	1955
	V. O. Key, Jr.	<i>Secular Realignment and the Party System</i>	1959
	Walter Dean Burnham	<i>Critical Election and the Mainsprings of American Politics</i>	1970
	James L. Sundquist	<i>Dynamics of the Party System: Alignment and Realignment of Political Parties in the United States</i>	1973
	Paul Allen Beck	<i>A Socialization Theory of Partisan Realignment</i>	1974
Crítica e revisão	Russel J. Dalton Flanagan e Paul Allen Beck	<i>Electoral Changes in Advanced Industrial Democracies: Realignment or Dealignment?</i>	1984
	Byron E. Shafer	<i>The end of Realignment? Interpreting American Electoral Eras</i>	1991
	David R. Mayhew	<i>Electoral Realignments – A critique of an American Genre</i>	2002
Retomada e produção recente	Peter F. Nardulli	<i>A Normal Vote Approach to Electoral Change: Presidential Elections, 1828-1984</i>	1994
	Peter F. Nardulli	<i>The Concept of a Critical Realignment, Electoral Behavior, and Political Change</i>	1995
	John C. Berg	<i>Marxism and the Study of U.S. Political Institutions</i>	2000

John C. Berg	<i>The Debate over Realigning Elections: Where Do We Stand Now?</i>	2003
Theodor Rosenof	<i>Realignment: the theory that changed the way we think about American politics</i>	2003
Arthur Paulson	<i>Electoral Realignment and the Outlook for American Democracy</i>	2007
David Darmofal e Peter F. Nardulli	<i>The Dynamics of Critical Realignments: An Analysis Across Time and Space</i>	2010

* Elaboração Própria

1.1 Os Precusores

Em *paper* lançado em 1998, Harvey Schantz aponta que a ideia da ocorrência de um realinhamento eleitoral já era encontrada em estudos anteriores à Segunda Guerra Mundial – e está relacionada com tentativas de explicar mudanças políticas profundas. Os autores que identificamos aqui como os precusores da teoria, Arthur N. Holcombe e Cartez A. M. Ewing, estavam preocupados com a relação entre partido e base social, bem como as alterações dessa relação na década de 1930. As perguntas que na época, assim como hoje, obtinham diferentes respostas eram: a relação entre partido e base social estaria determinada por diferenças geográficas? Ou essa relação teria a ver com classe social? Tais questões estavam colocadas diretamente para as mudanças eleitorais ocorridas na era do *New Deal* – período em que houve uma mudança drástica entre o eleitorado do Partido Republicano e do Partido Democrático, em que suas bases eleitorais praticamente se inverteram.

Tais autores caminharam justamente para a verificação da mudança dessas relações entre as bases eleitorais e os partidos. No entanto, eles se concentraram em alguns pleitos, sem avançar para períodos mais longos. A identificação desses autores como precusores da teoria do realinhamento eleitoral se dá por eles terem, pela primeira vez, se colocado a pergunta sobre a relação entre partidos e eleitores no longo prazo. No entanto, como ocorre comumente no desenvolvimento de teorias, quem vai conseguir responder a essa questão de forma mais consistente serão outros autores.

1.2 Origens e consolidação

Diante do mesmo problema, é no artigo *The Theory of Critical Elections*, publicado em 1955,

que V. O. Key Jr. elabora uma resposta forte: o que ocorreu no período do *New Deal* foi um realinhamento eleitoral – e esse é um fenômeno histórico que se repetiria ao longo da história política dos Estados Unidos. A partir daí, o realinhamento adquire *status* teórico, se cristaliza e se populariza (MAYHEW, 2003, p. 7).

A ideia básica que guia a teoria elaborada por Key diz que, nos regimes democráticos, de tempos em tempos, ocorrem *eleições críticas*, que dão uma “golfada de ar fresco” na política do país (BERG, 2003). Nessas eleições, especialmente, há um incomum interesse no pleito, um envolvimento maior do eleitorado e, sobretudo, o resultado da eleição revela uma alteração nas relações anteriores entre partes do eleitorado e os partidos em disputa (KEY, 1955, p. 4). O realinhamento eleitoral, enquanto acontecimento, aparece justamente nesse resultado, pois é quando se verifica que parte do eleitorado vinculado a dado partido não votou como esperado e se realinhou com outro partido. A novidade colocada por Key foi alçar esse fenômeno a objeto de sua pesquisa e construir um arcabouço conceitual para explicar sua ocorrência ao longo do tempo. Isto é, ele elaborou uma teoria do realinhamento eleitoral.

Por conta de seu ponto de partida, qual seja, a relação entre blocos do eleitorado e partidos, a teoria está localizada na fronteira entre dois grandes temas da ciência política: o estudo do comportamento eleitoral – por trabalhar com diferentes clivagens do eleitorado – e dos sistemas políticos partidários. Nas palavras de Key (idem, p. 17), a teoria do realinhamento “[...] could provide a means for better integrating the study of electoral behavior with the analysis of political systems”. Sobretudo nos Estados Unidos, a ocorrência do realinhamento eleitoral está identificada justamente nos pontos divisores de água dos diferentes sistemas partidários da história política norte-americana².

A novidade teórica é que, para tratar das transformações eleitorais, adota-se o ponto de vista do desenvolvimento histórico dos pleitos democráticos, ou melhor, tenciona-se apreender o comportamento dos sistemas políticos e partidários em sua dimensão temporal – a longa duração é a questão central. Assim, supõe-se a existência de um padrão de comportamento eleitoral e busca-se encontrar justamente os pontos de transformação dele. Por sua vez, essa transformação deve expressar-se, evidentemente, numa eleição. O profundo interesse dos eleitores pelo pleito, assim como o alto índice de participação eleitoral, são fatores imediatos que caracterizam o fenômeno. Não obstante, a determinação da alteração dos padrões de desenvolvimento do sistema político eleitoral está, sobretudo, na alteração das relações anteriores entre partes do eleitorado e os partidos concorrentes. Essa alteração de relações, menos imediata e mais difícil de ser apreendida, é justamente a alavanca das transformações profundas do quadro político no que diz respeito tanto à

² Essas divisões estão elaboradas em Burnham (1970; 1986).

agenda política quanto ao sistema partidário, e caracterizam o realinhamento: “[...] central to our concept of critical elections is a realignment within the electorate both sharp and durable” (idem, p. 11). A força explicativa da teoria do realinhamento eleitoral iniciada por Key está justamente nesse último aspecto, qual seja, a dimensão temporal da relação entre clivagens do eleitorado e os partidos concorrentes.

A taxonomia básica sobre o fenômeno do realinhamento, posteriormente desenvolvida por uma série de outros autores, utiliza-se do critério temporal para distinguir dois tipos: o *realinhamento crítico* e o *realinhamento secular*. O primeiro tipo ocorre quando a mudança ocorre de forma abrupta, e é marcado por uma eleição-chave. O segundo tipo ocorre de maneira lenta e gradual, e tem por pressuposto um processo de longo prazo. Nas palavras de Key:

The party process is thrown into a different interpretative framework if one supposes the existence of processes of long-term, or secular, shifts in party attachment among the voters. [...] The slow rate at which that process may occur suggests the potency of the frictions to change build into the electorate by its attachment to old symbols, old leaders, old parties. Only events with widespread and powerful impacts or issues touching deep emotions produce abrupt changes. On the other hand, other processes operate inexorably, and almost imperceptibly, elections after election, to form new party alignment and build new party groupings (KEY, 1959, p. 198).

A partir de seu surgimento, a teoria ganhou espaço e se tornou uma das principais ferramentas analíticas do processo político estadunidense. Burnham (1970), especialmente, fará uma ampla pesquisa para identificar os realinhamentos eleitorais ao longo da história do país. Do ponto de vista conceitual, Burnham salienta os seguintes pontos para definir realinhamento: a) é marcado por uma rápida e profunda reorganização das bases de coalizão entre a massa do eleitorado e os principais partidos; b) ocorre em intervalos periódicos em nível nacional; c) é precedido por avanços de *terceiras forças*, revelando uma incapacidade das “políticas usuais” de integrar a demanda emergente; d) está associado a um *stress* no sistema socioeconômico; e) é marcado por uma polarização ideológica, criando uma distância fora do padrão entre os principais partidos; f) tem consequências duráveis, como atos constituintes que delineiam os limites externos da política em geral, não necessariamente entrando em seus detalhes³.

O avanço da definição de Burnham, complementando os estudos de Key, está em precisar o conceito e construir indicadores que apontem para a ocorrência de realinhamentos. Além disso, ele também avança em relacionar o realinhamento aos contextos históricos mais amplos, buscando os períodos críticos tanto da esfera econômica quanto política. Para Burnham, o realinhamento tende a

³ Burnham (1970), principalmente o capítulo *Toward a Definition of Clitical Realignment*. Empreendemos aqui uma tradução livre dos pontos levantados pelo autor.

ocorrer justamente nos momentos de grandes crises socioeconômicas, as quais estão identificadas por uma forte polarização ideológica, acirrando o conflito entre os principais partidos, que por sua vez não conseguem, através das “políticas usuais”, responder à demanda emergente que é capitaneada pelas *terceiras forças eleitorais* em ascensão. As consequências dessas tensões são de longo prazo, pois alteram profundamente as instituições, e somente quando essas são reconfiguradas abre-se um novo período de acomodação. Assim, para Burnham, pode-se verificar a ocorrência de *realinhamentos críticos* em ciclos de 30 anos, juntamente com as respectivas reconfigurações do sistema partidário.

Abaixo, elaboramos um quadro que contém as eleições críticas apontadas por Burnham. Essa periodização foi extremamente penetrante e ficou consagrada.

Quadro 2. Eleições Críticas apontadas por Burnham*			
Período de incidência do realinhamento	Presidente eleito em eleições críticas	Alteração no sistema partidário	Mudança socioeconômica
1828-56	Andrew Jackson	Cisão no partido Democrata-Republicano. Fundação do Partido Democrata.	Conquista do Oeste e extermínio das populações indígenas.
1860-92	Abraham Lincoln	Consolidação do Partido Republicano (fundado em 1854).	Guerra Civil. Fim de escravidão.
1896-1928	William McKinley	Grande reforma nas regras eleitorais, criando o “System of 1896”.	Início da industrialização massiva.
1932-64	Franklin D. Roosevelt	Ascensão do Partido Democrata.	Crise de 1929 e <i>New Deal</i> .

* Elaboração Própria

1.3 Crítica e revisões

No contexto dos EUA, a teoria do realinhamento eleitoral adquire força e passa a compor o arcabouço básico sobre o processo político do país – entrando até mesmo nos materiais didáticos escolares. No entanto, uma série de críticas e ponderações são levantadas sobre sua efetividade e poder explicativo. Em 1989, a *American Political Science Association* promoveu um painel chamado “The End of Realignment: atrophy of a concept and death of a phenomenon”, cujos

debates e *papers* apresentados foram no sentido de rever a teoria do realinhamento⁴. Uma década depois, Mayhew (2003) apresenta uma obra inteira dedicada à crítica da teoria do realinhamento, qualificada por ele como um gênero propriamente norte-americano. Além de compartilhar dos argumentos apresentados no painel de 1989, o autor acusa a teoria de ser apenas uma narrativa historicizada, sem fundamento científico, e faz uma revisão profunda das obras fundadoras de Key (1955; 1959), Schattschneider (1960), Sundquist (1973) e Burnham (1970).

De maneira geral, as críticas realizadas nesse período podem ser organizadas em dois eixos: as críticas que defendem o *desalinhamento* e as críticas “*empíricas*” (PAULSON, 2006, p. 146). Vejamos o teor básico de cada uma dessas críticas.

1.3.1 Desalinhamento

Tais críticas defendem que a teoria do realinhamento eleitoral foi útil, mas agora não é mais, sendo ferramenta de análise válida apenas até a década de 1930. A razão dessa perda de validade é que, a partir de 1930, ocorreu um processo de declínio dos partidos como instituições capazes de expressar os interesses dos cidadãos e, conseqüentemente, há um deslocamento da política para espaços não institucionais. Os críticos adeptos do desalinhamento apostam que há um desinteresse dos cidadãos pelos processos políticos formais e que não seria mais possível haver um realinhamento eleitoral, pois a relação entre partidos e partes do eleitorado tornou-se fraca. Daí a denominação apresentada por esses críticos a tal processo: um *desalinhamento* entre partido e base social. A consequência teórica é que a explicação sobre os processos políticos deve se concentrar não mais nos partidos mas nas organizações da sociedade civil – como associações e organizações de proteção e reivindicação de minorias.

1.3.2 Empirismo

O outro eixo de crítica encontra sua melhor expressão em Mayhew (2003) e defende que a teoria do realinhamento eleitoral nunca foi válida, por sua falta de consistência empírica. Mayhew enumera quinze afirmações (*claims*) empíricas que estariam pressupostas na teoria e que não podem ser provadas. Entre os principais pontos que o autor levanta como caracterizadores do fenômeno e que não conseguem ser comprovados, destacam-se: a periodicidade do fenômeno (30 anos); a intensidade de participação nas eleições críticas (*turnover*); a divisão das eleições entre eleições críticas e eleições não críticas ou normais; a polarização ideológica; e a inovação da agenda política.

⁴ Esse debate foi publicado por Shafer (1991) sob o instigante título *The End of Realignment?*.

Mayhew defende que, para que a teoria pudesse ter validade, os quinze pontos deveriam estar presentes na análise das eleições escolhidas como exemplos de realinhamento pelos adeptos da teoria, exigência que não é cumprida e que, portanto, anula a teoria.

1.5 Retomada e produção recente

A resposta às críticas formuladas pelos dois eixos veio logo em seguida e concentrou esforços em reerguer a teoria do realinhamento como válida para os dias atuais (BERG, 2003; ROSENOF, 2003; NARDULLI, 1995; PAULSON, 2006). Para um conjunto amplo de autores, a defesa centrou-se no aspecto temporal da teoria, que teria sido mal compreendido pelos críticos. Para eles, a vantagem da teoria do realinhamento eleitoral seria sua capacidade de analisar os processos democráticos em movimento, compreendendo suas contradições internas e tendências a partir da tensão entre os partidos e as transformações nas suas respectivas bases eleitorais. E não uma teoria que fixasse uma série de regras para todas as ocorrências democráticas.

Assim, a exigência sobre as quinze afirmações empíricas elencadas por Mayhew não são plausíveis, pois imputam a-historicidade para uma teoria que se forjou para explicar um movimento histórico – sobretudo, porque as quinze afirmações empíricas não estão hierarquizadas ou organizadas em prioritárias ou não, tornando como exigência a presença delas em todos os momentos do fenômeno. Argumentam os defensores do realinhamento eleitoral que nenhuma teoria resistiria a esse tipo de exigência empírica, exceto se fosse extremamente generalizante. E a teoria do realinhamento quer justamente capturar particularidades, para posteriormente, e só posteriormente, organizar tais ocorrências numa narrativa ampla, que dê uma chave interpretativa consistente para o longo prazo.

Em relação ao eixo que defende o *desalinhamento*, foi contraposto que o momento de desinteresse é parte do processo democrático, e que ele apenas antecede um próximo momento no qual os partidos se recolocam como instituições capazes de expressar os interesses do eleitorado: “the result is a story of dealignment as realignment by other means and party decay leading to party renewal” (PAULSON, 2006, p. 21). A tese do *desalinhamento* está calcada numa gama de estudos que vai questionar a capacidade das instituições democráticas – e do próprio Estado, no final das contas – de se relacionar de forma efetiva com a sociedade civil. Ocorre que, se num momento de estabilidade econômica e ideológica, as instituições parecem desinteressantes para os cidadãos, quando alterações de grande porte acontecem (como crises econômicas e guerras) tais instituições voltam a ser o centro das atenções de todos. Paulson defende que o período de 1964-1972, portanto, pode ser identificado como outro momento de eleições críticas, e que uma outra eleição desse tipo

se aproxima – trazendo a tensão para o início do século XXI e dando atualidade para a teoria.

Atualmente, a avaliação de que na segunda eleição do Governo Obama houve um realinhamento, por exemplo, foi um tema frequente de discussões em jornais e debates públicos acadêmicos⁵. Evidentemente, não nos interessa nesse momento entrar no conteúdo dessa discussão, mas apenas apontar que o debate continua vivo.

Além dessa defesa de Paulson, Nardulli (1995) faz um caminho próprio e com alto rigor empírico, colocando-se como um dos principais defensores da teoria de realinhamento eleitoral. Para esse autor, a teoria tem duas grandes vantagens: a) é uma ferramenta que permite uma leitura de longo prazo dos processos eleitorais a partir de alterações não incrementais dos processos governamentais e b) sobretudo, porque a perspectiva do realinhamento faz os eleitores ressurgirem das sombras a que foram relegados, desde o começo da tradição behaviorista. Diz Nardulli (1995, p. 10): “voters, not elites, are the dynamic component within the realignment perspective”.

Nardulli refuta a crítica que afirma que o conceito de realinhamento eleitoral não tem conteúdo empírico. Para ele, o conceito, por ser bastante simples, não perde força; pelo contrário, ele é uma chave preciosa para a construção de teorias sobre as mudanças em regimes democráticos considerando longos prazos, e perder o conceito de realinhamento é justamente perder essa possibilidade. Dito isso, ele refina a proposta da teoria, colocando no centro das atenções o conceito de realinhamento crítico: “The concept of a critical realignment is a powerful tool in the study of electoral behavior. More importantly, it can be an important component of a broader theory of political change” (idem, p. 11). E o conceito para ele é definido da seguinte forma:

[...] the notion of a critical realignment in an aggregate-level concept that refers to an abrupt, large and enduring form of change in prevailing electoral patterns, one that is initiated by a critical election and results in a significantly different partisan balance in the electorate (idem, p. 11).

Em suma, o principal desafio é identificar as chamadas **eleições críticas**, que são precedidas por um padrão que se altera após seu acontecimento. Para localizar tais eleições, o autor sugere olhar com atenção para a relação do voto no tempo e no espaço. Em outras palavras, deve-se usar a geografia do voto como ponto de partida para busca de eleições críticas.

Considerações sobre o capítulo 1

⁵ Ver Ross Douthat, “The Obama Realignment”, Robert Shrum, “Obama Realigns, the GOP Declines: The New Political Paradigm”, Elaine Kamark, “The Obama Realignment”, <http://belfercenter.hks.harvard.edu/publication/22482/obama_realignment.html>. Textos acessados em 24 de abril de 2013.

Este capítulo consistiu em um exame bibliográfico das principais obras da produção estadunidense que tratam diretamente da teoria do realinhamento eleitoral, sobretudo as de cunho teórico. Como visto, tal teoria é gestada em torno de problemas concretos sobre os processos eleitorais – a relação entre partido e clivagens – e abre as portas para análises de longo prazo. A partir desse ponto de vista, ela toma corpo e se afirma como teoria-chave para o cânone da ciência política. Apesar das críticas que recebe no início da década de 1990 (conceituais e empíricas), a teoria resiste e passa por reelaborações que a recoloca como paradigma dos processos democráticos em curso.

Um dos aspectos marcantes encontrado na revisão bibliográfica realizada nesse percurso é como essa teoria está associada a aspectos institucionais e históricos próprios da realidade dos Estados Unidos. Ao fim e ao cabo, uma teoria deve responder questões concretas de determinado tempo e espaço. Nesse sentido, é evidente que a teoria do realinhamento eleitoral está relacionada diretamente com as questões e dilemas da vida política estadunidense: as questões sobre a alternância do eleitorado entre republicanos e democratas e as implicações dessas transformações para a agenda política. A partir dessa perspectiva, a possibilidade de elaborar uma narrativa histórica de longo prazo envolve características particulares desse país. A força que a teoria do realinhamento eleitoral adquire nos Estados Unidos tem relação direta com sua capacidade de explicar aquela realidade – o que não necessariamente se repete em outros países de regime democráticos.

Não obstante, parece importante destacar os pontos fortes da teoria do realinhamento eleitoral e que a fazem relevante ainda hoje, mesmo para análises de outros países. Primeiro, ela está referida ao movimento do processo democrático. Segundo, ela busca as determinações desse movimento na relação entre partidos políticos e clivagens sociais, tendo, portanto, um momento de análise sociológica (clivagens) e um momento de análise institucional (partidos). Em terceiro, as transformações resultantes dos movimentos entre partidos e clivagens sociais apontam uma agenda de longo prazo para o cenário político – isto é, essas transformações estão calcadas em questões candentes do meio em que são engendradas. Por fim, sua grande vantagem está justamente em captar as contradições e possíveis superações do sistema político partidário, colocando ênfase nos fatores que solapam a estabilidade e padrões de comportamento que pareciam consolidados, revelando as novas relações gestadas no seio do próprio sistema político. Assim, a teoria do realinhamento exige uma narrativa histórica que dê conta de uma dimensão temporal – o desenvolvimento da relação partido e clivagem social no decorrer de diversos pleitos eleitorais – e uma dimensão política – as questões-chave que pautaram essas transformações. Retirar esse aspecto histórico inviabiliza sua aplicabilidade e esvazia as possibilidades de análise. Como buscaremos defender, é justamente a compreensão do movimento na relação entre partido e clivagens do

eleitorado que está implicada a teoria do realinhamento eleitoral, abrindo a possibilidade de sua transposição para outros contextos fora do estadunidense. Essa transposição, no entanto, não pode ocorrer de forma mecânica, sendo assim necessárias mediações e adaptações.

.2.

O REALINHAMENTO ELEITORAL FORA DO LUGAR

Aplicar a teoria do realinhamento eleitoral e, sobretudo, o conceito de eleições críticas à realidade brasileira é uma empreitada com grandes obstáculos. Suas tentativas em terreno brasileiro foram duas, e marcaram a produção sobre nossos dois principais momentos de regime democrático.

2.1 Realinhamento eleitoral na República (1945-1964)

Ao analisar o período democrático no Brasil de 1945 a 1964, Souza (1976) adota a hipótese do realinhamento eleitoral. O argumento principal da obra da autora está em questionar as correntes de análise a respeito do sistema político partidário brasileiro que enxergam os partidos “apenas como produto da sociedade atuando sobre o Estado, e não na inversa, também válida” (SOUZA, 1976, p. 29). Nessa argumentação, o realinhamento aparece como um dos fatores que expressam a racionalidade da ação dos partidos. Estes, por sua vez, diante das alterações socioeconômicas que vinham ocorrendo, sobretudo a urbanização, movimentam-se e intensificam as disputas, procurando novas bases e se reaproximando das antigas. Contra os defensores do argumento da desagregação e da fragilidade do sistema partidário como fatores que levaram ao golpe de 1964, Souza sustenta que as determinações do golpe não estavam, pelo menos não com essa ênfase, no sistema partidário. Diversamente, esse sistema detinha consistência suficiente para sobreviver às mudanças sociais: tanto é que um processo de realinhamento eleitoral estava em curso, mas foi bruscamente interrompido.

Para Souza, a partir da análise de dados eleitorais, depreende-se que estava em marcha o seguinte mecanismo: a) um crescimento proporcionalmente rápido dos pequenos partidos nas regiões mais desenvolvidas e nos centros urbanos; b) uma mudança de base no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que, apesar de sua base historicamente urbana, avançava também para o interior; c) um enfraquecimento de dois dos principais partidos nacionais, a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), que viram-se forçados a cultivar suas bases “naturais”, interioranas, aproximando-se mais delas (idem, p. 144-145). A hipótese do realinhamento eleitoral é levantada justamente como possibilidade de explicação dessas transformações em curso. A autora defende que, dada a realidade política e social do Brasil, tal fenômeno se verificava com mais clareza no Legislativo do que no Executivo:

[...] as eleições **legislativas** conduziam, de maneira lenta mais inexorável, a um realinhamento das forças partidárias. Essas eleições refletiam de maneira

relativamente lenta, mas nem por isso menos fiel, as tendências da mudança social e econômica ao nível do eleitorado: as alterações na composição ocupacional da sociedade, face às mudanças na estrutura produtiva, e sua crescente urbanização. Já as eleições **executivas**, especialmente a presidencial, embora registrassem aquelas mudanças de maneira mais abrupta e dramática, condensando-as nos diversos estilos personalistas, distinguiram **menos** o eleitorado em termos socioeconômicos [...] (idem, p. 148, grifos da autora).

Em relação ao Executivo, o tamanho continental do país e o peso do voto do interior forçavam os candidatos à Presidência da República e à Vice-Presidência a buscar um “apelo generalizado” à nação e “a conquista maciça de alguns dos estados menores”, fatores que impediam a formação de contornos socioeconômicos bem definidos para esse pleito. Não obstante, a hipótese de Souza ganha força e será desenvolvida e questionada por outros cientistas políticos.

Nesse sentido, de forma breve mas muito precisa, Lavareda (1999) realiza um balanço geral acerca da utilização da teoria do realinhamento eleitoral no Brasil no tocante às produções que tratam do período de 1945-1964. Tendo como parâmetro a literatura específica sobre o tema, qual seja, V. O. Key Jr. (1955;1959), Sundquist (1973) e Burnham (1970), o autor reconstrói os conceitos de *realinhamento crítico* e *realinhamento secular*, os quais ele chama de taxonomia mínima sobre o tema. Tomando como principais interlocutores, em terreno nacional, Campello (1976), Lima Júnior (1983) e, principalmente, o doutorado de Vega-Palacin (1981), o diagnóstico de Lavareda sobre o uso da teoria no Brasil é negativo, afirmando que, no país, a teoria do realinhamento eleitoral é utilizada “quase sempre de modo impreciso” (LAVAREDA, 1999, p. 63).

A razão dessa imprecisão, sustenta o autor, é que, para o período analisado, há duas “dificuldades extremas” para se detectar realinhamentos eleitorais. Em primeiro, há um número reduzido de episódios eleitorais para serem analisados: apenas quatro eleições presidenciais. Em segundo, o quadro político é pluripartidário, dificultando a percepção da relação entre clivagens sociais e partidos políticos ao longo do tempo. Uma vez que na literatura especializada o número de episódios eleitorais é muito maior e acontecem sob um sistema bipartidário, o uso do conceito de realinhamento eleitoral no Brasil só poderia ser vago:

O declínio do PSD e do PR na maior parte das categorias e a ascensão do PTB, PDC e outros partidos menores, além de não caracterizarem um processo simétrico, por decorrerem em grande medida da extensão espacial da competição, na nacionalização da política com a pluralização das alternativas, principalmente nas regiões periféricas, não devem ser catalogados como realinhamentos, no sentido fixado na literatura especializada (de inversão de preferências entre competidores já estabelecidos). É mais adequado vê-los, simplesmente, como roteiro da implementação nacional de um nascente sistema pluripartidário [...] (idem, p. 103).

O diagnóstico de Lavareda é importante pelas dificuldades que aponta na apropriação da

teoria do realinhamento eleitoral, que precisam ser enfrentadas para possibilitar sua aplicação à realidade política brasileira. Entretanto, o autor infelizmente não faz uso desse tema para dialogar diretamente com o trabalho de Souza. Como vimos, essa autora defende em sua hipótese que o realinhamento pode ser detectado no Legislativo, arena na qual é possível superar as dificuldades metodológicas de análise. Não obstante, a argumentação de Lavareda é amplamente consistente e coloca boas pedras no caminho para a análise do tema.

Essas “pedras” serão analisadas no capítulo III, no qual trataremos da atual realidade política brasileira. Neste momento, cabe destacar quais são os principais apontamentos de Lavareda e a “maldição” que ele joga sobre o uso da teoria do realinhamento eleitoral no Brasil. Como vimos, em primeiro lugar, para o autor, há um número reduzido de episódios eleitorais para serem analisados (apenas quatro eleições presidenciais); em segundo, o quadro político brasileiro é pluripartidário, dificultando a percepção da relação entre clivagens sociais e partidos, ao longo do tempo. Por fim, a conclusão de Lavareda é de que, no Brasil, o uso do conceito de realinhamento eleitoral, para o período em questão, só poderia ser vago. Mas o que dizer para o período atual?

2.2 Realinhamento eleitoral e *Lulismo*

A teoria do realinhamento veio novamente à baila marcada pelo fenômeno do assim chamado *lulismo*. André Singer (2009; 2012) apresenta um poderoso esquema interpretativo para dar conta das contradições de seu objeto. O *lulismo*, diz o autor, é marcado pelo “signo da contradição”, apreendido apenas em movimento, pois é fruto de “matéria rebelde”¹. A pergunta central de Singer não é menor: o *lulismo* “incidirá sobre contradições centrais do capitalismo brasileiro, abrindo caminho para colocá-las em patamar superior?”.

A hipótese sobre a qual se estrutura a argumentação desse autor, para responder à pergunta acima, é a do realinhamento das bases eleitorais. No caso brasileiro, as raízes do realinhamento se encontram na primeira fase do governo Lula, quando o conjunto de suas políticas sociais – em especial, o Programa Bolsa-Família, o aumento real do salário-mínimo e o virtual aumento do crédito popular – incide positivamente sobre a fração mais pobre da classe trabalhadora, o *subproletariado*. Do ponto de vista ideológico, essa fração, alinhada historicamente à direita, quer melhorias sociais, mas desde que aconteçam dentro da ordem constituída. Tal anseio encontra respaldo na administração petista, que, segundo Singer, cumpre um autêntico “programa de classe” (SINGER, 2012, p. 76). Seja dito: não o programa de toda a classe trabalhadora, mas de sua fração

¹ “Matéria rebelde” foi o termo elaborado pelo professor Gildo Marçal para qualificar o PT. O adjetivo é resgatado por Singer (2012).

mais pobre. O realinhamento eleitoral vem a público na reeleição de Luiz Inácio, quando se verificou que o chamado escândalo do “mensalão” afastou os votos de setores da classe média, que historicamente eram destinados ao PT, revelando nas pesquisas que foram os mais pobres os responsáveis pelo segundo mandato. Na visão de Singer, esse foi o “pulo do gato” de Lula: construir, por trás de uma política econômica ortodoxa, uma substantiva política de promoção do mercado interno, favorecendo os de baixo. A nova agenda é a redução da pobreza, a nova gramática é a varguista e desenvolvimentista – recua o “partido dos trabalhadores”, funda-se o “partido dos pobres” (idem, p. 34).

Defendida com dados, sobretudo aqueles obtidos nas pesquisas eleitorais realizadas pelo Instituto DataFolha desde 1989, a hipótese ganha força empírica. Não obstante, a autenticidade do livro está mais no conceito do que nos dados. Exemplo das boas empreitadas que buscam as especificidades do desenvolvimento capitalista em terra tupiniquim, o autor retoma o conceito de subproletariado, cunhado por Paul Singer para explicar a estrutura de classes no Brasil (SINGER, 1981). Dentro do marxismo, o conceito encontra respaldo teórico na própria obra de Marx (1985, p. 271) e se encaixa nas interpretações heterodoxas. Na interpretação de André Singer, o subproletariado é a fração da classe trabalhadora cuja pobreza material lhe confere um caráter específico, pois, apesar de ele estar inserido na produção, ou seja, trabalhar, é justamente por sua miséria que fica desprovido de meios de organização e capacidade de se impor politicamente. Por isso, na esteira de Marx (1988) do livro *18 Brumário*, Singer afirma que é preciso a existência de uma força que atue de cima para baixo e que represente o subproletariado, para que depois ele mesmo possa reconhecer sua representação. Em outras palavras, é a fração da classe trabalhadora que, por sua miséria material, resultado da extrema exploração, não tem capacidade de autodireção e, portanto, tem de ser dirigida. Na periferia do capitalismo, essa parcela é numericamente expressiva e possui um peso eleitoral decisivo para o jogo democrático. Foi essa fração da classe trabalhadora que elegeu Collor em 1989, mas que agora se alinha com o partido que negou. Para Singer, eis a relação entre partido e clivagem social principal, o PT e o subproletariado.

Mas, como se trata de um realinhamento, não foi o subproletariado que rumou à esquerda – afinal, esse não poderia andar com as próprias pernas. Foi o PT, no seu percurso histórico-político que se alinhou a esse ideário mais conservador, embora popular. Atualizando a questão que ficara aberta em publicação sobre o PT há mais de uma década (SINGER, 2001) – como o PT vai expandir sua base eleitoral para os mais pobres? –, Singer vê dois movimentos opostos no seio do mesmo partido. Evitando talvez uma análise mais explícita sobre a correlação de forças interna no PT,² o autor aponta dois sistemas de crenças, ou melhor, dois espíritos petistas (SINGER, 2012, p.

² Singer não leva em consideração as tendências partidárias.

97). O espírito de fundação do PT, classista e socialista, que recebe o nome do colégio onde foi fundada a agremiação – o Sion. E outro, pragmático, comprometido com o capital e substancialmente eleitoral, cuja expressão mais acabada é a “Carta ao Povo Brasileiro”, da campanha de 2002. Documento, aliás, que em reunião do Diretório Nacional, pouco antes da vitória, foi elevado de material de campanha a programa de governo. O local da ocorrência do fatídico “transformismo” dá nome ao segundo espectro - o Anhembi. Apesar de internamente no PT ainda haver significativa militância anticapitalista, é o “espírito do Anhembi” que mais se fortalece no governo federal, e o que parecia passageiro se converte em orientação permanente (SINGER, 2012, p. 99). O realinhamento eleitoral é a principal força motriz dessa mudança no partido; é esse fenômeno que dá carne e osso ao “espírito do Anhembi” e o leva a um aumento do contingente de militantes alinhados à direita. Ao mesmo tempo, é também responsável pela popularização do PT, pois a base de simpatizantes também deixa de ser predominantemente de classe média e acessa o subproletariado. A sugestão do autor é que a “Era Lula” foi a síntese, mesmo que provisória, das duas almas do PT. Ideia que fortalece o caráter contraditório do *lulismo*, presente nos discursos paradoxais do próprio Lula quando Presidente da República. Mas talvez enfraqueça, novamente, a percepção sobre a correlação de forças internas do partido. Afinal, para o atual quadro militante, se assim for, as proporções entre esquerda e direita são outras.

Avançando para o significado histórico do *lulismo*, Singer ensaia uma comparação do momento atual com seu similar norte-americano, o “New Deal” de Roosevelt. Essa comparação é pertinente para a teoria do realinhamento eleitoral, dado que o governo de Roosevelt é a marca da criação dela. Contudo, o autor reconhece problemas na comparação e inverte a argumentação inicial: o interessante é a negativa. Diferentemente do vizinho do Norte, no que se refere à diminuição da pobreza e da desigualdade, no Brasil, a velocidade é muito lenta, ao mesmo tempo que o ponto de partida é muito distante do dos EUA. Basta lembrar que há uma década figurávamos como o país mais desigual do mundo. No entanto, mesmo depois de uma década de *lulismo*, estamos muito longe de ser um país de baixa desigualdade. Entretanto, a sensação imediata é de melhora, e justamente por isso o avanço das políticas sociais do governo Lula é de grande efeito e tem significado histórico: a miséria foi reduzida à metade e a desigualdade retornou ao patamar do Brasil pré-ditadura militar. Portanto, o feito do Governo Roosevelt, em termos materiais, não poderia significar o mesmo para o caso brasileiro, apesar de as diretrizes das políticas terem curiosa similaridade. Dito isso, é a política de coalizão de classes do *lulismo* que ganha luz e revela, com o perdão do paradoxo, a verdadeira autenticidade do nosso “New Deal”.

Segundo o autor, sendo o *lulismo* na prática o reflexo dos anseios do subproletariado, o fenômeno carrega uma autocontradição, pois sua realização significaria o fim de sua própria

sustentação política: quando o subproletariado integrar-se por completo ao proletariado, o *lulismo* perderia sua razão política. Nesse ponto, a diferenciação entre pobreza e desigualdade é o divisor de águas. A pauta central do subproletariado é a diminuição da pobreza, cuja relação com a redução da desigualdade existe. Isso, contudo, não levaria necessariamente a uma sociedade mais igualitária: seu limite seria uma sociedade sem pobres. É o proletariado, por sua vez, que tem entre suas pautas a diminuição da desigualdade e poderia levar a cabo mudanças mais radicais na sociedade (idem, p. 161).

Entretanto, enquanto está em curso, o realinhamento eleitoral coloca em segundo plano o principal antagonismo de classes – entre burgueses e proletários –, dando ao lulismo uma força de arbitragem – desde que haja crescimento econômico³ – entre duas coalizões de classes. A primeira, chamada de *coalização produtivista*, une industriais e operários para o aumento do emprego e da produção industrial em terreno nacional. E a segunda, uma coalizão de setores da burguesia com maior poder de fogo, chamada de *coalizão rentista*, une as organizações do capital financeiro e do agronegócio. A integração do subproletariado ao proletariado através do fortalecimento do mercado interno, com expansão do crédito, agrada e legitima a arbitragem do *lulismo* sobre essas coalizões. Está montada a cena: posto no fundo do palco, sob a penumbra das cortinas, burgueses e proletários dão-se as mãos; os pobres, iluminados pelo *slogan* “venham fazer parte da nova classe média”, identificam no *lulismo* sua própria voz; resta à oposição encenar o papel do “partido dos ricos” e representar de forma acanhada a direita conservadora.

Para Singer, duas “provas de fogo” comprovam a consistência da trama. A primeira foi a crise de 2009, que poderia desestabilizar o realinhamento caso o governo adotasse as políticas de austeridade vividas hoje na Europa – e não faltaram pressões da *coalizão rentista* para adotar medidas de corte de gastos públicos. A feliz resposta do governo Lula foi intensificar as políticas sociais e aquecer o mercado interno, reafirmando o projeto lulista e saindo da crise mais forte do que entrou. Todos ganharam. A segunda prova foi a eleição de Dilma Rousseff em 2010, que, mesmo desconhecida do eleitorado brasileiro, venceu o pleito com os votos da parcela mais pobre, majoritariamente do Nordeste. A vitória de Dilma fortalece a tese de que o subproletariado reconheceu, para além de Lula – ou seja, no PT – o seu projeto de classe. E a reeleição de Rousseff em 2014 fortalece esse argumento, já que agora Dilma tem um mandato próprio. Entretanto, desde 2010, o leque de alianças do governo Dilma foi mais conservador, possibilitando ao PMDB bloquear as “vozes da esquerda” e fazer o capital avançar em trilhos mais seguros, mesmo com um Estado mais ativo na economia que no Governo Lula.

³ Contra o argumento de que o governo Lula navegou em uma onda de crescimento internacional, Singer defende que “foi a *fortuna* da conjuntura internacional associada à *virtú* de apostar na redução da pobreza com ativação do mercado interno que produziu o suporte material do lulismo” (SINGER, 2012:178).

Esse último aspecto, aliás, é o argumento mais forte, apontado por Singer, contra aqueles que acreditam que os governos petistas representam uma continuidade neoliberal. Ao contrário dessa imagem, o governo intervém fortemente na economia, e desde que tomou suas rédeas na saída da crise de 2009, tem realizado façanhas impensáveis para os neoliberais, como estímulos eficientes à indústria, cortes de juros e controle do câmbio. Por outro lado, Singer também argumenta contra a qualificação do governo Lula como uma experiência socialdemocrata nos moldes europeus, pois é preciso reconhecer que nenhuma reforma estrutural foi sequer posta em pauta. Segundo o autor, para manter uma maioria estável, o *lulismo* desconsidera as pressões dos que querem um “reformismo forte”, configurando-se, portanto, como um “reformismo fraco” com aparência de conservador. É justamente “sua lentidão que permite interpretá-lo como tendo um sentido conservador” (idem, p. 193). No entanto, comparado aos governos anteriores, não deixa de tocar em questões caras à história brasileira, e, portanto, de ser um reformismo progressista – mesmo que fraco. O que não deixa de trazer à baila a dura constatação de que “o reformismo forte fracassou no Brasil”: *saem burgueses e proletários; entram ricos e pobres*⁴.

Assim, postas as contradições internas e os significados do processo ainda em curso, o autor avança para o futuro. Sua aposta é que, se durar tempo suficiente, o *lulismo* produzirá uma modificação estrutural na sociedade brasileira: a integração do subproletariado ao proletariado erguerá uma massa trabalhadora compacta e não mais dividida em alas separadas. Nesse ponto, apesar de a esperança no “tempo suficiente” entrar pelas portas dos fundos da análise, o autor rigorosamente desenha duas possibilidades para a classe trabalhadora. A primeira diz que, apesar de ser massa trabalhadora na esfera da produção, a identidade que se criará na integração do novo proletariado será construída longe dos paradigmas de enfrentamento entre capital e trabalho. Encontrando respaldo nas recentes pesquisas universitárias (NERI, 2011; SOUZA, 2011), essa possibilidade de futuro se abre para uma integração aos padrões da classe média tradicional, tendendo ao conservadorismo no longo prazo. E mesmo que se reconheçam como “batalhadores”, cujo esforço pelo trabalho deve ser levado em conta, os emergentes estarão vinculados mais ao empreendedorismo do que ao sindicalismo.

A segunda possibilidade, desenhada a traços mais grossos, é a integração do subproletariado através das lutas operárias e populares, possibilitando que a unidade da classe trabalhadora tenha seu desfecho numa superação positiva do *lulismo* e nos guie para um patamar superior de sociedade. No entanto, com os pés no chão, se guardam os desenhos futuros, e o autor não aposta mais nada além da integração completa do subproletariado, caso o *lulismo* dure tempo suficiente. Por recompensa, o esforço é de elaboração autêntica da situação que a esquerda brasileira terá que

⁴ Subtítulo da nota final do livro (idem, p. 200).

resolver, o que já é grande avanço analítico: no momento em que um projeto reformista, mesmo fraco, avança na redução do subproletariado, aumentando o contingente proletário, a luta ideológica parece recuar para um estágio anterior ao conflito capital/trabalho.

Para fechar a equação de Singer, vale dizer que o *lulismo*, um fenômeno resultante do realinhamento, tem uma contradição interna na qual, ao mesmo tempo que se realiza, constrói seu próprio fim. A chamada “dialética do lulismo” é a seguinte: a base de sustentação da agenda da redução da pobreza são os próprios pobres, e, na medida em que a agenda é realizada, há uma integração de parcela desse contingente às camadas do proletariado em geral, diminuindo o efetivo de subproletariado, base real do realinhamento, e aumentando o efetivo das camadas médias. Nesse ponto, defende o autor que a identidade que se criará nessa integração será construída longe dos paradigmas de enfrentamento entre capital e trabalho, isto é, da base sindical do PT, e será mais próxima do conservadorismo das classes médias tradicionais, ou de um ideário de empreendedorismo (idem, p. 219). Esse diagnóstico leva a crer que, à medida que o *lulismo* se desenvolve, isto é, conforme o PT permanece à frente do Executivo Federal e realiza as políticas de integração social dos mais pobres, o próprio PT perde sua base de sustentação. Esse movimento eleitoral contraditório é a mola mestra do realinhamento eleitoral de 2006 ocorrido no Brasil.

2.3 Realinhamento eleitoral vs. não alinhamento

A hipótese de realinhamento eleitoral será questionada por Lúcio Rennó e Andrea Cabello (2010), os quais sugerem que a melhor interpretação é a do eleitor autointeressado e da avaliação retrospectiva. Partindo de análises estatísticas que comparam os dados da ESEB 2002 com os da ESEB 2006⁵, os autores descartam a possibilidade de realinhamento e defendem que o voto econômico é uma melhor chave explicativa para entender o comportamento da parcela que reelegeu Lula em 2006. Para os autores, o novo eleitor de Lula é um eleitor não alinhado que não tem vínculo ideológico algum e vota de forma pragmática e descompromissada: “O eleitor não alinhado é aquele que não demonstra preferências políticas fortes e que vota, até certo ponto, influenciado por suas redes pessoais ou sua avaliação retrospectiva do desempenho do governo. Ele, por sua vez, não se concentra em uma classe social específica, distribuindo-se por diferentes camadas sociais, dispersando-se entre elas” (RENNÓ; CABELLO, 2010, p. 40).

Para chegar a esse argumento, os autores avançam na distinção entre os diferentes tipos de eleitores de Lula em ambos os pleitos. Primeiramente distinguem os petistas, aqueles que se

⁵ “O ESEB é um estudo vinculado ao projeto internacional Comparative Study of Electoral Systems (CSES), coordenado pela Universidade de Michigan e com a participação de dezenas de instituições de vários países” (Opinião Pública, 2011).

identificam com o PT, dos lulistas, aqueles que não se identificam com o PT mas apenas com Lula. E, entre os lulistas, diferenciam-se ainda os *velhos lulistas*, aqueles que votaram no ex-mandatário em 2002 e 2006, e os *novos lulistas*, aqueles que votaram apenas na reeleição. O perfil descrito acima corresponde ao novo lulista, que não se encontra alinhado com o PT e tampouco faz parte das camadas mais pobres. Nesse último aspecto, no entanto, Rennó e Cabello reconhecem que há problemas metodológicos na distinção de classes por renda, pois mais da metade dos entrevistados no ESEB não responderam a essa questão, levando para o centro da conclusão apenas o dado estatístico de que os *novos lulistas* não se alinham com o PT (idem, p. 51). Assim, a hipótese do realinhamento no período Lula é apenas parcialmente refutada.

Dito isso, apesar de a interpretação de Rennó e Cabello ser mais segura de um ponto de vista teórico, pois prescindem das ponderações e adaptações que a teoria do realinhamento exige – sobretudo na questão temporal –, a tese do voto econômico “não alinhado” arrefeceu. De um lado, as questões metodológicas que impediram a distinção por classe de renda deixaram um buraco muito grande na crítica ao realinhamento; de outro, os pleitos de 2010 e 2014 parecem ter confirmado o padrão no qual os mais pobres sustentam eleitoralmente o PT, assim como as classes médias e médias alta são os principais eleitores do PSDB. Se, em 2006, o eleitor lulista pôde ser identificado como “não alinhado”, seria mais difícil defender a mesma hipótese para 2010 e 2014. Nesse sentido, Arquer (2013), seguindo os caminhos do Rennó e Cabello mas utilizando os dados do ESEB 2010, conclui que: “foi possível observar a existência de associação entre o partido pelo qual o eleitor se sente representado e o voto que ele realizou. Todas essas questões apontam para a importância que tanto o vínculo de Dilma Rousseff com o PT quanto o fato de ela ser uma candidata da situação” (ARQUER, 2013, p. 436). Ora, o autor que se debruçou sobre as eleições de 2010, apesar de defender a hipótese do voto econômico, forneceu artilharia e peças fundamentais para uma teoria que vê o vínculo entre partido e clivagens eleitorais.

Considerações sobre o capítulo 2

Neste capítulo, vimos as duas aplicações da teoria do realinhamento para a realidade brasileira. As hipóteses levantadas por Souza (1976), sobre os movimentos eleitorais na república, de 1945-64, e por Singer (2009; 2013), sobre as eleições de 2006, marcam o cenário da ciência política brasileira. A primeira foi contestada por Lavareda (1999), que propõe o abandono da teoria do realinhamento eleitoral; a segunda, ainda de pé, está posta ao debate e já aparecem explicações alternativas.

Do ponto de vista da utilização da teoria, é preciso fazer alguns destaques. Souza (idem)

utiliza a teoria do realinhamento de forma secundária à sua principal hipótese. Como vimos, a autora quer revelar um processo de fortalecimento do sistema partidário, no qual o realinhamento das bases eleitorais urbanas para os partidos do campo da esquerda e centro-esquerda é um sinal positivo. No entanto, esse é apenas um elemento no conjunto que demonstra tal fortalecimento. É, aliás, um elemento fraco, posto que o realinhamento apontado pela autora só é verificável na eleição para o Legislativo, no qual reinam muitos partidos, e a dispersão de dados e hipóteses alternativas é imensa. É nesse sentido que Lavareda (idem) vai apontar que o uso da teoria do realinhamento eleitoral é vago.

A teoria vai para o centro do debate da ciência política brasileira com Singer (idem). É com esse autor que a hipótese do realinhamento eleitoral chega como pressuposto de sua interpretação. E, como vimos, o esquema interpretativo levantado pelo autor acompanha em amplitude da explicação, a utilização da teoria em terreno estadunidense. Isto é, o realinhamento eleitoral não é uma simples mudança de bases eleitorais: é um processo forte de alterações de padrão do comportamento eleitoral de um país. Isso envolve mudança de qualidade tanto no sistema partidário quanto no eleitorado. Para Singer, isso ocorre em 2006 e está marcado pela emergência do *lulismo*.

No entanto, muitas perguntas devem ser feitas antes de se aceitar a hipótese do realinhamento eleitoral proposta por Singer para o pleito de 2006. A começar por verificar como e com qual qualidade a teoria foi aclimatada para o terreno nacional. Será que as premissas institucionais sobre as quais se ergueu a teoria do realinhamento eleitoral foram devidamente ajustadas para que ela possa ter sido aplicada adequadamente no Brasil? É sobre isso que trataremos no capítulo a seguir.

.3.

AS PREMISSAS INSTITUCIONAIS E AS (IM)POSSIBILIDADES DA APLICAÇÃO DA TEORIA DO REALINHAMENTO ELEITORAL NO BRASIL

Toda teoria é desenvolvida em um contexto histórico e social determinado. Por isso, as questões que ela pretende resolver não estão desligadas das características e particularidades de seu entorno. A cabeça pensa onde os pés pisam. Essa consideração é fundamental para tentarmos responder à pergunta que nos colocamos no capítulo anterior: é possível utilizar a teoria do realinhamento para analisar a recente democracia brasileira (1989-2015)? Será que as objeções levantadas por Lavareda (1999), acerca da possibilidade de aplicação dessa teoria ao período democrático de 1945 a 1964, ainda são válidas hoje? Tomaremos aqui como centro de nossas atenções a ocorrência ou não do realinhamento eleitoral nas eleições presidenciais.

Para responder a essas perguntas, julgamos necessário rever as premissas institucionais pressupostas na teoria do realinhamento. Nesse ponto, seguiremos os passos delineados por Rocha (2002) ao analisar a aplicabilidade da teoria do *personal vote* no Brasil pós-Constituição Federal de 1988. Há uma coincidência instigante, pois, na literatura norte-americana, o *personal vote* e a teoria do realinhamento eleitoral estão em campos teóricos opostos; no entanto, ambas foram utilizadas para pensar a realidade política estadunidense e brasileira. Um dos principais autores do *personal vote*, David Meyhew, é um dos principais críticos da teoria do realinhamento. No caso do *personal vote*, como nos mostra Rocha (idem), havia grandes problemas de transposição para a nossa realidade – sobretudo o voto majoritário uninominal –, os quais deixaram fraca e vaga a apropriação ao caso brasileiro. Ocorreria o mesmo com a teoria do realinhamento eleitoral?

Para responder a tal pergunta, vamos elencar e comparar as premissas institucionais sobre as quais a teoria se ergueu e, assim, verificar a capacidade de transposição/apropriação.

3.1 A premissa temporal

Para a teoria do realinhamento eleitoral, a questão do interregno temporal é crucial – afinal, ela foi elaborada para analisar as alterações da relação partido-eleitorado ao longo de um determinado lapso de tempo. No caso estadunidense, a tradição de eleições democráticas ultrapassa dois séculos, cujo ponto de partida é a eleição de George Washington em 1789 – e o primeiro realinhamento eleitoral é identificado em 1829, com a eleição de Andrew Jackson. Essa longa extensão e tradição no tempo dos pleitos eleitorais permitiu aos teóricos não apenas identificar realinhamentos mas

fazer projeções de periodização: como vimos, os autores adeptos dessa teoria apontam que o realinhamento ocorre de trinta em trinta anos nos EUA e que, com essa ocorrência, estão especificadas as fases do sistema partidário.

Por essa razão, o problema maior para a teoria ser aplicável à realidade política brasileira é o temporal, dado que esse fator é uma determinação material fundamental. Aqui, apesar de o período recente ser o maior período sob regime democrático na história brasileira, somamos atualmente apenas sete pleitos presidenciais – quantidade que, em relação às análises estadunidenses, figuram como um período muito curto.

Portanto, a principal objeção que se pode fazer sobre a utilização da teoria do realinhamento eleitoral em democracias recentes é a fragilidade desse evento. Isto é, dado o baixo número de pleitos ocorridos, a identificação de padrões comportamentais e da alteração desses padrões passa a ser extremamente especulativa e carente de verificação – afinal, há elementos que só o tempo poderia testar.

Posta essa grande dificuldade, a única forma de contorná-la é assumir que, mesmo com fragilidades, nesse pequeno espaço de tempo possa ter ocorrido um realinhamento eleitoral. E não deixando de se fazer a ponderação necessária que, mesmo havendo, o realinhamento terá uma identificação forçosamente fraca ou frágil. Assim, *a pergunta que segue é: mesmo considerando que o período é curto, não seria possível ocorrer um realinhamento ao longo dos sete pleitos que já vivenciamos no Brasil?*

Para responder a essa pergunta, teremos de examinar a próxima premissa institucional.

3.2 A premissa do bipartidarismo

Uma das características fundamentais para que a teoria do realinhamento eleitoral tenha vingado em terreno norte-americano são as particularidades de seu sistema partidário. Republicanos e democratas se alternam na presidência do país desde Abraham Lincoln, e esse fato é fundamental para pensarmos a relação entre partidos e clivagens sociais; afinal, a alternância tem se dado entre essas duas opções – o que facilita a análise e a produção estatística e teórica. Uma clivagem que estava alinhada com o Partido Republicano, caso deixe de votar neste e ainda queira participar do jogo eleitoral, só pode alterar seu voto para os democratas – essa alternância facilita a identificação da própria clivagem e seu peso eleitoral. Do ponto de vista estatístico, o bipartidarismo contribui também para a utilização de dados oficiais, nos quais os eleitores não estão identificados – é mais fácil de ver as inversões regionais. A lógica que impera no bipartidarismo tem uma característica importante para quem investiga o comportamento eleitoral, pois onde um ganha o outro perde, e

vice-versa. No pluripartidarismo, os dados oficiais expressam de maneira menos nítida a alternância do voto, levando as análises a dependerem mais de pesquisas de opinião. O que não exclui a possibilidade de realinhamentos eleitorais para sistemas pluripartidários. Mas, em tais sistemas, a teoria precisaria de mediações.

Dito isso, é preciso considerar que, no Brasil, o sistema partidário é marcado pelo pluripartidarismo e por um alto índice de fragmentação, em especial, no Legislativo. As siglas se acumulam para além da percepção do eleitorado: note-se que estão oficialmente registrados no Tribunal Superior Eleitoral 32 partidos, dos quais 28 têm representação no Congresso Nacional. Não obstante, para saber o peso desse pluripartidarismo na aplicação da teoria do realinhamento eleitoral, é preciso considerar que há diferenças importantes entre as esferas do Executivo e do Legislativo – assim como nos níveis nacional e estadual.

3.2.1 A Lei de Duverger não nos faltou

No Brasil, como em tantos outros sistemas democráticos, não nos faltou a *Lei de Duverger*. Assevera esse autor (1972, p. 23) que eleições presidenciais majoritárias tendem a ser controladas por dois partidos ou, de outro modo, elas tendem a diminuir o número de competidores com chances reais de vitória. A razão principal que fundamenta tal “lei” reside na própria estrutura de competição das eleições majoritárias. Por um lado, os partidos sem candidatos competitivos são persuadidos a apoiar os que os têm, pois o custo da entrada na disputa eleitoral é alto e torna-se mais vantajoso barganhar espaços políticos compondo uma aliança do que fazendo-o sozinho. Por outro, o próprio eleitorado tende a apostar suas fichas nos candidatos que têm chance de ganhar – e ignoram, em geral, aqueles que não entram efetivamente na disputa.

Levando isso em conta, do ponto de vista das eleições presidenciais, principal recorte da teoria do realinhamento eleitoral, apesar de operar no Brasil o sistema pluripartidário, desde 1994 se enfrentam na corrida presidencial apenas dois partidos, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partidos da Social Democracia Brasileira (PSDB). A polaridade no espectro nacional entre tucanos e petistas foi identificada pela literatura política nacional como uma característica própria do sistema político brasileiro (HUNTER; POWER, 2007; LIMONGI, 2011; 2014; MELO, 2015). Em trabalho recente, no qual analisa as bases eleitorais do PT e do PSDB, Limongi afirma que:

A eleição de 1994 inaugurou o padrão de competição com que convivemos até o momento. As eleições passaram a ser fundamentalmente bipartidárias. E não surpreende que seja assim. É o esperado, uma consequência de Duverger, segundo o qual eleições majoritárias tendem a ser controladas por dois partidos (LIMONGI,

2014, p. 10).

A eleição de 2014 não fugiu à regra, e PT e PSDB ainda se enfrentaram. Esse fato, por um lado, pode facilitar a interpretação da ocorrência de um realinhamento eleitoral em 2006, como sustenta Singer (2012). Por outro lado, reduz o número de pleitos relevantes para análise, já que em 1989 não houve confronto entre os dois partidos. Essa restrição temporal é grave, pois quanto menor o número de pleitos, mais arriscado é pressupor uma relação de alinhamento entre partido e eleitores suficientemente consolidada para a ocorrência de um realinhamento. Além disso, ainda na relação entre clivagens e partidos, é preciso relativizar a força da estrutura bipartidária das eleições presidenciais brasileiras.

3.2.2 Um (aparente) paradoxo do sistema partidário brasileiro

No Brasil, o sistema partidário vive um aparente paradoxo: se nas eleições presidenciais existe uma polaridade forte entre tucanos e petistas, essa polaridade não se expressa com força nas outras esferas (legislativas, eleições para governador etc.). Ora, sabemos que o Congresso Nacional brasileiro apresenta um alto índice de fragmentação partidária, ao passo que nos níveis estadual e municipal o assunto é, no mínimo, controverso.

Começando pelo nível estadual. Segundo Melo (2015, p. 111), ao inspecionarmos as eleições para governador, é possível, aparentemente, desenhar uma polarização frágil – denominada *processo de presidencialização* das eleições para governador. Essa polarização se dá entre PT e PSDB com seus respectivos aliados consistentes, quais sejam, PCdoB, PDT e PROS para os petistas, e DEM, PPS e SD para os tucanos. No entanto, colocar a centralidade das eleições para governador nessa polarização deixa algumas lacunas, pois retira do jogo os Estados governados pelo PMDB, PSB e PP, os quais, somados, governam 10 Estados – número muito expressivo para ser desconsiderado. Justamente por isso, é uma polaridade frágil, a qual, do ponto de vista interpretativo, deve ser abandonada. Uma interpretação mais ajustada das eleições para governadores, ainda seguindo Melo (2015), deve considerar os quatro partidos PT, PSDB, PMDB e PSB como forças independentes e competitivas.

No Legislativo, tal qual já afirmado, a fragmentação é grande, e as bancadas do PT e do PSDB somadas controlam apenas 19,4% da Câmara dos Deputados e 24,1% do Senado Federal – vale lembrar ainda que ambos os percentuais diminuíram na última eleição. Já nas eleições municipais, os dois partidos ficaram com 24,1% das prefeituras – número reduzido para os principais competidores dos últimos vinte anos à Presidência da República.

Ora, a imagem de um sistema partidário cujo ápice – a Presidência da República – tende ao bipartidarismo, mas que em outras esferas funciona de forma pluripartidária, é a imagem a que nos acostumamos, e que configura o chamado presidencialismo de coalizão. Essas características, aliás, são similares a outros sistemas políticos pelo mundo afora, o que não nos autoriza a ver muita originalidade nessa configuração nem tampouco a ignorá-la (LIMONGI, 2006). Essa é uma forma dentro das formas possíveis das configurações democráticas – o que por si só não permite um juízo valorativo. O importante para nossa pesquisa é que essa forma de funcionamento não implica a mesma polarização em todas as esferas, pois o eleitor tem diferentes ofertas de candidatos, a depender da esfera e do nível da eleição.

Portanto, a premissa institucional do bipartidarismo necessita de duas ressalvas para ser contornada. A primeira é em relação à pequena quantidade de pleitos em que ela opera: PT e PSDB se enfrentam de 1994 a 2014, o que, como vimos, prejudica análises de realinhamento pela premissa temporal. A segunda é sobre sua qualidade, pois é um bipartidarismo que ocorre apenas nas eleições presidenciais e que, portanto, pode indicar relações mais fracas entre eleitores e partido.

Tudo somado, a pergunta que se segue é: *considerando a hipótese de Singer (2009), de ter havido realinhamento eleitoral em 2006, seria possível em três pleitos (1994, 1998, 2002) o PT e o PSDB terem se alinhado com alguma clivagem eleitoral, com força suficiente para se realinharem em 2006?* Essa pergunta nos leva ao próximo ponto.

3.3 A premissa das clivagens do eleitorado

A relação central para a teoria do realinhamento eleitoral é a que ocorre entre partidos políticos e clivagens do eleitorado – esse é seu principal objeto de análise. Mas, tanto nos EUA quanto no Brasil, não há um método único para a identificação dessa relação. Pelo contrário, é patente a existência de uma diversidade de métodos, que resultam numa diversidade de elos encontrados entre partidos e eleitores – alguns divergentes, outros complementares. A questão principal é encontrar um padrão nessa relação, isto é, um conjunto de eleitores que vota periodicamente no mesmo partido e quais as alterações nesse padrão durante o tempo; sem essa ocorrência, não há realinhamento eleitoral. Ora, para a recente democracia brasileira, temos que perguntar: quais são e foram as bases eleitorais do PT e do PSDB ao longo do tempo? Elas se alteraram? Em caso afirmativo, de que forma?

Essa pergunta foi feita por diversos autores no Brasil e não tem uma única resposta. Para entrar nessa questão, resolvemos apresentar os estudos através de seus diferentes pontos de vista.

3.3.1 Identificação e ideologia partidária

Um dos fatores explicativos do voto e, portanto, da relação entre partidos e bases eleitorais, é a ideologia e a identificação partidária – junte-se a essas algumas categorias variantes, como preferência ou simpatia partidária, as quais identificam mais ou menos a intensidade na relação com o partido. Segundo trabalhos recentes (Carreirão, 2007; Guarnieri, 2014; Nicolau, 2014), essas variáveis foram introduzidas na literatura brasileira sobre comportamento eleitoral por Singer (1999). Defende esse último autor que a autolocalização dos eleitores em uma escala esquerda-direita é um fator central na decisão do voto. A hipótese é simples: o eleitor que se localiza mais à esquerda no espectro ideológico tende a se identificar com os partidos que representam esse ideário; já aqueles que se posicionam mais à direita se identificam com partidos mais à direita. Apesar da simplicidade da hipótese, sua sustentação passa por revisões de conceitos, sobretudo do significado de ideologia (enquanto conjunto de ideias sobre o mundo) e a capacidade de apreensão da posição do eleitor. Nas palavras do autor:

(...) depois que a escola psicossociológica demonstrou, no final da década de 1950, que o público pensava de modo 'desestruturado', a ideologia, valorizada tanto pela corrente sociológica quanto pela econômica de explicação do voto, havia entrado em quarentena. Foi necessário reelaborar o uso do conceito de ideologia para fins de explicação do voto chegando ao de identificação ideológica (...) A identificação ideológica passa a ser vista como a adesão a uma posição no contínuo esquerda-direita ou liberal-conservador que, mesmo sendo difusa, isto é, cognitivamente desestruturada, sinaliza uma orientação política geral do eleitor (SINGER, idem, p. 49).

Diversos estudos, incluindo o do próprio de Singer (idem), vão analisar as eleições brasileiras a partir desse referencial teórico – mais recentemente, destacamos Carreirão e Kinzo (2004), Halzhacker e Balbachevsky (2007) e Braga e Pimentel (2011). A maior parte desses estudos se debruçou sobre o banco de dados Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), uma pesquisa de opinião feita posteriormente aos pleitos que ocorreram em 2002, 2006 e 2010. O que nos interessa, de modo geral, é que nesses estudos criou-se um consenso de que identidade partidária e ideológica é uma ferramenta que explica bem o voto no PT, mas tem baixo poder explicativo para o PSDB.

Nicolau (2014), em trabalho que faz um balanço da literatura e analisa as eleições de 2010 com base nos dados dos ESEB, nos alerta para os seguintes cuidados que devem ser tomados quando falamos de identificação partidária e ideológica no Brasil. O primeiro é que falar de identificação partidária é falar de petismo, pois o PT foi o único partido que conseguiu aparecer nas pesquisas de opinião com esse vínculo forte – os outros partidos têm identidades muito fracas e, em

geral, estatisticamente insignificantes. Outro cuidado é com a dificuldade em fazer distinção entre o candidato e o partido, pois o eleitor pode preferir o candidato, e não o partido; mas essa diferenciação, em geral, não aparece com clareza nas diversas pesquisas de opinião que tentam captar a identidade partidária.

A partir dos alertas colocados acima, é preciso fazer duas considerações. Em primeiro lugar, o fato de que a abordagem da identidade nos traz e deve ser retido: falar de identidade partidária e ideológica é falar do PT, pois esse é o único partido que consegue ter ressonância nas pesquisas que tentam captar esse tipo de relação. Analisando os ESEB 2010, Nicolau (idem) chega a afirmar que “ter preferência por partido é basicamente ser petista; os eleitores do partido representavam cerca de 2/3 dos eleitores partidários¹ (p. 315)”. Em segundo lugar, é investigar a diferença da identidade com o partido e a identidade com o candidato dentro do PT, que vai se tornar mais forte a partir das eleições de 2006, quando surgem os chamados ‘eleitores lulistas’ – em última instância, definidos como os eleitores que se identificam com o Lula, mas que não têm forte referência no PT – e os eleitores petistas.

A primeira consideração traz um problema para uma análise que busca o reconhecimento ou não de um realinhamento eleitoral. Como vimos quando analisamos a relação entre partidos e bases eleitorais através da perspectiva da identidade partidária no Brasil, só é possível falar do PT, isto é, só é possível considerar um único partido – eis um grande problema. Esse fato pode deixar a teoria do realinhamento eleitoral “manca”, pois ela passa a ser a narrativa da trajetória dos eleitores que se identificam com o PT e os que não o fazem. Em outras palavras, a teoria do realinhamento eleitoral, que foi elaborada para analisar a evolução no tempo da relação entre bases eleitorais e sistema partidário, no Brasil, termina por analisar apenas a relação dos eleitores com um partido (o PT) e, portanto, está impedida de ser explicativa para todo o sistema partidário.

Ao identificar o realinhamento em 2006, Singer (2009, 2012) incide nesse mesmo problema. Para o autor, os eleitores se dividem entre os que votam à direita e os que votam no PT, levando para o núcleo da análise uma relação de identidade ideológica na qual só existe um partido. De outra forma, os eleitores do PSDB não têm identidade forte com o partido, pois não existe um peessedebismo correspondente ao petismo. Seria isso uma fragilidade do sistema partidário brasileiro? O que podemos afirmar agora é que essa ausência de identidade explícita com os partidos à direita do espectro ideológico enfraquece as condições institucionais para que possa ser realizada uma análise a partir da teoria do realinhamento eleitoral. Afinal, essa não é uma teoria que pode ser restringida à história de um partido, pois ela pretende explicar mudanças no sistema partidário.

¹ Entenda-se por eleitor partidário os eleitores que identificam um partido como preferível aos demais.

Outros autores identificam também o PT como o único partido capaz de produzir identidade partidária significativa. Anderson (2011), analisando o período dos dois mandatos de Lula, afirma:

Vindo ele mesmo da mais profunda pobreza do Brasil, a ascensão de Lula de operário no chão da fábrica a líder do país nunca foi um triunfo pessoal: o que a tornou possível foi a mais notável insurgência sindicalista do último terço do século, **criando o primeiro – e até agora único – partido político moderno do Brasil** que se tornou o veículo da sua ascensão. Juntos, a combinação de uma personalidade carismática e a organização com dimensões nacionais sempre foram trunfos formidáveis (Anderson, 2011, p. 23, grifos nossos).

Essa afirmação joga força para a crítica que estamos construindo, na qual a teoria do realinhamento eleitoral no Brasil ficou restrita a um único partido, criando problemas para a compatibilização com seu próprio objetivo teórico.

Por fim, e em consequência do exposto acima, resta-nos investigar com mais detalhes a segunda consideração levantada por Nicolau (idem): trata-se de analisar a diferença entre o *lulismo* e o petismo, ou seja, analisar mais de perto os próprios eleitores do PT.

3.3.2 *Lulismo* e petismo

Parte da literatura sobre o PT identifica uma relação contraditória entre o fenômeno do *lulismo* e o petismo. A data que marca essa tensão é a mesma que está identificada com o realinhamento eleitoral – o ano de 2006. Nessa literatura, ambos os fenômenos configuram processos que se dão no interior das bases eleitorais do PT e que, portanto, têm relação estreita com as características históricas desse partido, compondo um mesmo campo de análise, qual seja, as bases eleitorais do PT. Nesse sentido, os estudos que comparam o petismo e o *lulismo* pretendem captar as diferenças políticas de um e de outro – isto é, quais são os valores e ideias inerentes ao *lulismo* e ao petismo. Ao mesmo tempo, também se debruçam sobre as características socioeconômicas e regionais de ambos, diferenciando-os através de suas distintas bases eleitorais. Em geral, o petismo é marcado pela identidade partidária, ao passo que o *lulismo* é marcado por uma relação frágil com o partido e tem no voto econômico sua explicação mais difundida.

Visto do alto, podemos identificar o petismo como a “ideologia” própria do PT (Samuels, 2004; 2008), relacionada com a história do partido e sua origem sindical e popular. O movimento operário, a ala progressista da Igreja Católica, vinculada à linha da Teologia da Libertação, uma gama de intelectuais de esquerda, candidatos mais progressistas que compunham o antigo MDB e a militância advinda das dissidências do PCB compuseram a base social amplamente identificada que deu origem ao partido. A partir dessa base, ergueram-se os pilares do petismo: a mobilização

popular, a transparência e ética na política e a implementação de políticas voltadas para as classes populares (Secco, 2011). Esses valores e conjunto de ideias – as quais consideramos poderem ser identificadas com a socialdemocracia europeia (como veremos numa seção mais adiante) – compõem o petismo.

Em contraste, o *lulismo* tem outra origem – não nas lutas populares, mas na miséria e nas relações clientelistas com a política – seus valores estão relacionados com uma relação mais pragmática com a política e podem ser explicados pelo voto econômico, isto é, pela racionalidade, que entende o candidato eleito como responsável pelos avanços e retrocessos na economia do país. Como vimos no capítulo anterior, na visão de Singer (2012), os “lulistas” integram o eleitorado que compõe a fração da classe trabalhadora identificada com o subproletariado, o qual, por dedução do autor, é conservador mas defende mudanças e avanços sociais sem mobilizações – o que sugere uma posição de conciliação e aceitação da ordem constituída. O eleitor lulista pode, por exemplo, votar em um candidato à direita para governador, ao mesmo tempo que vota no PT para o planalto.

Os estudos que miram a diferença entre as bases eleitorais que elegeram Lula em 2002 e as que o reelegeram em 2006 revelam diferenças e tensões entre as bases petista e lulista. O destaque nas diferentes características do eleitorado passa, em primeiro, pelo seu perfil econômico. Enquanto o eleitorado que elegeu Lula em 2002 está espalhado por todas as faixas de renda, concentrando-se nos estratos médios, o eleitor que elegeu Lula em 2006 é predominantemente de baixa renda. O estudo pioneiro de Hunter e Power (2007) correlaciona os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) dos estados que mais votaram no PT em 2002 com os de 2006. E chegam a conclusão de que, em 2002, não houve uma correlação alguma entre IDH e o voto em Lula, mas já em 2006 deu-se uma correlação negativa, isto é, quanto menor o IDH do Estado, maior foi a votação de Lula. A partir desses dados, os autores sugerem uma mudança nas bases eleitorais do PT, as quais em 2006 passam a estar nos eleitores mais pobres.

Outros estudos vão reafirmar essa hipótese e complementá-la com dados de pesquisa de opinião sobre identidade partidária. A hipótese fortalecida com os dados dos ESEB é que, em 2006, ocorre um fortalecimento na relação do eleitor com o candidato, em detrimento da relação do eleitor com o partido – fazendo emergir um eleitor sem identificação partidária –, ao mesmo tempo que ele passa a estar mais concentrado nas camadas de baixa renda (Carreirão, 2007; Halzhacker e Balbachevsky, 2007; Renno e Cabello, 2010). A síntese de Halzhacker e Balbachevsky é que se em 2002 o voto pode ser explicado muito mais pela identidade partidária do que pela estratificação social:

Nas eleições de 2006, ao contrário, a estratificação social revelou-se uma

variável importante para a predição do voto do eleitorado brasileiro. Mas, surpreendentemente, nessas eleições, a dimensão ideológica perdeu força preditiva em relação ao voto. Em todos os estratos sociais que consideramos em nossa análise, o posicionamento ideológico dos eleitores foi pouco importante para explicar a decisão do voto. Como assinalamos anteriormente, esse resultado é tanto mais surpreendente quando se considera a forte e tradicional associação entre o voto em Lula e a autoidentidade de esquerda do país. Por outro lado, ele tende a corroborar a interpretação mais cética, que vê um esvaziamento da dimensão ideológica e do confronto de classes para explicar a vitória de Lula nas eleições de 2006. Quaisquer que tenham sido as outras motivações do eleitorado que votou em Lula, as questões ideológicas que tradicionalmente motivaram seus eleitores estiveram ausentes nesta eleição (idem, 2007).

Corroborando essa mesma análise e acrescentando aspectos sobre a geografia do voto, uma série de outros estudos (Soares; Terron, 2010; Marzagão, 2013; Terron; Soares, 2013) vão acompanhar o diagnóstico da divisão entre as bases do lulismo e as bases do petismo e do peso da estratificação social por renda na explicação do voto em 2006. Em especial, o estudo de Terron e Soares (2010) afirma que entre 1994 até 2002 houve um distanciamento das bases eleitorais do PT e do candidato petista à Presidência da República – Lula –, processo que culmina com um “divórcio” em 2006 – ou seja, a imensa maioria que votou em Lula em 2006 não votou no PT para outras instâncias (no caso da análise para seus candidatos a deputado). Abaixo, indicamos os mapas elaborados pelos autores:

Figura 3.1 – Territórios eleitorais do PT

Figura 6
Territórios eleitorais do PT nas eleições para presidente e deputado federal
(2002 - 1º turno)

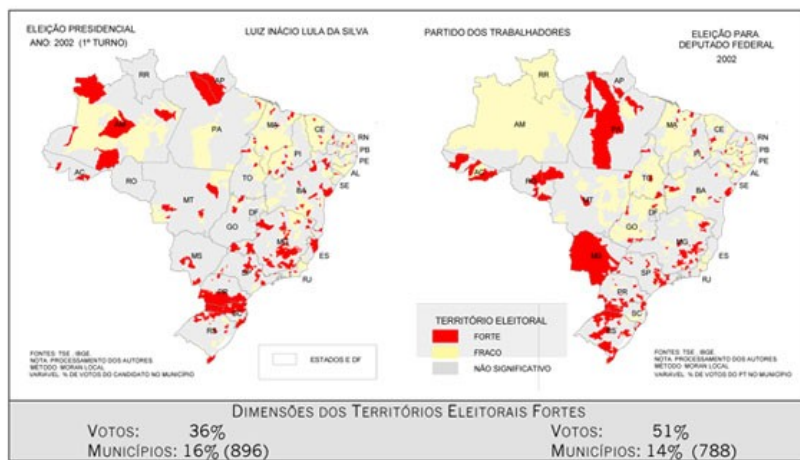
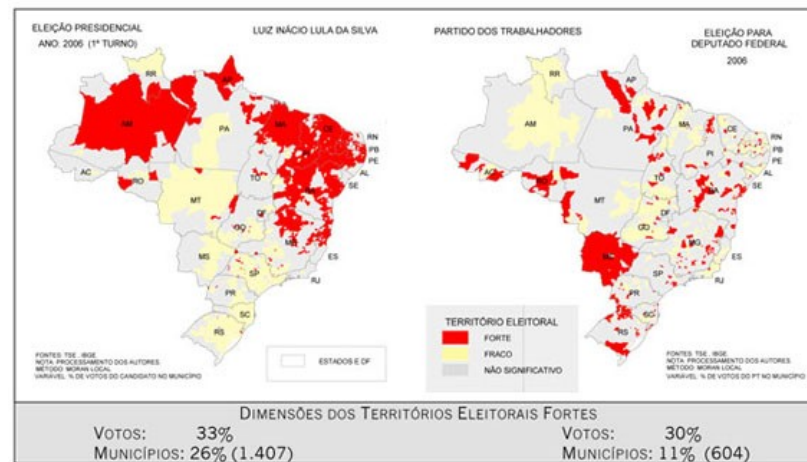


Figura 7
Territórios eleitorais do PT nas eleições para presidente e deputado federal
(2006 - 1º turno)



Fonte: Terron e Soares (2010).

A partir da produção desses dados, os autores afirmam que:

Os territórios eleitorais em comum diminuem. Os territórios eleitorais em comum a Lula e ao PT, que no primeiro ciclo (1994 a 2002) variaram entre 386 e 435 municípios, passaram a 115 municípios em 2006. Destes, apenas 13 são municípios do centro-sul. Os demais são do norte e nordeste do país (Terron e Soares, idem, p. 333).

Ou seja, em 2006 o *lulismo* se confirma e ganha uma base eleitoral própria. Os ganhos eleitorais para o candidato a Presidência da República não se transformam em ganhos eleitorais para o partido em outra instância. Mais do que isso, essas duas bases eleitorais têm características diferentes: enquanto a base “petista” tem forte vínculo partidário, é homogênea em relação à estratificação social e à geografia brasileira, a base lulista, pelo contrário, está localizada nas camadas de baixa renda, não possui vínculo partidário ou ideológico e concentra-se nos Estados do Norte e Nordeste.

Essa constatação de tensões entre lulistas e petistas é importante para conseguirmos dimensionar os movimentos internos das bases eleitorais do próprio PT. No limite, podemos afirmar que o PT é um partido com duas bases eleitorais – o que apenas o fortalece; afinal, ele consegue atrair dois tipos distintos de eleitores.

No entanto, para um partido de tradição de esquerda e que se construiu a partir das lutas sociais, essas duas bases constituem um dilema político eleitoral: o momento em que ele consegue penetrar nas camadas mais pobres da população brasileira e avançar para o interior do Brasil é também o mesmo momento de enfraquecimento ideológico com seu novo eleitorado. Ou seja, o que fortalece o partido do ponto de vista eleitoral dá sinais claros de enfraquecimento do ponto de vista da identidade política.

Há diversas explicações para esse dilema político eleitoral, e uma delas é estritamente econômica: o *lulismo* e sua nova base social são consequência das políticas públicas aplicadas no governo Lula – sobretudo, o Programa Bolsa-Família (PBF).

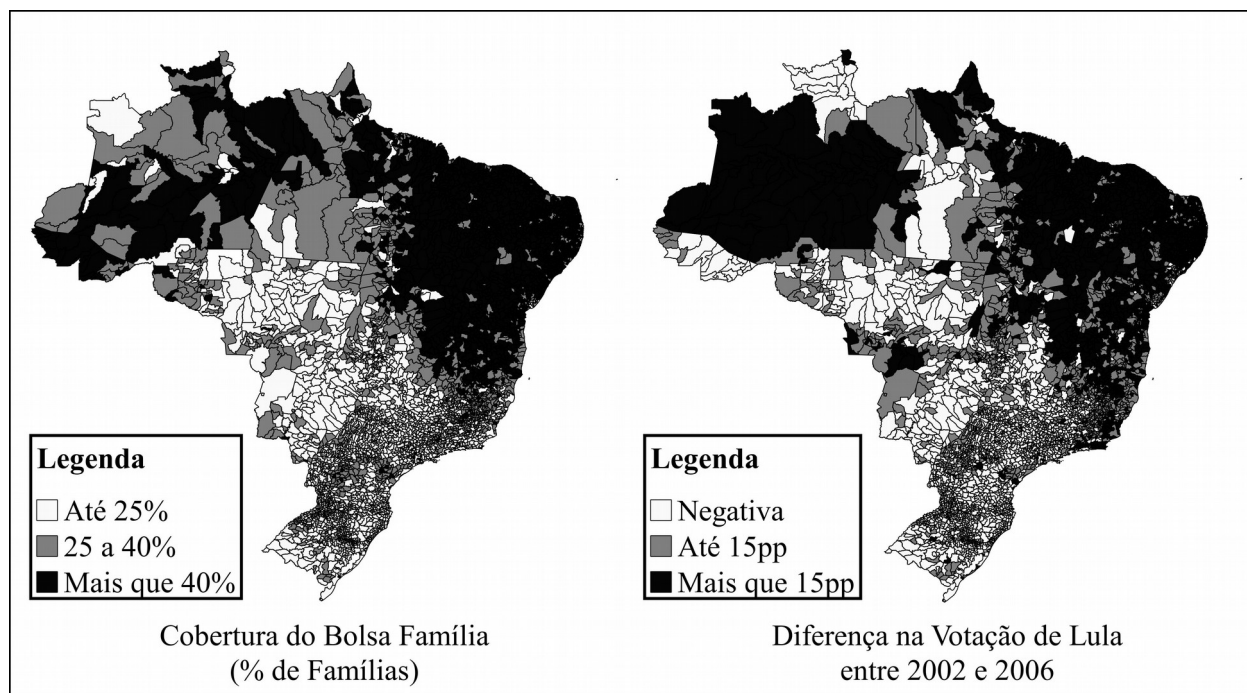
3.3.3 O Programa Bolsa-Família e o voto para Presidente da República

Zucco (2008, 2013, 2015) foi um dos pioneiros a encontrar uma correlação entre o voto para a Presidência da República no PT e o PBF. Em seu primeiro estudo, ele correlaciona os dados municipais (fornecidos pelo próprio governo) em relação a incidência do PBF com o voto no PT – e comprova de várias formas a correlação entre esses dados. O resultado estatístico da correlação mostra que, quanto maior for a porcentagem de habitantes do município que recebem o PBF, maior é a porcentagem de votantes no PT.

Corroborando a constatação de Zucco, os mapas abaixo mostram a relação entre a incidência

do PBF e o aumento percentual da votação de Lula entre 2002 e 2006.

Figura 3.2 – Cobertura do Programa Bolsa Família e desempenho eleitoral de Lula em 2002 – 2006²



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

² Agradecemos a Diego Correa pela colaboração com a produção desses dados e também com o debate acerca do realinhamento eleitoral.

Ora, esses mapas ilustram a relação entre o PBF e o voto de forma bastante clara. A região em que a votação de Lula aumentou mais de 15%, em relação a 2002, coincide com os lugares onde a cobertura do PBF é maior que 40%. As regiões de maior incidência dessa política – e, portanto, os locais onde o PT ganhou mais eleitores em 2006 – são as mesmas: as regiões Norte e Nordeste.

Não obstante, antes de tecer qualquer conjectura, é preciso lembrar que a análise estatística apenas revela que há uma relação, que por si mesma pode não explicar o fenômeno que relaciona. Isto é: provado que há uma relação entre o voto e o Programa Bolsa-Família, é preciso levantar hipóteses que a expliquem. Em outras palavras, qual é o significado dessa relação para a política brasileira?

A explicação amplamente defendida para tal é a do voto econômico. A teoria do voto econômico argumenta que o principal determinante do voto é o estado da economia no contexto da eleição: se a economia vai bem, o incumbente tem grandes chances de reeleição, ou de fazer o sucessor; se a economia vai mal, ele tende a perder a eleição. Nesse sentido, para a teoria do voto econômico, o eleitor tem uma relação com as eleições semelhante àquela do mercado – uma relação de maximização da utilidade do voto. Essa teoria explicaria por que, na eleição de 2006, o PT cresceu amplamente nas regiões Norte e Nordeste, pois são essas regiões as que mais se beneficiaram com suas políticas públicas. Além do PBF, um conjunto de outras políticas sociais, como o “Luz para todos”, o aumento real do salário-mínimo, o aumento do crédito para pessoa física, influenciariam da mesma forma a decisão sobre o voto nas regiões mais pobres do país.

Por fim, a partir dessa análise, o eleitor lulista teria apenas uma relação de “custo/benefício” com o voto no PT e não se interessaria pela ideologia de esquerda do partido. O desdobramento dessa hipótese seria que o PT, então, navega no resultado positivo da política que implementou em um momento conjuntural de crescimento econômico, mas que ele não consegue converter esses votos em base eleitoral forte para o partido. Será que isso ocorre? Como vimos, as pesquisas de opinião corroboram essa análise, na medida em que confirmam que esse eleitor não tem identidade partidária com o PT. Não obstante, é preciso ir além dessa constatação imediata. É necessário se perguntar o que isso significa para a vida política brasileira. Nesse sentido, a teoria do voto econômico é relevante para captar o momento da escolha do eleitor, mas ela é limitada para explicar o significado dessa escolha para a vida política. Outros dados e reflexões sobre isso avançam para além da mera relação da eleição com o “mercado político”.

Zucco (2014) faz um balanço das hipóteses levantadas, apontando uma conjectura alternativa. Diz o autor que é preciso, inicialmente, afastar algumas explicações imediatas sobre a relação do voto e o PBF. A primeira explicação a ser afastada é a de que o aumento dos votos do PT nas regiões de alta incidência do PBF seria expressão da política de clientelismo típica dos grotões do Brasil, isto é, o PBF estaria incidindo de forma a reproduzir os resquícios do coronelismo, no qual a relação de “favor” entre candidato e eleitor é o ponto-chave para explicar o voto – numa

tradição anterior às relações democráticas e, no limite, de negação da democracia. Zucco argumenta que o PBF é justamente o contrário desse tipo de relação, pois é uma política pública complexa, na qual há mediações técnicas e impessoais para sua realização. Os que argumentam no sentido da reprodução de relações clientelistas ignoram os mecanismos de implantação do PBF e seu efeito. Além disso, Zucco argumenta que o crescimento do voto nos locais nos quais há alta incidência do PBF está justamente entre os não beneficiários, pois em diversas pesquisas de opinião entre os que eram usuários do programa não houve correlação desses com o voto no PT – o que joga a correlação para os não beneficiários. Evidentemente, o efeito da política não atinge apenas os que diretamente recebem o benefício, mas também todos os familiares que estão sob o amparo do beneficiado e o entorno, como o pequeno comércio local etc. Balbachevsky e Holzhacker (2011) corroboram essa hipótese ao analisar os ESEB 2010 e compará-los com outra pesquisa de opinião dirigida à elite. Defendem as autoras que há um consenso sobre a diminuição da pobreza, isto é, a agenda implantada pelo PT atinge, com relevância, os não beneficiários. Por conta disso, Zucco (idem) levanta a hipótese de que a polarização nas eleições de 2014 pode ser explicada pelo fim desse consenso e pela polarização entre os não beneficiários que concordam com o programa e os que discordam dele. De qualquer forma, salienta o autor que não se pode reduzir o debate ao PBF, pois, além de haver outras políticas que podem incidir sobre o voto e que não tem a mesma facilidade de ser apreendida em dados – como o aumento do salário-mínimo –, há ainda outras possibilidades de relação entre eleitor e partido. Nesse sentido, levantamos alguns dos dados de filiação que ajudam a ir além da hipótese do voto econômico. A tabela abaixo compara a quantidade de filiados por região do país entre 12/2002 e 6/2015, segundo dados do sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral:

Tabela 3.1 – Comparação de dados de filiação do PT 2002 – 2015

Regiões	2002	2015	Taxa de Crescimento
Norte	60.970	119.682	96,30%
Nordeste	185.820	342.699	84,43%
Sudeste	447.799	714.645	59,59%
Centro-Oeste	85.951	121.507	41,37%
Sul	208.859	284.100	36,02%
Total	989.399	1.582.633	59,96%

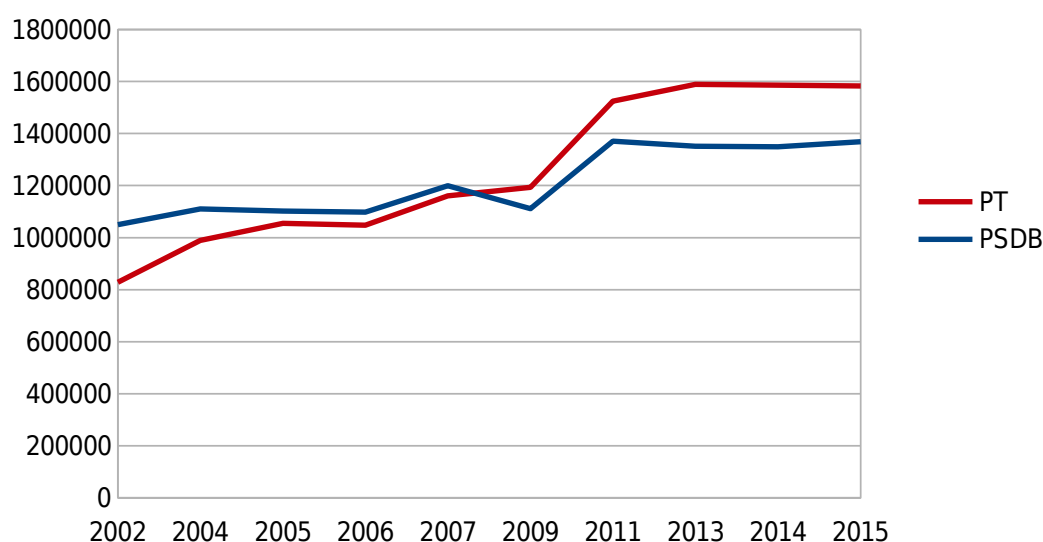
Fonte: TSE

É preciso destacar dois fatores nos dados acima. O primeiro deles é o impressionante crescimento da filiação ao PT como um todo. Entre dezembro de 2002 e julho de 2015, o PT tem um crescimento de mais de 500 mil eleitores, cerca de 60% a mais. Parte significativa desses quase

60% se deve ao expressivo crescimento da filiação ao PT no Norte e Nordeste, justamente nos lugares em que o voto aumenta. Em 2002, as regiões Norte e Nordeste representavam 25% do total de filiados do partido; já em 2015, ambas as regiões somam 30%.

Em relação ao PSDB, o PT, que historicamente sempre esteve atrás em relação ao número total de filiados dos tucanos (apesar de os tucanos não conseguirem criar relação forte com seu eleitorado), ultrapassa-o entre 2007 e 2008, colhendo os frutos positivos da gestão anterior. O gráfico abaixo mostra a evolução do número de filiados das duas agremiações políticas.

Gráfico 3.1 - Evolução do número de filiados de 12/2002 a 7/2015



Fonte: TSE

O gráfico acima nos mostra que, apesar de o PT crescer mais que o PSDB, os tucanos também aumentam seu número de filiados. Além disso, é significativa a estagnação do número de filiados que ocorre em 2013 – justamente no ano das mobilizações que marcam uma virada na política nacional. Vale destacar que a estagnação das filiações é também para o PSDB, partido que poderia estar se beneficiando das perdas de popularidade que ocorrem no início do Governo Dilma Rousseff. No entanto, os tucanos ainda não conseguiram transformar em ganhos políticos as mobilizações populares contra o governo de então.

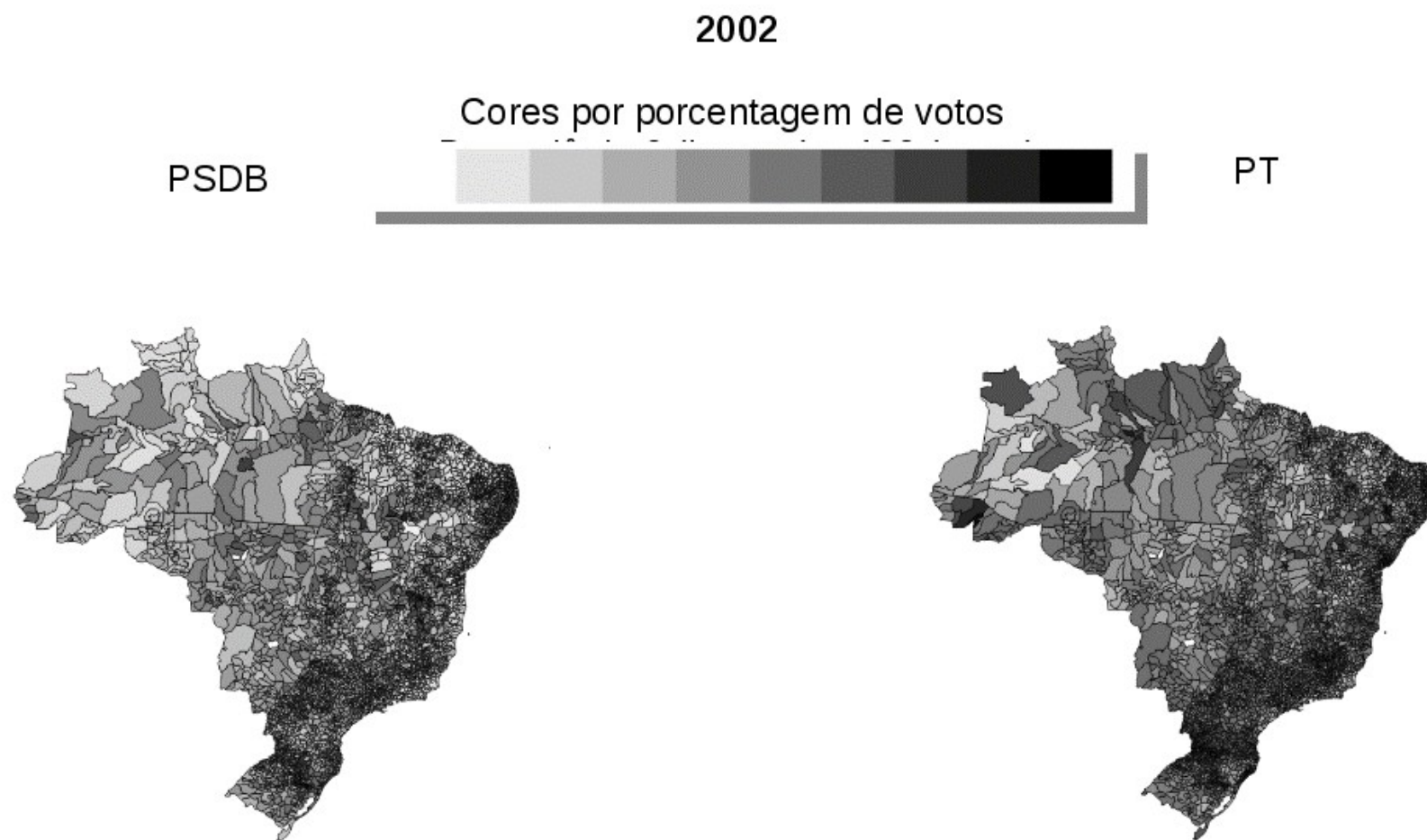
No que toca à teoria do realinhamento eleitoral, o problema colocado se repete: a relação partido-eleitor ainda está restrita ao PT – e ficamos presos na análise da base partidária de um único partido. Não obstante, agora com outra qualidade, pois foi possível observar que há ganhos políticos para além do *lulismo* – como o crescimento do número de filiados. Nesse sentido, é possível ver uma única base eleitoral crescer, a base eleitoral do PT como um todo – e levantar a hipótese de que o crescimento dos lulistas está ligado ao dos petistas; afinal, uns são a base de influência dos outros.

Dimensionado então a relação do PT com sua base eleitoral, podemos partir para um outro campo de análise, o qual já está sugerido nos dados de filiação entre PT e PSDB: a competição partidária como fator determinante do voto e do processo político nacional.

3.3.4 A competição eleitoral

Nas duas seções anteriores, debruçamo-nos nas questões sobre as bases eleitorais do PT – afinal, do ponto de vista da identidade partidária, ele é o único partido que tem força estatística. Contudo, se aceitarmos o voto como medida definitiva da relação entre eleitor e partido, podemos ampliar nosso leque de possibilidades e, superando o debate anterior, reerguer a hipótese do realinhamento eleitoral. As duas imagens abaixo deixam isso claro: quando partimos da comparação das eleições de 2002 com as de 2006, do ponto de vista das bases que votam no PT e no PSDB, intuitivamente somos levados a constatar que houve uma inversão formidável, que pode ser explicada como um realinhamento eleitoral.

Figura 3.3 – Mapas eleitorais de 2002 e 2006



FONTE: TSE/IBGE
ELABORAÇÃO PRÓPRIA

2006

Cores por porcentagem de votos
Degradê de 0 (branco) a 100 (preto)

PSDB



PT



FONTE: TSE/IBGE
ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Observando os mapas acima, vemos como em 2002 os votos do PT se espalham como um mosaico pelo território brasileiro, não havendo uma definição geográfica clara. Assim também são os votos do PSDB, dispersos pela geografia brasileira. No entanto, em 2006, esses votos formam uma nova configuração: os do PT passam a estar concentrados nas regiões Norte e Nordeste, enquanto o PSDB abocanha o Sudeste e o Centro-Oeste. Ou seja, se considerarmos o voto como medida das preferências eleitorais, as imagens sugerem um realinhamento das bases partidárias. Contudo, não estaríamos nos restringindo apenas a 2002 e 2006?

Limongi e Guarnieri (2014; 2015) vão questionar justamente hipóteses desse tipo, e para tal utilizam a análise da competição eleitoral. Para os autores, há uma excessiva atenção da literatura recente sobre as diferenças entre as eleições de 2002 e 2006, com menosprezo de pleitos anteriores. Esse recorte restrito no tempo levaria a uma série de hipóteses problemáticas, que priorizam elementos econômicos, sobretudo as políticas públicas, e não conseguem fornecer uma explicação do conjunto dos processos eleitorais do país, sobretudo a partir de 1994 – ano no qual se inaugura a polarização PT vs. PSDB. O ponto de partida dos autores é que a dinâmica bipartidária na corrida eleitoral para Presidente da República faz a lógica do voto funcionar como uma gangorra: onde o PSDB perde, o PT ganha, e vice-versa. Nesse sentido, é preciso ampliar o número de pleitos da análise e ver quais eram as tendências de crescimento do PT e do PSDB, levando em conta também, para cada pleito, as coligações e articulações nacionais para a entrada do partido em terreno desconhecido.

Para tal, os autores analisam de forma pioneira os dados do TSE, desagregando-os por seção eleitoral – a menor parte possível da estrutura eleitoral brasileira. A primeira conclusão a partir dessa análise é uma importante reinterpretação do movimento ocorrido entre 2002 e 2006. Limongi e Guarnieri defendem que o PT tem crescido em número de votos em todos os pleitos, até conseguir a Presidência da República – a tendência geral era seu crescimento em todos os Estados. Nesse sentido, a pergunta que se deve fazer não é o porquê de o PT ter crescido no Nordeste, mas o porquê de ele ter estagnado ou perdido votos no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Da mesma forma, a pergunta se refaz para o outro lado, qual seja: por qual razão o PSDB perdeu votos no Norte e Nordeste e avançou no Sul, Sudeste e Centro-Oeste?

Para os autores, a questão inicial tem resposta na explicação do pleito de 2002 – e essa passa necessariamente pela consideração de que em 2002 o PT ampliou seu leque de alianças:

[...] o PT participou e foi derrotado em três eleições consecutivas antes de chegar ao poder. Para vencer em 2002, necessariamente, Lula deve ter atraído eleitores que não o sufragaram nas eleições anteriores. Logo, o PT não poderia ter chegado ao poder com o apoio de suas bases tradicionais, quaisquer que sejam elas (p. 61).

A ampliação do leque de alianças do PT, na coligação que incluiu pela primeira vez um partido de centro-direita, o Partido Liberal, tendo como vice José Alencar – um conhecido

empresário – joga a explicação para a competição partidária. O PT foi atrás de conquistar eleitores onde o PSDB estava ganhando. A mesma lógica opera em 2006, apesar de ser evidente que as políticas públicas como o PBF operam com peso considerável no avanço do PT no Norte e Nordeste, parte importante da explicação está na aliança feita com o PSB. Ciro Gomes tornou-se Ministro do Interior e ergueu o PSB em estreita aliança nacional com o PT, permitindo o avanço do partido para os grotões – o que ocorreria independentemente do Programa Bolsa-Família. Ao mesmo tempo, o PFL/DEM perdeu espaço substantivo no Nordeste, ou seja, a aliança feita pelos Democratas com o PSDB não resultou em fortalecimento dos tucanos na região. Em outras palavras, o fracasso de um é o sucesso de outro.

Analizando dados estaduais, os autores mostram que o PT ganharia no Nordeste mesmo na hipotética ausência do PBF. Essa elaboração é fundamental para afastar teorias que querem encontrar na relação do eleitor com o Lula um viés simplesmente personalista, ou as que defendem que os grotões tendem a votar no partido do governo independentemente das coligações partidárias. Para os autores, essas explicações são superficiais e perdem o jogo político, pois é preciso olhar com atenção como se movimentam as alianças:

Não apenas o controle do governo não garante os votos dos eleitores mais pobres das pequenas cidades nordestinas, como também não é verdade que partidos de oposição não tenham como avançar sobre esse eleitorado sem a máquina do Estado. Lula, Ciro Gomes e Garotinho roubaram votos do governo [do PSDB] em 2002. No segundo turno, Lula amplia essa investida. Assim, do posto de vista do PT, entre 2002 e 2006, a tarefa era dupla: manter os eleitores conquistados e ampliar avanços. Na região Nordeste, o partido foi capaz de fazer essas duas coisas. No Sudeste, não (p. 75).

Em 2006, os ganhos no Nordeste compensaram as perdas no Sudeste, e Lula foi reeleito. Nesse movimento, dizem os autores, o PT e o PSDB se dirigem, pela primeira vez, para uma disputa na qual aparecem com bases eleitorais cujas características estão mais definidas, e não apenas espalhadas. A partir dos dados do TSE sobre o perfil do eleitor, os autores concluem que: o PSDB, forte nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (nessas regiões, todos os estratos do eleitorado tendem a votar na agremiação), tem como base um eleitorado mais escolarizado; já o PT, forte nas regiões Norte e Nordeste, tem como base um eleitorado menos escolarizado.

Do ponto de vista da teoria do realinhamento eleitoral, essa última constatação de Limongi e Guarnieri é de interesse considerável, pois apresenta uma narrativa consistente dos pleitos eleitorais de 1994 até 2006, na qual conclui um salto de qualidade na relação entre partido e bases eleitorais. Para além das conclusões dos autores, podemos afirmar que é só nas eleições de 2006 que os partidos PT e PSDB revelam suas bases com características distintas. No entanto, é evidente que esse processo já estava em curso há mais tempo.

Considerações sobre o capítulo 3

Este é o momento de voltarmos à questão inicial do capítulo: é possível utilizar a teoria do realinhamento eleitoral para analisar a recente democracia brasileira? Para responder a tal pergunta, empreendemos uma análise sobre as premissas institucionais contidas na teoria do realinhamento e sua aplicação em terreno estadunidense, enfrentando as dificuldades de transpor a análise para a realidade brasileira.

A conclusão a que chegamos é que a teoria do realinhamento eleitoral precisa de mais ajustes para que possa se tornar uma ferramenta forte para a análise dos processos eleitorais no Brasil. Três grandes obstáculos impedem sua utilização da forma como foi elaborada, e da maneira como está em Singer (2009, 2012). O primeiro impedimento é o aspecto temporal: há uma baixa quantidade de pleitos, o que torna a hipótese de realinhamento no mínimo frágil. O segundo é a questão do bipartidarismo, que mesmo que relativizada pela polaridade PT e PSDB, exige uma diminuição no número de pleitos a ser considerado (exclui-se o de 1989) e indica, pela dinâmica pluripartidária nas outras esferas e níveis eleitorais, uma possível fragilidade na relação partido e base eleitoral. O terceiro e último obstáculo é justamente a relação entre base eleitoral e partido no Brasil.

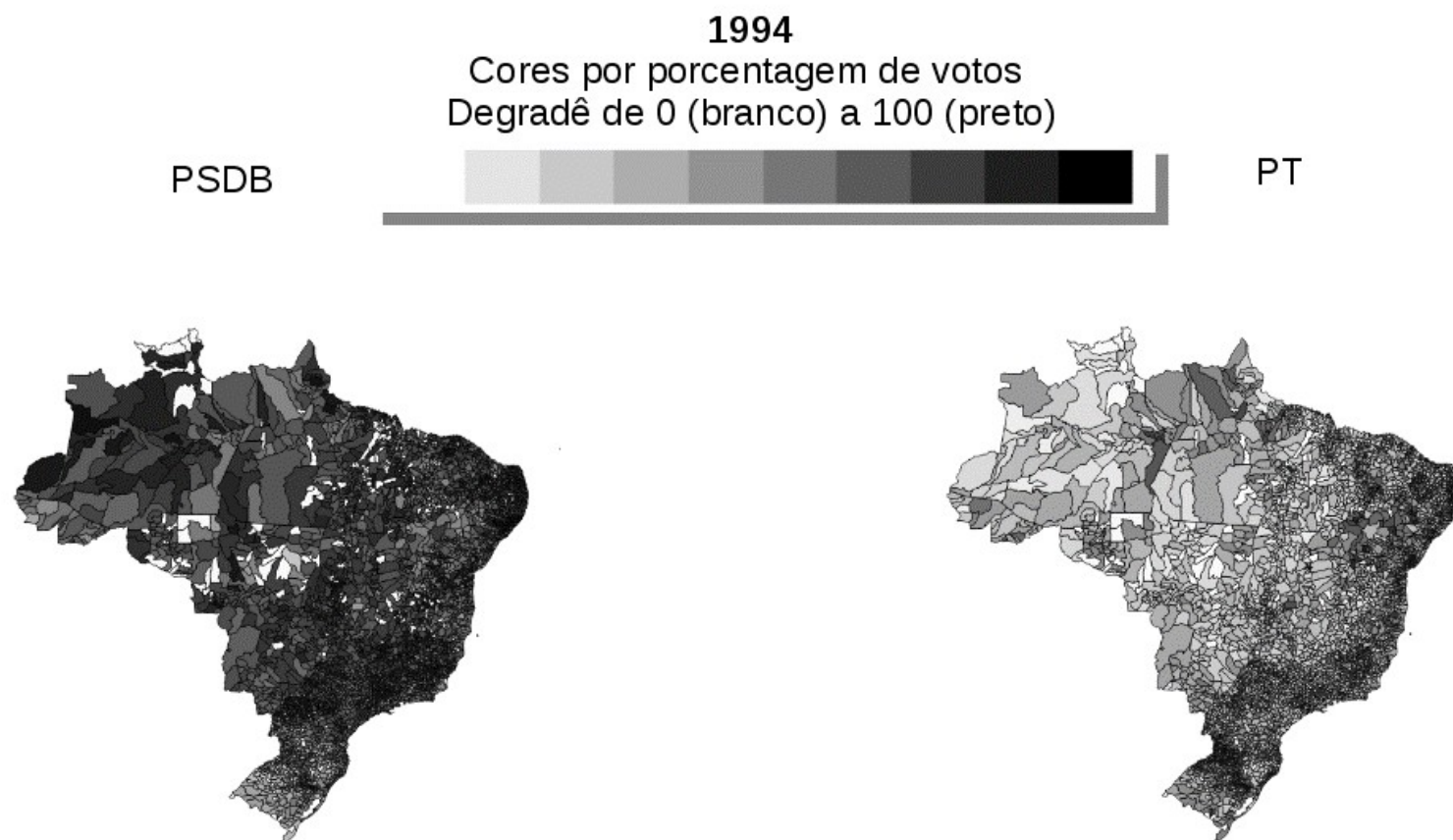
Sobre esse último obstáculo, foi preciso considerar: a) a excepcionalidade da relação do PT com sua base eleitoral no Brasil: o PT é o único partido que possui uma base eleitoral com expressiva identidade partidária. Nesse ponto, a teoria do realinhamento eleitoral ficaria restrita a explicar a dinâmica de um único partido, ou seja, deixaria de cumprir com seu principal objetivo: explicar as mudanças da base eleitoral em relação ao sistema partidário; b) esse debate levaria a uma análise entre petistas e lulistas, o que seria mais bem explicado por outras abordagens e, mesmo assim, a diferença entre esses eleitorados precisa ser relativizada – pois ao fim e ao cabo ambos são bases de um único partido e se complementam; c) mesmo fazendo caso omissa da questão da identidade partidária, e considerando o voto como única medida da relação partido e base eleitoral, ainda não é possível falar de realinhamento eleitoral no Brasil – pois não havia padrão definido na relação eleitorado e partidos até 2006, quando se verifica, pela primeira vez, um padrão claro e distinto entre as bases eleitorais do PT e do PSDB.

Nesse sentido, a “maldição” de Lavareda (1999) ainda paira sobre a cena eleitoral brasileira: no Brasil, a teoria do realinhamento eleitoral só pode ter um sentido vago, pois o momento ainda é de consolidação do sistema partidário, isto é, consolidação da relação entre os partidos e suas bases eleitorais. Não obstante, podemos argumentar que, diferentemente do cenário de 1945-1964, os partidos não foram extintos e a democracia persiste. Se não podemos falar de realinhamento, **podemos falar de um alinhamento eleitoral – iniciado não em 2006 mas pelo menos em 2002:** tanto do ponto de vista geográfico como socioeconômico, os eleitores do PT e do PSDB se

distinguem. Nesse sentido, há uma novidade no cenário.

A hipótese alternativa que levantamos é, portanto, a do alinhamento eleitoral. Os mapas que seguem mostram a geografia do voto, no primeiro turno, das eleições de 1994 até 2014. Note-se que é somente a partir de 2006 que um padrão é revelado – antes disso, o voto de ambos os partidos está disperso. O padrão revelado em 2006 se repete em 2010, com maior força para a votação do PT; e também se repete em 2014, agora com maior polarização. Uma explicação consistente sobre o *alinhamento eleitoral* pode ser encontrada tanto na racionalidade do eleitorado quanto na competição partidária e escolhas feitas pelos líderes das agremiações. Isto é, ela passa pelas escolhas das alianças eleitorais e pelo efeito positivo que as políticas públicas gestadas em 2002, associadas ao crescimento econômico, tiveram sobre eleitorado de baixa renda.

Figura 3.4 – Mapas eleitorais de 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014



FONTE: TSE/IBGE
ELABORAÇÃO PRÓPRIA

1998

Cores por porcentagem de votos
Degradê de 0 (branco) a 100 (preto)

PSDB



PT



FONTE: TSE/IBGE
ELABORAÇÃO PRÓPRIA

2002

Cores por porcentagem de votos

PSDB



PT



FONTE: TSE/IBGE
ELABORAÇÃO PRÓPRIA

2006

Cores por porcentagem de votos
Degradê de 0 (branco) a 100 (preto)

PSDB



PT



FONTE: TSE/IBGE
ELABORAÇÃO PRÓPRIA

2010

Cores por porcentagem de votos
Degradê de 0 (branco) a 100 (preto)

PSDB



PT



FONTE: TSE/IBGE
ELABORAÇÃO PRÓPRIA

2014

Cores por porcentagem de votos
Degradê de 0 (branco) a 100 (preto)

PSDB



PT



FONTE: TSE/IBGE
ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Os mapas corroboram a hipótese de alinhamento eleitoral, e a explicação do fenômeno faz uso tanto do lado da “oferta” (alianças partidárias) quanto da “demanda” (políticas públicas requeridas pelo eleitorado) desse mercado político (as eleições). Todavia, é preciso aprofundar a investigação e nos indagarmos sobre o significado desse alinhamento eleitoral para a vida política nacional. Pois, do ponto de vista da esquerda, ele é o amadurecimento da experiência do partido que figurou como a promessa socialista mais impressionante em força e tamanho no final do século XX: o PT, como apontado por Anderson (2011). Por outro lado, o alinhamento eleitoral é indício forte de consolidação da democracia em seus aspectos mais modernos – isto é, o de nossa atualização para com as instituições da ordem do capital e garantia de sua perpetuação. Como dimensionar essa experiência? E para onde ela nos leva? Levantar elementos para responder a essas perguntas é o que faremos no próximo capítulo.

.4.

DUAS ABORDAGENS, UMA TEORIA

No primeiro capítulo deste trabalho, apresentamos uma das potencialidades da teoria do realinhamento eleitoral, qual seja, conseguir integrar uma análise sobre comportamento eleitoral a um estudo mais abrangente a respeito da totalidade do sistema político. Em outras palavras, a teoria do realinhamento eleitoral pode ser encarada como uma ferramenta para juntar duas pontas da ciência política: a análise comportamental “econômica” e a chamada sociologia política.

Essa possibilidade está aberta na medida em que tal teoria tem de cumprir uma dupla tarefa: precisa dar conta de explicar as eleições pontualmente – e para isso recorrer à literatura que privilegia a racionalidade individual do voto – e, ao mesmo tempo, tem que traçar uma narrativa de longo prazo, amarrando as pontas de cada eleição em um esquema interpretativo amplo e específico, ao conjunto de anos analisados, investigando blocos do eleitorado e suas transformações no tempo. A força dessa unidade está justamente em colocar a escolha do eleitor no centro das preocupações e relacioná-las a fenômenos amplos, como alterações fortes na economia. A questão central, portanto, é conseguir construir um esquema interpretativo que explique um fenômeno de longa duração.

Burnham (1970), por exemplo, em *Critical Elections and the Mainsprings of America Politics* – obra referência desse tipo de análise – dedica o último capítulo do livro a uma proposição de cunho amplo e sociológico em que relaciona o processo democrático estadunidense com as transformações socioeconômicas. Nas palavras de Burnham:

The socioeconomic system develops but the institutions of electoral politics and policy formation remain essentially unchanged. Moreover, they do not have much capacity to adjust incrementally to demand arising from socioeconomic dislocations. Dysfunctions centrally related to this process become more and more visible, until finally entire classes, religions, or other major sectors of the population are directly injured or come to see themselves as threatened by imminent danger. Then the triggering event occurs, critical realignment fallow, and the universe of policy and of electoral coalitions is broadly redefined (Burnham, 1970, p. 187).

As eleições críticas e as alterações gerais que se produz em todo sistema eleitoral são interpretadas pelo autor como um ajustamento das instituições democráticas às tensões produzidas

pela estrutura socioeconômica. Evidentemente, isso não ocorre mecanicamente, mas quando parte majoritária do eleitorado está em risco, sente-se ameaçada economicamente e responde alterando o voto e modificando os padrões que estavam colocados anteriormente. Para chegar a tal elaboração, é preciso realizar a análise detalhada desse mesmo eleitorado (como Burnham faz nos capítulos precedentes à passagem acima) e apontar as determinações da escolha do voto individual – a racionalidade do voto – e então proceder à tal interpretação ampla.

A conclusão de Burnham está relacionada com a própria forma pela qual a democracia se perpetua como um sistema capaz de absorver as insatisfações gerais do eleitorado e, alterando seu padrão de funcionamento, adaptar-se a uma nova situação econômica – mais escassa ou mais abundante de recursos e o modo como estes estão relacionados com as frações do eleitorado. Essa é a forma como Burnham junta as duas pontas da análise eleitoral: a específica e a geral.

No entanto, essa unidade é tema de estudos e polêmicas na ciência política. De modo análogo, Alfred Marshall, no campo da economia, foi um dos principais teóricos que tentou dar unidade às teorias econômicas da Escola Clássica (que privilegiava o lado da oferta na formação dos preços e demais elementos da economia) com as elaborações da Escola Neoclássica (que punha o foco da análise na estrutura da demanda). Na ciência política, Brian Barry (1970) examina criticamente as tensões dessas duas perspectivas. Ele vai tratar o que chamou de *economic approach*, inspirado na aplicação da teoria econômica neoclássica e seus principais pressupostos – cuja origem está nas escolas filosóficas e econômicas conhecidas como utilitaristas e marginalistas –, para tentar explicar os fenômenos democráticos. E, em contraposição a essa abordagem, ele desenvolve o que chamou de *sociological approach*, o qual, por sua vez, está relacionado a esquemas conceituais ou esquemas interpretativos amplos e deduzidos da própria observação dos fenômenos – como referências empíricas. Diz o autor que não é fácil juntar essas duas pontas sem cair em confusões ou paradoxos. Não obstante, como formulado em frase célebre de Alfred Marshall: a pergunta “é o lado superior ou inferior da tesoura que corta melhor o papel?” é pouco razoável.

Dito isso, nesse momento do trabalho, escolhemos então considerar essa tensão e pensar as formas de abordagens possíveis para esses momentos da teoria do realinhamento eleitoral, isto é, as abordagens possíveis para erguer a hipótese alternativa anunciada, no capítulo anterior, a respeito do alinhamento eleitoral. Posto isso, escolhemos duas perspectivas de análise da democracia possíveis para pensar criticamente os momentos da teoria do realinhamento e que estão localizadas justamente na tensão colocada por Barry (idem). Ambas as perspectivas que vamos analisar têm raízes na teoria da escolha racional e no que ficou chamado de individualismo metodológico: uma é a teoria econômica da democracia e a outra é o que ficou conhecido como marxismo analítico.

4.1 A teoria econômica da democracia de Downs e seus desdobramentos

O principal teórico que Barry (1970) utilizará para descrever o *economic approach* é Anthony Downs, pai do que ficou conhecido como ‘teoria econômica da democracia’ – nome dado por ele mesmo. Downs (1957, 1958, 1999) desenvolve sua teoria sobre a democracia através de uma sequência de analogias sobre os processos democráticos e os processos de mercado numa economia capitalista. As principais analogias são feitas entre a competição política e a competição entre empresas: consumidores no sistema de mercado e a competição entre os políticos na busca de eleitores. Downs, seguindo os pressupostos da teoria econômica neoclássica, assume que a ação política é racional e os políticos e eleitores agem sempre em conformidade com seu próprio interesse.

Vale dizer que tal ideia já havia sido também esboçada por Schumpeter (1952), em seu famoso *Capitalism, Socialism and Democracy*, e compreende uma concepção de democracia como método de decisão política baseada na competição entre candidatos. Dialogando com a noção clássica de democracia, na qual ela se apresenta como um instrumento para a realização do bem comum, Schumpeter propõe uma noção, nos termos de Downs, mais *realista*. Na sua concepção a democracia é um método para a formação do governo da sociedade por meio da competição pacífica entre as lideranças. Não é, como diz a noção clássica, o “governo do povo, pelo povo e para o povo”, e sim o governo dos líderes escolhidos pelo povo, em competição eleitoral. É inspirado nesses mesmos pressupostos *realistas* que Downs desenvolve uma teoria econômica da democracia. Para ele, a ação política é racional, no sentido de que a ação é eficientemente planejada para alcançar os fins econômicos ou políticos conscientemente selecionados pelos atores. E por atores, entenda-se tanto eleitores quanto candidatos.

O primeiro corolário dessa perspectiva fundamenta dois pressupostos principais para a teoria de Downs sobre os interesses dos atores: i) o objetivo dos políticos é maximizar votos, de modo a se manter no poder; e ii) o objetivo dos eleitores é maximizar os benefícios líquidos que eles obtêm da atividade fiscal. Em consequência, os eleitores votarão naqueles candidatos que melhor satisfizerem os seus interesses, e os políticos que mais se aproximarem dessa situação receberão o maior número de votos, ganhando, dessa forma, acesso ao poder político.

Assim, como uma regulação pacífica do jogo de interesses, a democracia pode ser compreendida através das leis do mercado, e uma série de conclusões podem ser derivadas desses pressupostos. Uma das principais leis apontada por Downs é a de que os partidos, numa democracia moderna, são análogos às empresas numa economia que busque o lucro. Com o objetivo de atingir seus fins privados, os políticos formulam políticas que acreditam que lhes trarão mais votos, assim

como os empresários produzem produtos que creem que lhes trarão mais lucros. Daí o autor assumir que a função política de uma eleição numa democracia é selecionar um governo. Portanto, o comportamento racional vinculado às eleições é um comportamento orientado para esse fim, e nenhum outro mais.

Dada a competição entre os atores, é através da concorrência que se dá a dinâmica do processo democrático. Pois o partido que chegou ao poder, convencendo a maioria dos eleitores com um programa vencedor, pode não fazer um bom trabalho ao colocá-lo em prática. Então, os eleitores podem votar num outro partido nas próximas eleições. Essa razão, além de justificar a existência de diferenças políticas, também está na explicação básica da necessidade de mais de um partido para caracterizar um ambiente institucional de regime democrático.

Os padrões de preferência dos eleitores podem ser tais que não permitam a existência de uma única solução vencedora. Isso ocorre sobretudo porque eleitores e políticos vivem em um mundo de informações imperfeitas. E, num mundo de informações imperfeitas, estar bem informado consome recursos (tempo e dinheiro), mas nem todos – eleitores e políticos – têm recursos suficientes para se manter suficientemente informados.

Assim, Downs desenvolve as facetas racionais e irracionais do processo democrático. Para ele, há uma possível irracionalidade no resultado geral das eleições, pois o resultado deve-se a fatores racionais dos votos individuais, e não a uma racionalidade coletiva. Daí sua elaboração sobre o paradoxo do voto. O paradoxo ocorre porque o partido no poder pode ser derrotado pela oposição devido a uma mudança na sequência do emparelhamento das opções que aparecem em primeiro lugar – e mesmo com um programa melhor, o partido que está no poder pode ser derrotado. Afinal, os políticos não operam num mundo de certezas, onde as preferências do eleitorado são conhecidas. Um partido pode prever preferências mais acertadamente do que outro, e o conjunto das preferências individuais nem sempre são racionais do ponto de vista de uma possível “escolha pública”. A incerteza na política é grande, pois as preferências do eleitorado podem se alterar. Isto leva à criação de novos partidos e à extinção de outros, por exemplo. Portanto, o paradoxo é que, do ponto de vista do resultado final, este pode parecer irracional, pois sua racionalidade está fundamentada na razão individual; por outro lado, quando um resultado geral aparece como racional, ele pode estar fundado em escolhas individuais irracionais, se associadas a esse resultado. Daí a opção por não votar e não participar de um processo no qual os custos operacionais do voto (ir votar) são maiores do que os benefícios possíveis dessa ação. Afinal, em um mundo de informações imperfeitas, nem sempre há uma correspondência entre as razões individuais e o alcance dos partidos em realmente cumprir com as expectativas.

Daí a pergunta que segue: por que, então, as pessoas votam? Há vários caminhos para essa

resposta. A primeira apontada por Downs é que os eleitores votam no partido que acreditam que lhes proporcionará uma maior renda de utilidade do que qualquer outro durante o próximo período eleitoral. Ele compara as rendas de utilidade que crê que receberia, caso cada partido estivesse no poder, e vota de acordo com seu interesse. Assim, em geral, mesmo descontada a probabilidade de não se atingir os benefícios com o voto individual, vale mais votar do que se abster do processo.

4.2 A criação de preferências e ideologia

Outra dinâmica importante que surge, dado que há um sistema de informações imperfeitas, é a criação de novas preferências. Downs postula que a habilidade dos políticos não se dirige apenas a responder às preferências imediatas do eleitor, mas também em gerar novas preferências que ele considere desejáveis. Não se ganha o apoio do eleitorado apenas respondendo às preferências existentes, mas também através da criação de novos padrões de preferências e pela consequente atração de novos adeptos. A liderança política introduz um elemento dinâmico na estrutura partidária, preparando-a para mudanças futuras. Assim, outros mecanismos de preferência ganham relevância no jogo político, como a persuasão e a ideologia partidária. Ambos aparecem como estratégias para alinhar partidos e eleitores.

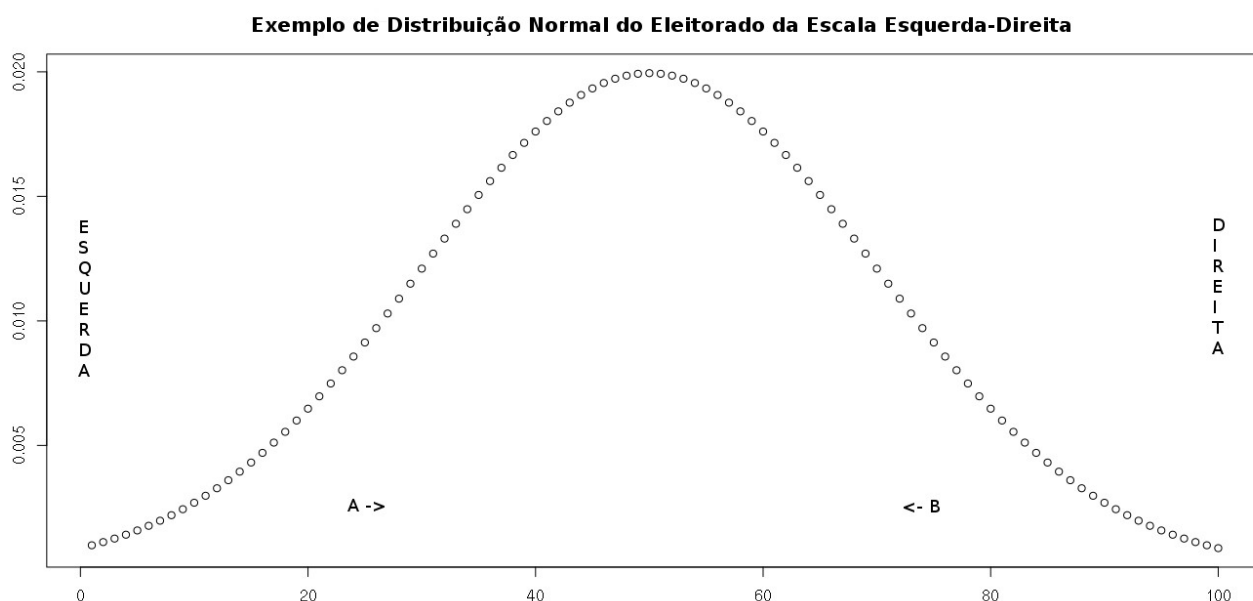
No caso da ideologia, é justamente o “mundo de informações imperfeitas” que cria as condições necessárias para seu surgimento. Para Downs, as ideologias são uma maneira econômica, no sentido de “mais barato”, de conceber políticas. Ocorre da seguinte forma: como é preciso muito recurso para alcançar o entendimento de todos os pormenores de cada proposta política, o crivo ideológico aparece como um fator de *atalho* e de minimização de custos na relação partido e eleitor. Um partido com uma proposição ideológica consegue atrair parte do eleitorado que faz o seguinte cálculo: não tendo recursos para obter muitas informações sobre o programa do partido, a coerência de seus candidatos etc., mas tendo este partido manifestado sua ideologia (seja de esquerda, seja de direita), é possível saber qual o sentido de seu programa e assim escolher o melhor partido através da ideologia deste.

O ponto de vista de Downs, qual seja, a ideologia como um instrumento de conquista de votos, traz uma dinâmica própria entre esquerda e direita, a qual devemos tratar. Essa dinâmica será resgatada também por Barry (1970) – sobretudo no capítulo IV. O modelo elaborado por Downs a partir dessas premissas ficou conhecido como “*Downs's axis*” e baseia-se numa adaptação do mercado espacial de Harold Hotelling para a dinâmica ideológica. A teoria de Harold sobre o mercado espacial tenta responder à seguinte pergunta: qual seria o melhor lugar para duas lojas que vendem os mesmos produtos se estabelecerem, se tivessem que ficar em uma única rua? Supondo

que haja uma distribuição contínua e igual de casas em tal rua e que os clientes saiam de suas casas para ir à loja, escolhendo assim, racionalmente, a loja mais próxima, ocorreria que a loja que ficasse em uma ponta da rua seria espacialmente atrativa para um número restrito de clientes; já a loja que ficasse mais ao centro tenderia a captar mais clientes. A decorrência dessa dinâmica é que as lojas tendem, portanto, a se concentrar uma ao lado da outra, próximas ao centro dessa rua, posto que, na disputa pelos clientes, ambas buscariam ficar nos lugares mais atrativos.

Downs transpôs esse mesmo modelo para a disputa ideológica. Trata-se do seguinte: supondo que a escolha ideológica dos eleitores possa ser distribuída numa escala contínua entre esquerda e direita e que os eleitores desse universo componham uma distribuição normal, teríamos o seguinte gráfico de distribuição:

Gráfico 4.1



Nas palavras de Downs:

Se supusermos que a extremidade [denominada] “esquerda” da escala representa controle governamental pleno e que a extremidade “direita” significa um mercado completamente livre, podemos classificar os partidos [assim como os eleitores] de acordo com seus pontos de vista sobre essa questão, de uma maneira que poderia ser quase universalmente reconhecida como exata. (...) Ainda, se colocarmos os partidos A e B inicialmente em 25 e 75, eles irão convergir rapidamente ao centro.

A possível perda de extremistas não deterá o movimento de cada um em direção ao outro, porque já [há] muito poucos eleitores a se perder nas margens, em comparação com o número a ser ganho no meio (Downs, 1999, p. 140).

As consequências desse modelo são várias e dependem, sobretudo, de dois principais fatores. O primeiro é o quanto os eleitores estão dispostos a sacrificar seu crivo ideológico pela distância de sua localização em relação ao partido e o segundo é o quanto os partidos estão propensos a se identificar com ideologias mais ou menos distantes de seu programa.

Como assinalado, pressupondo uma distribuição normal e conjecturando que o objetivo de todo partido é maximizar votos, em um sistema bipartidário, os partidos tendem a se aproximar e se localizar no centro do espectro ideológico.

Posto isso, vale nos perguntarmos o quanto essa teoria pode nos ajudar a entender os acontecimentos eleitorais no Brasil entre 2002 e 2014. No próximo capítulo, vamos tratar justamente dessa possibilidade, utilizando dados de pesquisas eleitorais. Não obstante, antes de avançar para a análise dos dados, ainda é preciso fazer algumas ponderações e explorar a perspectiva do marxismo analítico.

4.3 Os limites da ‘Teoria Econômica da Democracia’

A teoria econômica da democracia elaborada por Downs (1957, 1958, 1999) é uma teoria unitária e coerente quando considerada nos seus próprios termos, ou seja, dentro de seu próprio sistema. Barry (1970) apontará justamente essa unidade e coerência como o ponto forte dessa abordagem. Segundo esse último autor, a noção de sistema do *economic approach* consegue erguer modelos analíticos mais potentes, posto que se estruturam a partir de axiomas claros, tornando os resultados comparáveis, testáveis e concentrados ao fenômeno analisado. Essas vantagens analíticas sem dúvida pesam para que consideremos alguns dos modelos elaborados por Downs para nossa própria análise – sobretudo, a ideia de que a democracia se estabelece como um *mercado político*. Isto é, configura uma relação que tem dois lados: a oferta (candidatos & partidos) e a demanda (eleitores), em interação contínua e que se autodeterminam.

No entanto, antes de tomar por completo a teoria econômica da democracia, é preciso apontar alguns limites inerentes a ela. O primeiro e principal limite está na aceitação de seus próprios pressupostos. Downs, como os liberais neoclássicos, consideram que há uma natureza intrínseca ao indivíduo, qual seja, que ele é livre e racional e é nessa condição abstrata que estabelecerá diretamente uma relação com o voto, o partido, o eleitorado. Ou seja, à maneira de

produtos econômicos de mercado, Downs concebe que a relação dos indivíduos com a política em geral é direta. O problema desse axioma é que ele faz sumir todas as mediações históricas de constituição do indivíduo como um ser social determinado (no sentido de estrangido) por um período histórico específico e cuja participação nos processos políticos têm significados sociais próprios para serem analisados. De tal a-historicidade inerente aos pressupostos neoclássicos decorrem três problemas analíticos: a) é ignorada a estrutura social específica sobre a qual se ergue o jogo democrático, pois para tal teoria estará sempre pressuposta uma sociedade de indivíduos livres e iguais, independentemente do contexto histórico; b) em consequência disso, as relações de poder entre indivíduos e grupos são desconsideradas através do pressuposto contratual da troca entre iguais. Em outras palavras, a teoria econômica da democracia ignora a desigualdade social entre os atores e sua análise se restringe à relação imediata entre eleitor, voto e candidato num “mundo ideal”; c) a ação coletiva para tal teoria só aparece como produto da soma das escolhas individuais, e não enquanto processo social determinado pelas questões de um tempo histórico.

Robert Dahl (2012), em seu compêndio sobre a democracia e seus críticos, apontará esses mesmos problemas da teoria econômica:

A visão teórica da democracia trata dos homens como cidadãos – mais recentemente, os homens e mulheres como cidadãos. Em contraposição, a interpretação teórica convencional da economia exaltada tão rigorosamente na teoria econômica clássica e neoclássica trata dos homens e mulheres como produtores e consumidores de bens e serviços. Certamente a perspectiva democrática não pode ignorar o fato elementar de que os cidadãos são também produtores e consumidores; e, implícita ou explicitamente, a perspectiva econômica convencional reconhece que existem produtores e consumidores num determinado sistema político, idealmente, talvez, como cidadãos numa ordem democrática (DAHL, 2012, 511).

Ou seja, ao fazer uma transposição direta de produtores e consumidores do mercado para a esfera política, perde-se o pressuposto básico da teoria democrática, que é, para Dahl, o cidadão – o homem como ator político dentro de determinada sociedade. Em outras palavras, para Dahl, ao entender a democracia a partir dos pressupostos neoclássicos – como um mercado –, perde-se a própria política como esfera específica da vida. Completa o autor:

Na interpretação econômica convencional de uma economia livre, competitiva e orientada para o mercado, as relações de poder e autoridade não existem. Seu lugar

é inteiramente tomado por trocas e contratos dos quais os atores racionais participam livremente. Portanto, os economistas neoclássicos não consideram necessário estudar fenômenos tão impalpáveis e ambíguos, e aparentemente incomensuráveis, como o poder e a autoridade. Tampouco há, na versão convencional, uma igualdade de recursos econômicos, os quais poderiam ajudar a facilitar a igualdade política entre os cidadãos, portanto a democracia, e por consequência as liberdades associadas com a democracia – necessariamente um objetivo desejável –, mas nem de longe um resultado provável das decisões do mercado (DAHL, 2012, p. 519).

Enfim, os pressupostos neoclássicos, apesar da coerência e unidade de seu sistema, produzem uma relação teoricamente ideal entre indivíduos, perdendo a própria política como dimensão da análise. Ainda assim, determinados modelos que decorrem da abordagem econômica são muito explicativos e devem ser considerados. Contudo, terão que ser adaptados e redimensionados dentro de uma outra abordagem.

A nosso ver, é com o marxismo analítico que será possível, sem perder os modelos criados pelos neoclássicos, avançar para uma abordagem mais consistente. O marxismo analítico, utilizando-se da teoria da escolha racional e do individualismo metodológico apreendido dos neoclássicos, ergue um aparato teórico que dá conta da ação coletiva e da relação de poder entre os atores – sem perder a noção de estrutura. Enquanto os neoclássicos têm uma interpretação puramente individualista, o marxismo analítico vai cunhar a perspectiva da interação estratégica.

4.4 Vantagens do marxismo analítico

Estamos entrando aqui no árido terreno das grandes questões epistemológicas das ciências humanas. A questão central está em como relacionar parâmetros razoáveis às tensões entre estrutura e sujeito. Por um lado, muitas interpretações tenderam a aprisionar os fenômenos políticos como absolutamente determinados pela estrutura, como se apenas a análise da posição de grupos de indivíduos em um lugar específico da produção social da vida fosse suficiente para delimitar o papel histórico, a consciência e a ação política dos grupos e indivíduos. Esse tipo de interpretação ou apropriação, a qual podemos chamar de determinista ou economicista, foi comum ao que ficou conhecido como marxismo ortodoxo, por exemplo. E teve também sua expressão filosófica na produção de Althusser (1980), para quem o conceito de “classe social” poderia ser praticamente descartado, pois para ele a estrutura social se autodetermina independentemente dos sujeitos: o movimento do capital e sua autocontradição levaria à superação da própria sociedade,

transformação na qual as classes sociais não seriam sujeitos.

Por outro lado, surgiu e se estabeleceu uma visão voluntarista ou subjetivista, na qual as análises se autodeterminariam independentemente da estrutura social – no caso, a forma como se produz a vida. A teoria neoclássica pertence a esse tipo de visão, a qual também pertence certas correntes pós-modernas ou pós-estruturalistas identificadas por Anderson (1985) – que coloca o indivíduo no centro de todas as determinações sociais, ou seja, independentemente de toda determinação social.

Evidentemente, nem os economicistas e tampouco os voluntaristas resolvem bem as questões inerentes à relação entre sujeito e estrutura. Vale dizer que, em ambos os casos, o problema não é a ênfase nas determinações da estrutura ou na independência do sujeito, mas a anulação das determinações ínsitas a um e a outro. Tal anulação leva invariavelmente a certo lugar comum, pois se não há sujeito, não é possível pensar a estrutura, e se não há estrutura, não é possível pensar o sujeito. Ao fim e ao cabo, essas interpretações apenas deslocam a questão. No caso da teoria economicista, a estrutura – os movimentos do capital, por exemplo – é elevada ao *status* de sujeito da história; ou o indivíduo e sua subjetividade (sua psiquê) são promovidos à estrutura sobre a qual operam escolhas. Ou seja, o problema, quando negado de forma absoluta, se recoloca em outro patamar, mesmo que oculto em uma narrativa de negação.

O chamado marxismo analítico apresenta uma resposta para essa equação, a qual nos interessa, sobretudo para a análise sobre fenômenos políticos eleitorais. Evidentemente, seria equivocado anunciar o marxismo analítico como um campo homogêneo das ciências humanas. Desde o livro seminal de G. A. Cohen (2001) *Karl Marx's Theory of History: A Defense*, publicado em 1978, muitos outros pesquisadores e teóricos se debruçaram sobre essa perspectiva e, como em todo campo vivo de conhecimento, há divergências e diferenças¹. Não obstante, existe uma unidade nesse campo que nos interessa: a forma pela qual estão relacionados estrutura (análise funcional) e sujeito político (ação coletiva), para os estudos sobre democracias.

O contraponto fundamental entre analíticos e marxistas ortodoxos é que para os primeiros não é possível erguer conceitos-chaves como “Estado”, “classe” e “grupos sociais” sem fazer as devidas mediações com indivíduos que participam do “Estado, das “classes” e dos “grupos sociais” diversos. A crítica principal recai sobre produções que recorrem a explicações funcionalistas do tipo “causa e consequência”, sem conseguir apreender as determinações do fenômeno. Pois um fenômeno não pode ser explicado simplesmente pelas suas consequências: é preciso conseguir analisá-lo a fundo, pelas suas determinações anteriores, o que esclareceria sua própria ocorrência, antes de anunciadas as consequências dele. De forma resumida, um fenômeno X não pode ser

¹ Perissinoto (2010) apresenta uma análise detalhada das principais diferenças existentes dentro desse campo.

explicado simplesmente por ele causar Y e a sequência de eventos que Y pode proporcionar, intencionalmente ou não, sobre um grupo Z. O que determina X enquanto fenômeno próprio é o que precisa ser sabido para deslindá-lo. No caso de fenômenos políticos, é preciso analisar as escolhas e a racionalidade dos indivíduos que estão envolvidos no fenômeno. Eis a razão para que o individualismo metodológico e a teoria da escolha racional sejam incorporados à análise.

De forma geral, os analíticos tentam não perder as determinações econômicas elaboradas na crítica à economia política de Marx – as quais montam uma estrutura social determinada, qual seja, o próprio modo capitalista de produção. Não obstante, para não cair em determinismos, é preciso colocar no centro da análise a racionalidade e as escolhas individuais realizadas dentro dessa estrutura – pois esse é o caminho metodológico para explicar os fenômenos no momento de sua ocorrência e não apenas por suas consequências. Eis a tentativa desses teóricos de se apropriar do individualismo metodológico, da teoria da escolha racional e da teoria dos jogos para elaborar análises dos fenômenos políticos das sociedades modernas (PERISSINOTTO, 2010).

Seguindo os passos de Przeworski (1989), ao colocar no centro das preocupações as escolhas políticas de indivíduos e de coletivos dentro de uma estrutura econômica e política determinada, é possível remontar uma interação estratégica entre esses sujeitos. De forma que a estrutura é moldada também pelos sujeitos, que são, ao mesmo tempo, determinados por ela. Para Przeworski, em termos analíticos, é preciso observar com todo cuidado quais são as escolhas divisoras de água – aquelas escolhas que, depois de feitas, não possibilitam retorno à situação anterior. Nas palavras do autor:

As relações sociais são tratadas aqui como estruturas de escolhas disponíveis, em cada momento da trajetória, aos agentes históricos considerados individual e coletivamente, sendo que essas estruturas de escolha constituem, por sua vez, resultados de estratégias adotadas anteriormente por forças políticas. Assim, o comportamento é analisado como ação estratégica, orientada para objetivos, baseada em deliberação, adotada em função das alternativas percebidas e resultantes de discussão (PRZEWORSKI, p. 18).

A partir dessa metodologia, é possível elaborar uma narrativa histórica na qual os fenômenos históricos aparecem como resultado de processos de estratégias individuais e coletivas dentro de estruturas determinadas.

Considerações sobre o capítulo 4

É sabido que em uma sociedade capitalista a relação de mercado se expande para além da compra e venda de mercadorias. O mercado, em tal sociedade, é a forma de sociabilidade das relações de produção da vida – o trabalho e o consumo dos frutos do trabalho –, que está na mediação da própria sobrevivência. Não espanta, portanto, que essa mesma forma seja transposta para outras relações, inclusive políticas. Se isso é verdade, uma teoria que entenda a democracia como um *mercado político*, no qual eleitores e candidatos são entendidos como consumidores e produtores, pode explicar com certa precisão os fenômenos da democracia.

Ao mesmo tempo, essa analogia entre mercado capitalista e processos democráticos tem seus limites. Se, por um lado, consegue explicar bem certas dinâmicas entre eleitores e partidos, por outro, ignora processos de poder e desigualdade entre os atores em cena. O resultado dessa limitação é, praticamente, o abandono da própria política como um campo específico e cuja epistemologia deve ir além dos conceitos de análise de mercados.

Daí partir para uma teoria que consiga relacionar, de forma não meramente axiomática, estrutura e sujeito – pois é preciso capturar o movimento dessa relação. A estrutura econômica e social, ao mesmo tempo que determina o fluxo dos acontecimentos, também é demarcada pelas escolhas dos atores em jogo. Para realizar a análise de processos eleitorais, nos quais é fundamental ter em conta a escolha do eleitor, o marxismo analítico tem uma proposição eficiente, qual seja: incorporar o individualismo metodológico como ponto de partida para poder estudar a relação estrutura e sujeito. A ideia central é que numa determinada estrutura os atores traçam estratégias e fazem escolhas, as quais, uma vez realizadas, anulam as possibilidades anteriores e cria novas. Daí estar no centro dessa teoria a ideia de interação estratégica.

O propósito deste capítulo foi buscar fundamentos teóricos para a tarefa principal da teoria do realinhamento eleitoral: explicar, a partir de um conjunto de eleições pontuais, um fenômeno de longa duração – qual seja, padrões e alterações destes na relação entre eleitores e partidos.

Os dados que vimos no capítulo anterior corroboram a hipótese do alinhamento, e as explicações do lado da oferta (alianças partidárias) e da demanda (políticas públicas) são elementos que juntamos à análise.

O próximo passo é, a partir do referencial teórico levantado, aprofundar a investigação, e nos perguntarmos sobre o significado desse alinhamento para a vida política nacional.

.5.

UMA HIPÓTESE ALTERNATIVA: O ALINHAMENTO ELEITORAL

O principal obstáculo para a utilização da teoria de realinhamento eleitoral na política brasileira é o que chamamos de “maldição” de Lavareda, qual seja, a afirmação de que essa teoria só pode ter um sentido vago no Brasil, pois não ocorreram pleitos suficientes para que se tenham estabelecidos padrões e alterações de padrões nas relações entre partidos e bases eleitorais. Por isso, o momento ainda é de expectativa na consolidação do sistema partidário. Isso posto, sustentamos que, justamente por ser um momento de consolidação do sistema partidário, se não podemos falar de realinhamento eleitoral, é possível ao menos considerar a ocorrência de um **alinhamento** eleitoral; afinal, os eleitores do PT e do PSDB se distinguem tanto do ponto de vista geográfico como socioeconômico. E, nesse sentido, há uma novidade no cenário que precisa ser explicada.

A hipótese alternativa que levantamos, portanto, é a do alinhamento eleitoral. Para tal, inspirados nos questionamentos de Limongi e Guarnieri (2014; 2015) de que há uma excessiva concentração da literatura da ciência política sobre o pleito de 2006, vamos ampliar a análise para todos os pleitos a partir de 2002 e observar o movimento da relação entre partidos e eleitores. Ora, o padrão detectado em 2006 não pode explicar o pleito de 2002, pois um fenômeno não pode ser explicado pelas suas consequências, e sim pelas suas determinações internas. Nesse sentido, consideramos que *é compreendendo o pleito de 2002 que podemos explicar o de 2006 e os seguintes*.

Uma explicação consistente para a hipótese do alinhamento eleitoral pode ser encontrada tanto na racionalidade do eleitorado quanto na competição partidária e nas escolhas feitas pelos líderes das agremiações. Isto é, tal explicação passa pelas definições das alianças eleitorais (“oferta”) e pelas escolhas do eleitorado em face do julgamento positivo ou negativo dos pleitos anteriores (“demanda”). Vimos em capítulos anteriores alguns dados sobre a geografia do voto que proveram elementos para nossa hipótese. No presente capítulo, vamos utilizar dados de pesquisas eleitorais de opinião – especificamente o banco de dados chamado ESEB¹ para argumentar em favor da hipótese do alinhamento.

A polaridade entre uma abordagem sociológica e uma interpelação econômica, nos termos de Barry (1953), é uma marca da ciência política. Muitos estudos utilizaram os dados do ESEB para buscar os determinantes do voto, em geral tomando como ponto de partida a abordagem econômica (Carreirão, 2007; Nicolau, 2007, 2010, 2014; Rennó, 2007; Rennó e Peixoto, 2011; Rennó e Cabello, 2010; Amaral e Ribeiro, 2015). Resumidamente, os principais fatores que têm se

¹ Como vimos, Estudo Eleitoral Brasileiro, fornecido pelo CESOP/UNICAMP.

sustentado como mais significativos ao longo do tempo, perpassando trabalhos com fontes de dados como o ESEB e se utilizando de tratamentos estatísticos variados, são: (i) a avaliação do governo e do Presidente da República; (ii) a percepção do eleitor sobre o cenário econômico; (iii) e os programas de transferência de renda. A recompensa a governos por seu desempenho, especialmente em termos econômicos e de melhoria nas condições de vida, é um fator que vai ao encontro de elementos da literatura que privilegiam a racionalidade individual do voto, à frente de considerações atitudinais, contextuais ou de classe – como vimos com a ‘teoria econômica da democracia’.

Como sabemos, fora desse escopo está Singer (2009, 2012), que, recuperando variáveis próprias de correntes sociológicas do comportamento eleitoral, monta um esquema interpretativo utilizando a teoria do realinhamento eleitoral associada a conceitos como classe social e ideologia. Nossa empreitada consiste em desmontar, sem ignorar os determinantes do voto concebidos pela abordagem econômica, o esquema interpretativo de Singer, e remontá-lo em novo patamar.

Para tal, vamos proceder à análise de dados do ESEB com dois focos diferentes. O primeiro, no estilo das pesquisas de realinhamento eleitorais, sobretudo as realizadas por Key (1966), nas quais a totalidade dos eleitores é dividida em três partes: os que mudaram de voto de um pleito para o outro (alternantes), os que mantiveram o voto no mesmo partido (eleitores alinhados) e os que não votaram no pleito anterior mas resolveram fazê-lo neste (novos eleitores). O segundo foco da análise será sobre o contínuo ideológico esquerda-direita e como tal contínuo tem se movimentado ao longo dos pleitos presidenciais.

5.1 *Standpatters* (eleitores alinhados), *switchers* (eleitores alternantes), *new voters* (novos eleitores)

V. O. Key (1966), em sua obra póstuma *The Responsible Electorate*, defende que o principal determinante do voto são as impressões e avaliações que os eleitores fazem dos quatro últimos anos nos quais foram governados. Por mais que as campanhas de TV e peças publicitárias sejam relevantes, os eleitores fazem cálculos mais complexos e razoáveis:

As voters mark their ballots they may have in their mind impressions of the last TV political spectacular of the campaign, but, more important, they have in their minds recollections of their experiences of the past four years. Those memories may be happy ones or they may be memories of dissatisfaction with what government has done or has left undone (idem, p. 9).

Partindo dessa premissa, Key defende uma racionalidade do eleitorado a partir da memória e da experiência, principais determinantes do voto. Ao que tudo indica, o que acontece nas eleições brasileiras não é diferente, e, como vimos acima, a literatura brasileira que tem se debruçado sobre dados de opinião enfatiza que o desempenho (sobretudo, o desempenho econômico) do governo incumbente é um dos melhores preditores do voto. No entanto, essa constatação é apenas um primeiro passo para realizar uma análise de longo prazo. Se não queremos parar na explicação de um único pleito, é preciso avançar para a movimentação do eleitorado nas suas diversas segmentações.

Quem mudou o voto de um partido para outro? Por quê? Quem não votou no pleito passado e resolveu votar neste? Quem manteve o voto no mesmo partido? Por quê? Essas são as perguntas fundamentais para pensar os movimentos da relação estabelecida entre eleitores e partidos. Para Key, portanto, é preciso analisar a movimentação das três partes fundamentais do eleitorado: eleitores alternantes, eleitores alinhados e novos eleitores. O interesse central está no comportamento desses três grupos de eleitores e na maneira como eles se movem nas linhas partidárias, bem como as características que assumem, sempre contrastando um com o outro.

Dado o elemento da memória, essa análise só é possível através de pesquisas de opinião. No nosso caso, o universo está reduzido ao eleitor que votou no pleito em questão e lembra se votou (nesse caso, em quem) ou não no pleito presidencial passado. Como estamos tratando de eleições presidenciais, é baixo o número de eleitores que não se lembram disso – diferentemente de quando se trata de cargos no Poder Legislativo.

Assim, através do ESEB foi possível captar essas três fatias do eleitorado. A grande vantagem é que, mesmo num sistema multipartidário, todos os pleitos desde 1994 ocorreram com forte polaridade entre PT e PSDB. Portanto, para as eleições de 1998 e 2002, foram considerados apenas os eleitores que votaram em Lula ou FHC, no primeiro turno de 1998, sendo eles então redistribuídos de acordo com a escolha do voto em 2002. Para os outros pleitos, como houve segundo turno, é direta a relação entre o voto no segundo turno da eleição anterior e o voto no pleito considerado. Dessa forma, todos os eleitores do pleito em questão votaram no PT ou no PSDB. Para não abrir demais a análise, foram desconsiderados os eleitores que votaram em branco ou nulo. A tabela 5.1 mostra a distribuição dos três tipos de eleitores nos pleitos majoritários de 2002, 2006, 2010 e 2014.

TABELA 5.1

Distribuição do Eleitorado por tipo de voto no ano anterior

Ano	Novos**	Alternantes*	Alinhados
1998-2002	19,44%	33,29%	47,27%
2002-2006	18,28%	12,63%	69,09%
2006-2010	13,32%	18,74%	67,94%
2010-2014	18,39%	16,43%	65,18%

* Essas porcentagens são relativas aos eleitores que votaram no PT ou PSDB na eleição anterior e alteraram seu voto na eleição seguinte.

** Aqui estão considerados todos os eleitores que não votaram no ano anterior independente da razão (idade, migração, desistesse).

FONTE: ESEBS

A começar pelos novos eleitores, é preciso notar a quantidade expressiva deles em cada pleito. Apesar de o voto ser obrigatório no Brasil, há uma variação relevante: entre 13,3% (2006) e 19,4% (2002) – dos eleitores que não votaram na eleição anterior e passaram a fazê-lo no pleito em questão. Uma hipótese imediata é que grande parte desses novos votantes seriam os eleitores que não estavam aptos a exercer o voto – portanto, aqueles eleitores mais novos, de 16 a 19 anos. No entanto, os dados do ESEB não confirmam essa hipótese e a faixa etária não tem grande peso, pois a maior parte dos novos eleitores do pleito são os que estavam aptos mas escolheram não votar na eleição anterior².

Em todos os pleitos sob consideração, os eleitores alinhados constituem a maior parte do eleitorado. Certamente, esses votantes são os que, de pleito em pleito, indicam a medida do sucesso ou não do governante. Pois são os eleitores que, avaliando positivamente o governo mandatário, tomam uma decisão: manter o voto no mesmo partido. A relação dos eleitores alinhados com os eleitores alternantes é direta: quanto maior a porcentagem de votantes alinhados, menor é a fração de eleitores alternantes. No caso das eleições presidenciais analisadas, o ano divisor de águas é 2002, pois nesse ano os eleitores alinhados são menos de 50% do eleitorado – o que não volta a se repetir em nenhum outro pleito analisado.

Passando para a análise dos eleitores alternantes temos, então, um movimento forte também em 2002, justamente quando o PSDB perde a cadeira presidencial para o PT. Nesse ano, 33,29% dos eleitores alteraram seu voto, porcentagem que não será tão expressiva em nenhum outro pleito. No entanto, agora precisamos saber como esses votos se distribuem entre PT e PSDB, isto é, quanto

² Nos limites desse trabalho não tratamos de fazer uma análise detalhada sobre os “novos eleitores”, sobretudo, tratar das razões pelas quais uma parcela considerável do eleitorado brasileiro não vota. Essa é interessante questão em aberto para futuras pesquisas.

dos eleitores ,,,, são aqueles que votaram no PT em um pleito e no outro no PSDB, e vice-versa. A tabela abaixo apresenta os mesmos dados agora distribuídos entre as legendas.

TABELA 5.2

Distribuição do Eleitorado por tipo de voto no ano anterior e por partido

Ano	Movimentação Total*		Novos**	
	PT-PSDB	PSDB-PT	PT	PSDB
1998-2002	3,73%	50,19%	70,00%	30,00%
2002-2006	10,21%	21,48%	63,08%	36,92%
2006-2010	22,65%	9,57%	59,31%	40,69%
2010-2014	23,62%	11,15%	55,78%	44,22%

* Essas porcentagens são relativas aos eleitores que votaram no PT ou PSDB na eleição anterior e alteraram seu voto na eleição seguinte.

** Aqui estão considerados todos os eleitores que não votaram no ano anterior independente da razão (idade, migração desistesse).

FONTE: ESEBS

Nessa nova tabela, a distribuição de eleitores é feita em relação ao total de votos que as legendas obtiveram no pleito anterior. Por exemplo: seguindo esse critério, em 2002 apenas 3% dos eleitores que votaram em Lula em 1998 mudaram seu voto para José Serra; nesse mesmo pleito, 50,19% dos eleitores que votaram em Cardoso, em 1998, escolheram Lula em 2002. Esses dados dos eleitores alternantes, (em relação ao total de votantes de uma legenda no pleito anterior) são importantes para captar o quanto PT ou PSDB estão perdendo ou ganhando eleitores em relação ao total do que já tiveram. Afinal, num sistema de eleições majoritárias bipartidário opera uma lógica simples: o que um ganha o outro perde e vice-versa.

Nesse sentido, dois pontos para serem analisados a partir desta tabela são expressivos. O primeiro refere-se à importância do pleito de 2002. É nele que há a maior movimentação do eleitorado: é quando a maior parte dos eleitores muda seu voto – no caso, do PSDB para o PT. Após esse pleito, o PT, apesar de não atuar com a mesma força, ainda consegue avançar sobre os eleitores do PSDB quando capta, em 2006, 21,4% dos eleitores peessedebistas de 2002. No entanto, a partir daí a situação se inverte e, tanto em 2010 quanto em 2014, o PSDB começa a abocanhar o eleitorado petista, captando mais votos do que perdendo. Em resumo: o vetor de crescimento do PT sobre o PSDB atinge em 2002 o auge, ainda aumenta em 2006 mas começa a perder força. E nos dois pleitos seguintes, é o PSDB que ganha terreno.

O segundo movimento é o dos novos eleitores. Em todos os pleitos, se as eleições ocorressem apenas entre os novos eleitores, o PT ganharia. No entanto, se em 2002 o Partido dos Trabalhadores atinge o cume de 70% dos votos entre os novos eleitores, esse número vai caindo

paulatinamente, até que em 2014 apenas 55,78% dos novos eleitores votam na legenda, enquanto os outros 44,22% escolhem o PSDB. Ou seja: a partir de 2002, apesar das reeleições de Lula e Dilma, há um contínuo e persistente avanço do PSDB sobre o eleitorado petista. Esse movimento de avanço peessedebista chega ao auge em 2014, quando as eleições são extremamente acirradas, e a diferença final entre Dilma Rousseff e Aécio Neves é de apenas 3,4 milhões de votos, num universo de 105,5 milhões.

Abaixo, a tabela 5.3 mostra a distribuição de eleitores alternantes em relação a eles mesmos. Ela mostra quantos dos eleitores que mudaram o voto escolheram o PSDB e quanto ganhou o PT – sempre em relação ao pleito anterior.

TABELA 5.3

**Distribuição do Eleitorado por tipo de voto
No ano anterior e por partido**

Ano	Movimentação Total	
	PT-PSDB	PSDB-PT
1998-2002	2,92%%	97,08%
2002-2006	65,06%	34,94%
2006-2010	91,08%	8,92%
2010-2014	84,52%	15,48%

* Essas porcentagens são relativas aos eleitores que votaram no PT ou PSDB na eleição anterior e alteraram seu voto na eleição seguinte.

FONTE: ESEBS

Essa tabela atesta que o auge do movimento do PT, em 2002, é seguido de paulatino avanço do PSDB sobre o eleitorado do PT nos pleitos seguintes. Os dados colocam em xeque também a ocorrência de uma grande movimentação em 2006. As tensões entre os eleitorados estão concentradas em 2002, 2010 e 2014, pois é quando muitos eleitores decidem mudar seu voto. Paradoxalmente, é no ano de 2006, identificado na hipótese de Singer (2009, 2012) como uma eleição crítica, que o pleito mais calmo, com baixa porcentagem de eleitores alternantes.

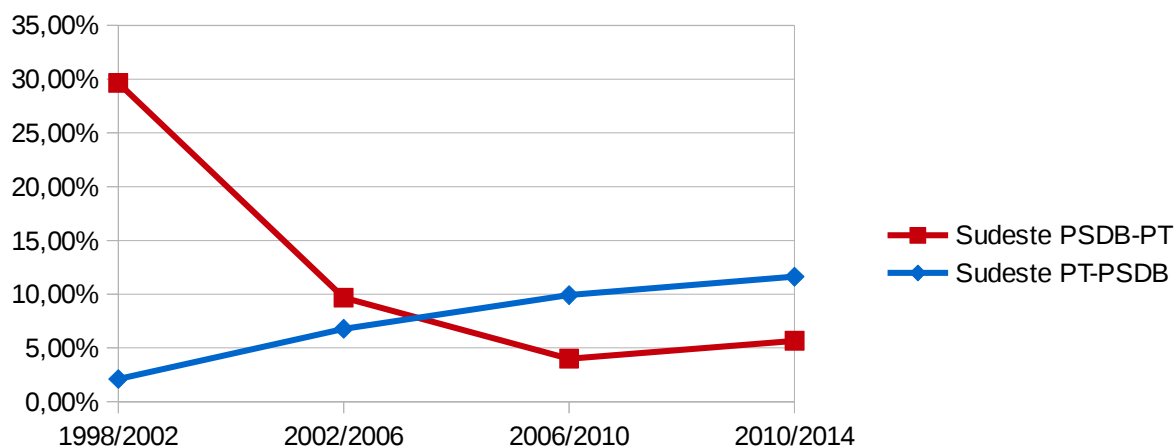
Não obstante, para avançar mais nessa análise, é preciso fazer ainda algumas perguntas. Postos esses dados, quem são os eleitores sobre os quais o PSDB avança? Dito de outra forma: quem são os eleitores que o PT continua a arregimentar?

Para nos aproximarmos de uma possível resposta, seguimos as pistas dos estudos feitos sobre o eleitorado em geral e que apontam alguns determinantes do voto. A primeira recai sobre a diferença

de comportamento dos eleitores no Norte e Nordeste em relação ao Sudeste. Segundo Terron e Soares (2010), há na eleição de 2006 uma maior penetração petista nas regiões Norte e Nordeste, enquanto no Sudeste os petistas perdem espaço. No que concerne aos eleitores alternantes, os dados colhidos por região (via ESEB) indicam a consistência dessa hipótese. Os dois gráficos abaixo mostram o comportamento dos eleitores alternante nas regiões Nordeste e Sudeste:

Gráfico 5.1

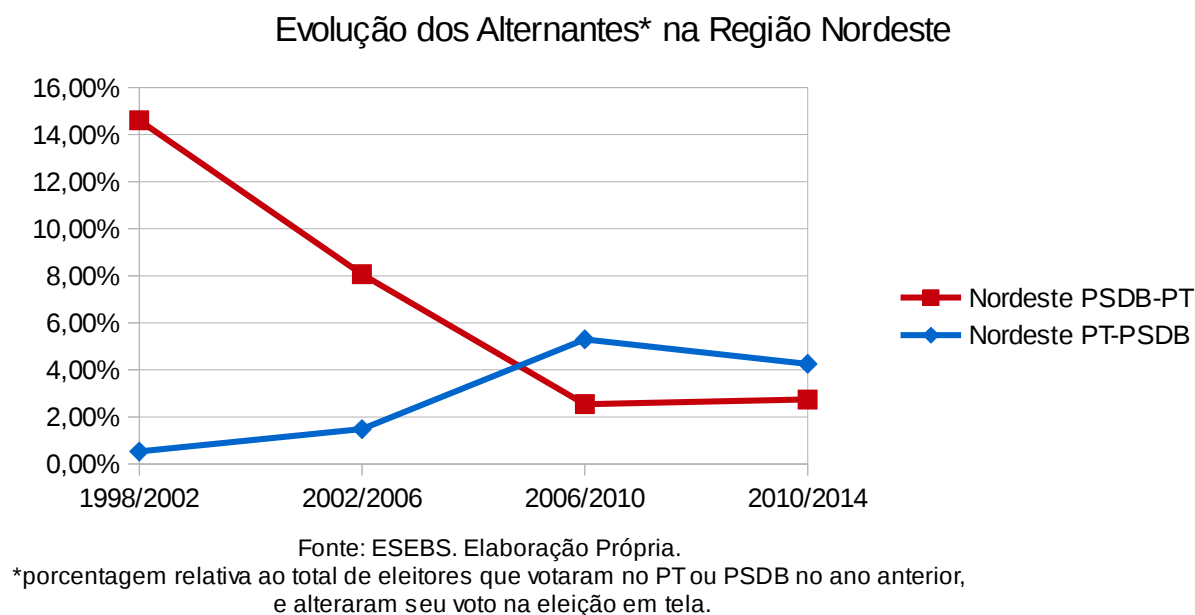
Evolução dos Alternantes* na Região Sudeste



Fonte: ESEBS. Elaboração Própria.

*porcentagem relativa ao total de eleitores que votaram no PT ou PSDB no ano anterior, e alteraram seu voto na eleição em tela.

Gráfico 5.2



Os dados acima, ilustrados nos gráficos, fortalecem a hipótese de que há uma maior penetração de peessedebistas no Sudeste, enquanto ocorre maior alastramento de petistas no Nordeste. No Sudeste, desde 2002, há um crescente e ininterrupto avanço do PSDB sobre o eleitorado petista. No Nordeste, por sua vez, há igualmente uma difusão do PSDB, com a conversão do eleitorado petista. No entanto, ela acontece com menos intensidade, a ponto de, no pleito de 2014, haver uma inversão das tendências, e os petistas voltarem a crescer sobre os eleitores do PSDB.

Esses dados, ao mesmo tempo que fortalecem a hipótese de regionalização, enfraquecem o foco no ano de 2006. Ao observar o movimento dos eleitores alternantes, mais uma vez o destaque recai em 2010, quando há inversões nas regiões Nordeste e Sudeste e o PSDB passa a capturar mais votos dos petistas do que o inverso. A grande diferença é que a captura de votos do PT pelo PSDB, que se iniciaram em 2002/2006, seguem permanentes no Sudeste mas não no Nordeste, onde em 2014 o PT volta a crescer.

É sabido que há uma importância distinta das políticas públicas de transferência de renda, como o Programa Bolsa-Família (PBF), na região Norte e Nordeste, fato que pode deixar o eleitor mais propenso a não alterar o seu voto, dadas as melhorias que o governo proporcionou. Além disso, o Sudeste é reconhecidamente uma região de forte base peessedebista, sigla que se mantém no governo do Estado desde o início da Nova República. Esses dois fatores podem ser aventados

como os determinantes para a regionalização do voto – sempre destacando que as principais mudanças estão em 2010 e 2014, pois é quando há movimentos distintos do eleitorado.

Em busca de mais elementos a respeito dos eleitores alternantes, levantamos a hipótese da escolaridade como uma possível diferenciação entre aqueles que votaram no PSDB e passaram para o PT e aqueles que decidiram de modo inverso. Para verificar tal hipótese, elaboramos a tabela 5.4, a qual distribui os eleitores alternantes por escolaridade.

É preciso dizer que não aplicamos nenhum modelo estatístico complexo; afinal, para variáveis qualitativas, mesmo o modelo de regressão multinomial *probite*, utilizado em diversos estudos com o ESEB (Rennó e Peixoto, 2011; Rennó e Cabello, 2010; Amaral e Ribeiro, 2015), não produz inferências muito conclusivas – como apontam os autores que o utilizaram. Além disso, tais estudos contribuíram para fortalecer o caráter retrospectivo do voto – isto é, que os eleitores votam de acordo com a avaliação que fazem dos incumbentes. Como vimos, esse é o ponto de partida para a teoria do realinhamento eleitoral erguida por V. O. Key Jr., e não seu ponto de chegada, no entendimento dos movimentos do eleitorado.

Posto isso, a questão principal aqui é apresentar elementos que identifiquem e validem o caráter do alinhamento eleitoral iniciado em 2002 e que segue até 2014. Isto é, quais são as bases do PT e do PSDB e como elas se movimentam nos quatro pleitos em cena.

TABELA 5.4

Escolaridade	Distribuição dos alternantes* por escolaridade							
	1998-2002		2002-2006		2006-2010		2010-2014	
	PT-PSDB	PSDB-PT	PT-PSDB	PSDB-PT	PT-PSDB	PSDB-PT	PT-PSDB	PSDB-PT
Até o ensino fundamental	2,20%	97,80%	60,42%	39,58%	92,78%	7,22%	79,87%	20,13%
Ensino médio incompleto e completo	3,97%	96,03%	68,18%	31,82%	87,63%	12,37%	86,27%	13,75%
Superior incompleto ou mais	6,06%	93,94%	76,92%	23,08%	91,18%	8,82%	90,24%	9,76%

* Essas porcentagens são relativas aos eleitores que votaram no PT ou PSDB na eleição anterior e alteraram seu voto Na eleição seguinte.

FONTE: ESEBS

Nos dados da tabela 5.4, há um duplo movimento comum em todos os pleitos. O número de eleitores que mudaram do PT para o PSDB cresce à medida que aumenta a escolaridade; já a quantidade de eleitores que trocaram o PSDB pelo PT cresce conforme diminui a escolaridade. Esse duplo movimento fica mais intenso nos pleitos de 2010 e 2014, quando mais de 90% dos eleitores

com ensino superior incompleto ou mais mudaram seu voto do PT para o PSDB.

É sabido que existe uma relação histórica e direta entre diminuição da desigualdade e escolaridade, sobretudo por conta da relação positiva entre renda e escolaridade (ARRETCHE, 2015)³. No caso brasileiro, o aumento da escolaridade e a consequente diminuição da diferença de rendimentos dos setores de ensino fundamental e médio em relação aos que tem ensino superior é intensificada justamente no período Lula e Dilma (idem, p. 129). Esse fator certamente é um dos determinantes do duplo movimento que está expresso na escolha feita pelos eleitores, pois os eleitores das duas primeiras camadas de escolaridade avançaram mais na renda do que os eleitores com ensino superior.

Todavia, é preciso perceber que esse movimento já era característico desde 2002 – ou seja, antes mesmo das políticas públicas do primeiro Governo Lula terem o efeito positivo na diminuição da desigualdade via escolaridade. Os dados de 2002 fortalecem nosso argumento de alinhamento das bases eleitorais, pois indica que os vetores da relação partido e eleitor que se iniciam em 2002 permanecem e se intensificam.

Nesse sentido, e considerando o conjunto de dados sobre os eleitores alternantes nos quatro pleitos analisados, podemos aventar que, com início em 2002 e de forma ininterrupta, o PSDB se alinha com eleitores mais escolarizados (de modo mais abrangente no Sudeste), enquanto o PT se perfila com eleitores menos escolarizados (mais concentrados no Nordeste). Tal alinhamento contínuo e ininterrupto não sofre uma mudança drástica em 2006, tal como Singer (2009, 2012) sustenta. Ele apenas segue o curso já delineado em 2002.

5.2 Ideologia e voto

Um dos últimos passos que gostaríamos de dar na análise dos dados é sobre o espectro ideológico dos eleitores em geral e como ele se movimenta ao longo do tempo.

Carreirão (2007) analisa os determinantes do voto dos pleitos de 2002 e 2006, com enfoque no voto ideológico. Através dos dados do ESEB, o autor demonstra que em 2002 a questão da autodefinição ideológica foi determinante para o voto – quanto mais à esquerda do espectro ideológico estiver o eleitor, maior é a probabilidade de ele votar no PT, e quanto mais à direita ele se situar, maior a probabilidade de votar no PSDB. No entanto, esse fator determinante não se repete em 2006 e, na verdade, perde peso: segundo o autor, há uma dispersão ideológica depois de 2002.

No ESEB, em todos os pleitos nos quais essa pesquisa foi realizada, há questões sobre a

³ Principalmente o capítulo 4.

autodeclaração ideológica do entrevistado. Este é questionado sobre sua posição numa escala de 0 até 10, pontos que correspondem, respectivamente, o mais à esquerda até o mais à direita do espectro ideológico. O entrevistado também é questionado sobre onde ele situa os partidos políticos nessa escala. Evidente que essa pesquisa parte dos pressupostos que encontramos na literatura sobre voto ideológico e têm estreita relação com a teoria econômica da democracia (DOWNS, 1999). Tais pressupostos são de que é possível conceber um contínuo entre esquerda e direita; para Downs (idem), esse contínuo tem como critério o controle do Estado sobre a economia. O controle total representa o mais à esquerda possível – portanto, a posição 0; já a total ausência do Estado nas atividades econômicas representa o mais à direita possível – portanto, posição 10. As posições intermediárias são aquelas que concebem maior ou menor controle do Estado sobre as atividades econômicas.

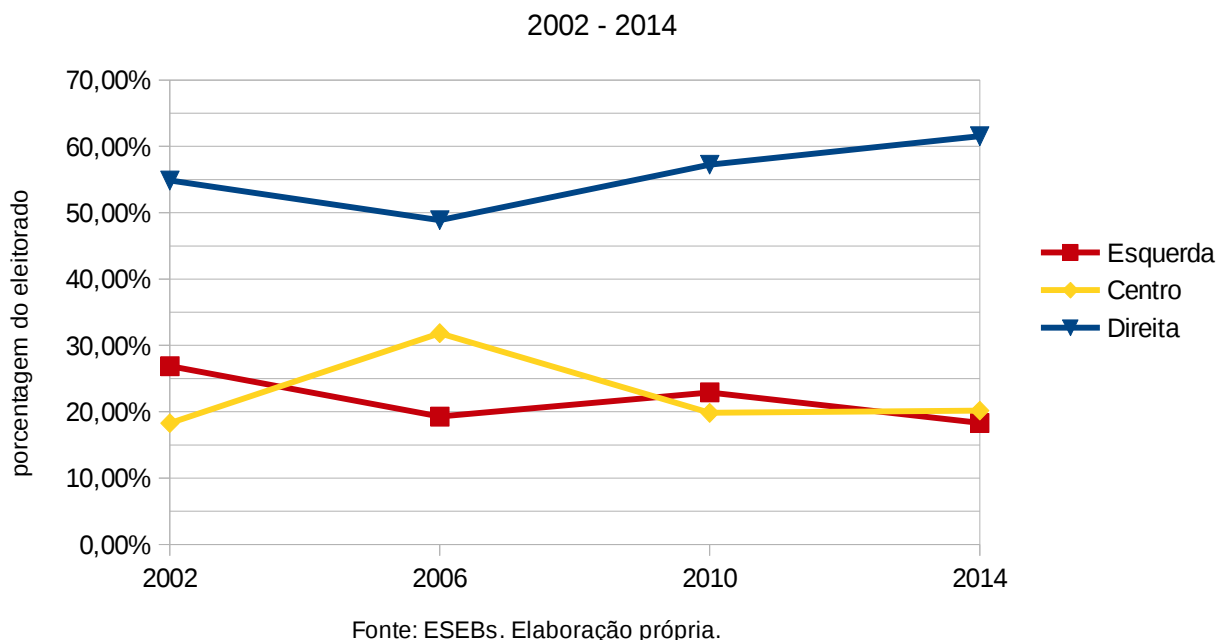
Evidentemente, esse pressuposto pode ser questionado – afinal, uma posição de esquerda não necessariamente possui graus de movimento que a leve até a direita e vice-versa. Isto é, a política não é necessariamente gradativa: ela pode ser disruptiva e multidimensional. Esse é um limite do contínuo esquerda-direita, pois ele não capta de forma precisa o que representa esquerda ou direita, caso esse significado não esteja num contínuo. Contudo, esse mesmo contínuo tem a vantagem de permitir observar as movimentações do eleitorado ao longo do tempo e de fazer comparações entre elas. Essa é a razão que nos leva a observar esses movimentos nos dados do ESEB.

O gráfico abaixo apresenta a movimentação do eleitorado nessa escala, dividida da seguinte forma:

- *esquerda* agrega o conjunto de eleitores que se localizam de 0 a 4 na escala;
- *centro* reúne o conjunto de eleitores que se situam no centro, ou seja, no 5;
- e *direita* agrega o conjunto dos eleitores que se dispõem de 5 a 10.

Gráfico 5.3

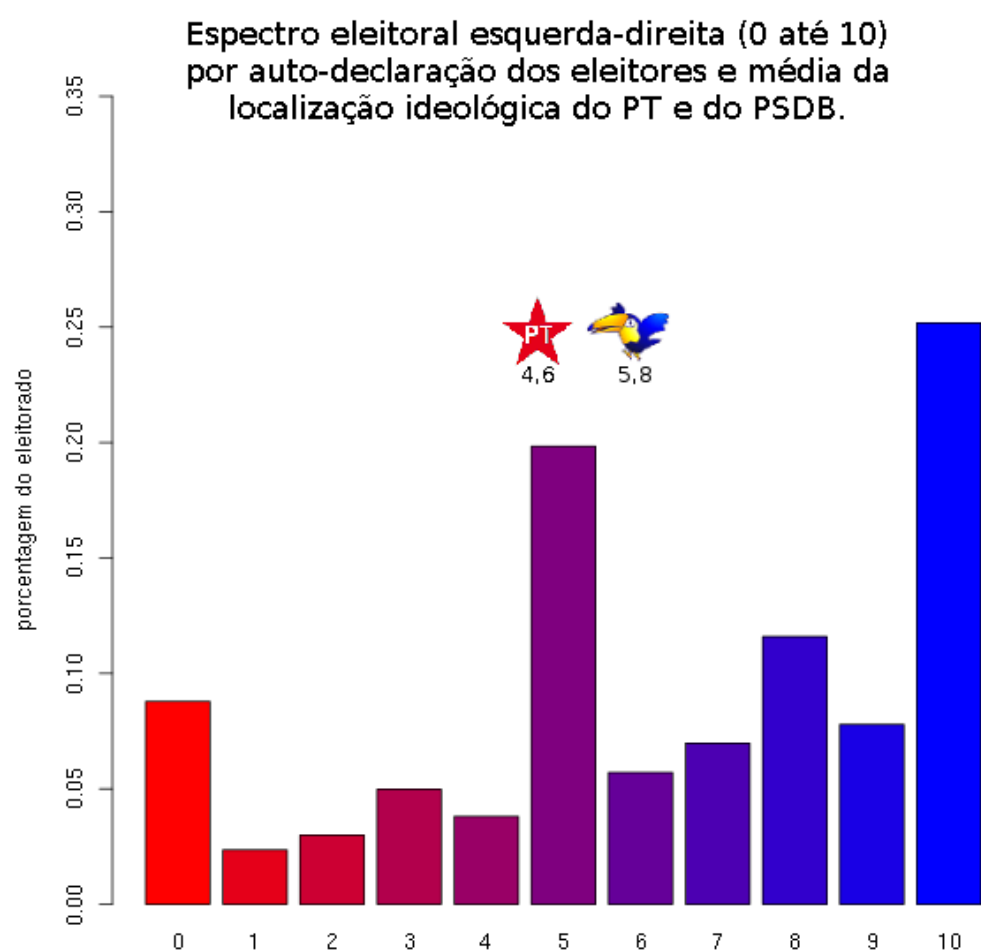
Distribuição dos Eleitores no Espectro esquerda, centro e direita, por auto-declaração.



Esses dados do gráfico 5.3 sobre a evolução do eleitorado brasileiro na divisão entre esquerda, centro e direita nos leva a algumas observações. A primeira é que a eleição de 2002 é a de maior polaridade entre esquerda e direita. Não é à toa que, para esse pleito, como apontou Carreirão (2007), o aspecto ideológico tenha sido um determinante do voto. No entanto, passado esse pleito, uma nova conformação surge em 2006: o centro (dos eleitores que se localizam na posição de número 5, ganha eleitores da direita e da esquerda, ultrapassando o número de votantes da última. Por fim, após 2006, há um contínuo crescimento dos eleitores que se autodeclaram à direita do espectro ideológico, chegando a mais de 60% dos eleitores em 2014. Esse aumento não é correspondido por uma polaridade com a esquerda. Pelo contrário: os eleitores de centro é que crescem mais, chegando a superar os eleitores que se localizam à esquerda. Em resumo: podemos dividir o tempo decorrido entre os pleitos de 2002 e 2014 em três momentos: (i) o primeiro, de polaridade ideológica entre esquerda e direita em 2002; o segundo, no qual essa polaridade se dissolve em favor de uma posição de centro em 2006 (como até aqui apontou Carreirão, 2007); e o terceiro, de contínuo crescimento da direita para os pleitos de 2010 e 2014.

Os gráficos abaixo mostram a distribuição dos eleitores no contínuo esquerda-direita em cada eleição, com a média da classificação que os eleitores imputam para as duas siglas que chegaram ao segundo turno nos quatro pleitos analisados.

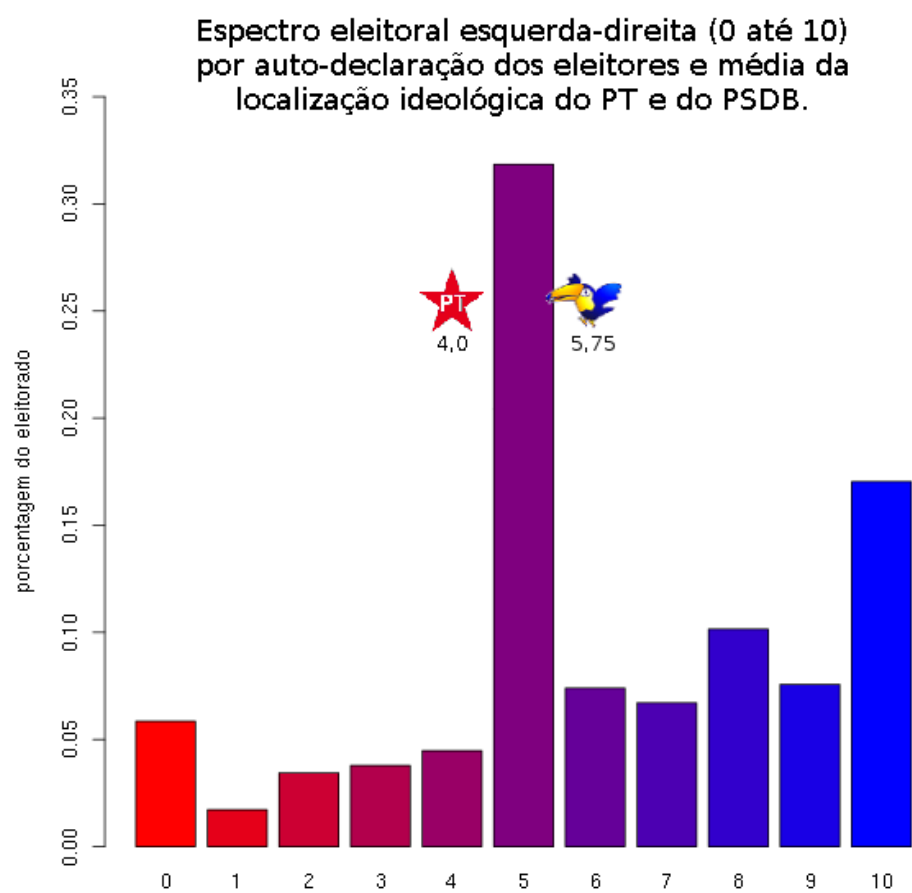
Gráfico 5.4
Pleito de 2002



Fonte: ESEB2010. Elaboração própria.

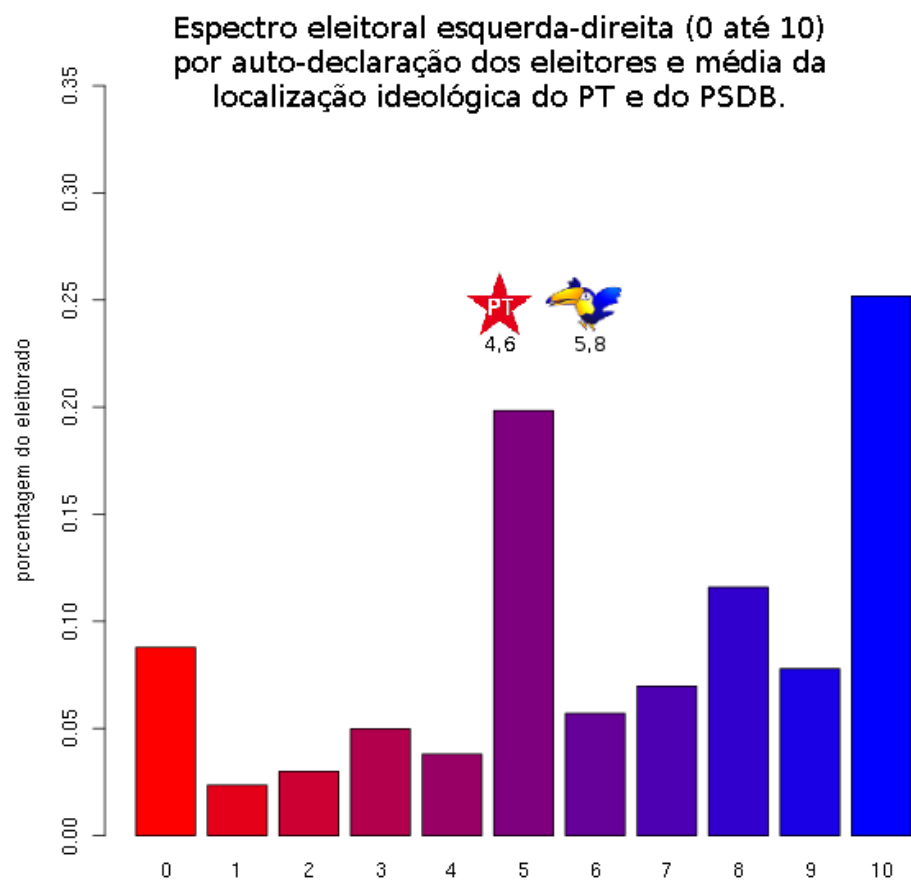
Gráfico 5.5

Pleito de 2006



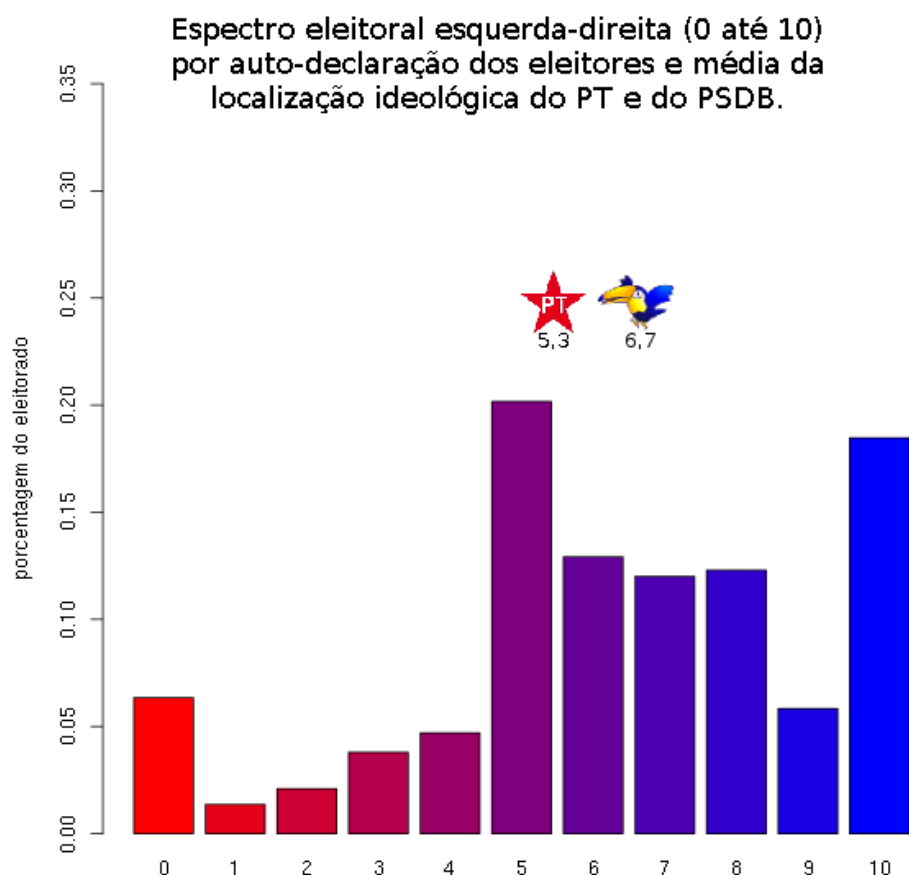
Fonte: ESEB2006. Elaboração própria.

Gráfico 5.6
Pleito de 2010



Fonte: ESEB2010. Elaboração própria.

Gráfico 5.7
Pleito de 2014



Fonte: ESEB2014. Elaboração própria.

Os quatro últimos gráficos apenas demonstram com mais cores algumas das afirmativas que havíamos colocado antes. O pleito de 2002 foi o mais polarizado; o de 2006 esteve marcado por uma dispersão ideológica; e os de 2010 e 2014 apresentaram um crescimento contínuo dos eleitores que se localizam à direita. Algo interessante dos quatro gráficos é o deslocamento para a direita do próprio Partido dos Trabalhadores. Se recuperarmos a definição instrumental de ideologia de Downs, na qual ela é um meio de maximizar votos, podemos aventar a hipótese de que o deslocamento do PT para a direita do espectro fez parte do jogo. Isso ocorreria pois, ao perceber o deslocamento do eleitorado para a direita, o próprio partido, a fim de maximizar seus votos, passa a se identificar ideologicamente com esse eleitorado, acompanhando o movimento geral do espectro ideológico. No entanto, é preciso se perguntar ainda sobre as determinações dessa movimentação ideológica do eleitorado – tema que será tratado no próximo capítulo.

Considerações sobre o capítulo 5

Vimos neste capítulo alguns movimentos importantes do eleitorado, a partir de dois eixos de análise: o eixo buscado em V. O. Key, que traz o voto retrospectivo como parâmetro fundamental de clivagem do eleitorado – e nosso destaque foi para os eleitores que mudaram o voto entre um pleito e outro e para os determinantes dessa mudança; e o eixo de movimentações da autodeclaração ideológica do conjunto dos eleitores e a identificação desses com os partidos em disputa.

Os dados que nós produzimos por meio do banco ESEB podem ser interpretados da seguinte forma: (i) o pleito de 2002 foi o de maior polarização e mudança de posição do eleitorado brasileiro; do ponto de vista ideológico, é a eleição de maior polaridade e é aquela em que a autodeclaração tem peso na determinação do voto; ao mesmo tempo, é nesse pleito que grande parte dos eleitores que votaram no PSDB nas eleições anteriores dirigem seu voto para o PT; (ii) o pleito de 2006 é marcado por uma dispersão ideológica, ao mesmo tempo que é aquele com maior porcentagem de alinhados – isto é, eleitores que não alteraram o partido no qual votaram na eleição anterior. Esses dados desfavorecem a argumentação de que ocorreu um realinhamento em 2006 – e, simultaneamente, fortalecem a hipótese que levantamos de ter acontecido um alinhamento eleitoral; (iii) os pleitos de 2010 e 2014 são caracterizados por um avanço mais consistente do PSDB sobre a base de eleitores do PT, sobretudo no Sudeste, ao mesmo tempo que acontece uma crescente guinada ideológica para a direita – na medida em que, enquanto o número de eleitores que se autodeclaram à esquerda estagna, o de eleitores que se autodeclaram à direita aumenta; por fim, (iv) considerando o conjunto de dados sobre os quatro pleitos analisados, podemos aventar que desde o pleito de 2002, e de forma ininterrupta, o PSDB se alinha com eleitores mais escolarizados (com mais intensidade no Sudeste), enquanto o PT perfila-se com eleitores menos escolarizados (concentrados sobretudo no Nordeste). Nossa hipótese é que esses são os vetores do alinhamento eleitoral.

Evidentemente, os movimentos ideológicos do eleitorado brasileiro exigem um esquema interpretativo mais amplo, não podendo se restringir apenas ao “voto econômico” ou ao voto retrospectivo. O ponto de partida para erguer esse esquema interpretativo é considerar a outra dimensão do jogo eleitoral, isto é, não mais apenas para os eleitores mas também para os partidos e suas escolhas. É a interação estratégica entre eleitores e partidos que nos dará a chave para capturar o fenômeno do alinhamento no momento de sua ocorrência.

.6.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A OUTRA PARTE COMPONENTE DO JOGO DEMOCRÁTICO:
O PT E SUAS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS

Até o momento, dedicamo-nos a uma das partes componentes do jogo democrático: os eleitores e sua relação com os partidos políticos. A teoria do realinhamento eleitoral, adaptada à realidade política brasileira, foi ferramenta útil – através de análise de dados eleitorais – para identificar como partes específicas dos eleitores brasileiros se alinham, no que diz respeito as eleições presidenciais, ao PT e ao PSDB, na recente experiência democrática no Brasil.

Feito isso, o objetivo deste capítulo é apontar elementos possíveis para efetuar a interpretação da outra parte do jogo político: os partidos políticos e sua relação com os eleitores. Evidente que, nos limites deste trabalho, vamos propor um esquema interpretativo possível, mas ainda cheio de lacunas a serem preenchidas por futuros estudos. Todavia, acreditamos ser viável estabelecer os parâmetros da interação estratégica entre as duas partes do jogo democrático. Vamos nos dedicar a tentar explicar apenas as escolhas estratégicas do PT e, portanto, não teremos a pretensão de completar o cenário político nacional – trabalho de uma complexidade que extrapola as pretensões de uma dissertação de mestrado.

Vimos em capítulos precedentes algumas indicações de movimento e de escolhas estratégicas por parte dos partidos. A ampliação do leque de alianças do PT, na coligação que incluiu pela primeira vez um partido de centro-direita (o Partido Liberal), tendo como vice José Alencar, um conhecido empresário, e a necessidade eleitoral de captar mais eleitores no espectro ideológico da direita, foram algumas apontadas.

Se é certo que o objetivo de todo partido, num sistema democrático, é maximizar seus votos, o PT foi atrás de angariar eleitores onde o PSDB estava ganhando. E essa mesma lógica operou em todos os pleitos analisados. Apesar de ser evidente que políticas públicas como o Programa Bolsa-Família colaboraram com peso considerável no avanço do PT no Norte e Nordeste, parte importante da explicação está também na aliança feita com o PSB. Ciro Gomes tornou-se Ministro do Interior em 2002 e ergueu o PSB em estreita aliança nacional com o PT, permitindo o avanço do partido para o interior dos Estados – o que ocorreria independentemente do Programa Bolsa-Família. Ao mesmo tempo, o DEM (ex-PFL) perdeu espaço substantivo no Nordeste, ou seja, a aliança feita pelos democratas com o PSDB não resultou em fortalecimento dos tucanos na região. O fracasso de um é o sucesso do outro.

No entanto, o que essas escolhas significam para a política nacional, dentro de uma narrativa mais ampla? Isto é, como interpretar essa experiência do governo petista e tudo o que havia de

promissor e frustrante nas possibilidades que estavam colocadas na eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002? Nas ponderações conceituais que fizemos em capítulos precedentes, uma teoria pareceu eficaz para dar resposta a esse tipo de questão: o marxismo analítico. Para apontar caminhos de resposta, então, a essas perguntas, vamos utilizar um dos esquemas interpretativos que um teórico dessa escola desenvolveu: uma teoria da socialdemocracia.

6.1 A social-democracia como fenômeno histórico

Em artigo canônico que abre o livro *Capitalismo e social-democracia*, Adam Przeworski trata de compreender essa última como um fenômeno histórico. Para o autor, os processos políticos que levaram à socialdemocracia não foram simplesmente construídos de forma programática, sendo antes mais bem compreendidos como frutos de decisões políticas contingentes e circunstanciais do que provenientes de uma estratégia clara e deliberada. Daí sua caracterização como um fenômeno histórico, um acontecimento ocasional, mesmo que generalizável para a experiência da classe trabalhadora em diversos países. É evidente que no trajeto fica claro um tipo de política e valores que constituem, *a posteriori*, um programa socialdemocrata que será assumido e defendido com clareza. Mas no início, destaca o autor, todos eram socialistas e buscavam meios de realizar sua aspiração. Para chegar a essa concepção, Przeworski coloca no centro de suas preocupações as escolhas políticas de indivíduos e coletivos que foram divisoras de água – aquelas escolhas que depois de feitas não possibilitam retorno à situação anterior.

A partir dessa metodologia, o autor elabora uma narrativa histórica na qual a socialdemocracia aparece como um resultado secundário, no entanto elevada à principal política da classe trabalhadora europeia. Em outras palavras, Przeworski defende a socialdemocracia como o fruto “positivo” do fracasso dos socialistas – ela foi a realização possível dentro das escolhas feitas anteriormente. Pois bem, quais foram essas escolhas? Elas também foram feitas pelo Partido dos Trabalhadores? E o que essa narrativa pode nos trazer de elementos para analisar nossa experiência?

6.2 A decisão de participar

“A escolha crucial foi entre participar ou não”, nos alerta Przeworski no início de sua narrativa (idem, p. 19). A questão foi colocada para todos partidos socialistas que encontraram diante de si um governo democrático sob economia capitalista. Por um lado, a participação significa a legitimação da ordem, e entrar no jogo democrático é assumir os pressupostos constitucionais que o ergueram – a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho. Além disso,

denotava também um deslocamento de esforços das frentes de confronto direto entre o mundo dos trabalhadores (sindicatos, comissões e associações operárias) contra a esfera do capital para uma disputa dentro das instituições do Estado sob domínio burguês. As organizações anarquistas, por essa razão, se colocaram imediatamente fora do jogo e defenderam claramente o não-envolvimento. Já as organizações socialistas tiveram uma posição ambígua, pois, do ponto de vista imediato a participação poderia garantir (e de fato garantiu) conquistas pontuais e melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. Mesmo com ambiguidades, ao fim e ao cabo, a escolha dos socialistas foi a de integrar-se, mesmo que com ponderações e limites sobre essa participação. Inicialmente, foi a corrida eleitoral foi colocada como tarefa secundária e estava na chave da propaganda e da agitação contra a ordem através dos espaços institucionais. Segundo o autor, os socialistas foram aqueles que decidiram utilizar os direitos políticos dos trabalhadores nas sociedades em que estes tinham tais direitos e decidiram lutar por eles onde não os tinham.

O Partido dos Trabalhadores, seguindo seu manifesto de fundação, se encaixa exatamente nessa ambiguidade, qual seja: adentrar nos espaços legítimos dentro da ordem política para ir contra ela. Seu manifesto de fundação¹, aprovado no prestigioso Colégio Sion, assevera:

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas. Lutará [dentro da ordem] por sindicatos independentes do Estado, como também dos próprios partidos políticos.

O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem-estar da coletividade. Para isso é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas esses interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular, fundada nas organizações de base, para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores [contra a ordem] sobre a economia e os demais níveis da sociedade (Manifesto de Fundação do PT, p. 2).

É importante destacar que o contexto geral de fundação do Partido dos Trabalhadores é de luta pela democracia, sendo essa uma de suas principais bandeiras de mobilização – e isso ocorria

¹ Para uma análise pormenorizada do Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores e das resoluções dos congressos e encontros do PT, ver Iasi (2006).

quando a maioria dos países europeus já havia conquistado o regime democrático. Não obstante, tal bandeira é menos sinal de diferença do que de identidade com os processos analisados por Przeworski, pois tanto lá como aqui, o voto direto, o sufrágio universal, a democracia em suas diferentes formas, foram bandeiras erguidas pelos partidos socialistas – e muitas vezes alcançadas antes de vitórias econômicas substantivas (como redução de jornada de trabalho). Ele nos alerta a respeito desse fato quando diz que “enquanto as greves orientadas para estender o sufrágio alcançavam sucesso na Bélgica e Suécia, o uso de greves de massa com objetivos econômicos resultava invariavelmente em desastres políticos”. O caminho dentro das instituições apareceu como uma possibilidade concreta de garantir direitos e avançar rumo a novas conquistas, tanto quanto o confronto direto entre patrões e trabalhadores. E é evidente que os partidos organizados no seio da classe trabalhadora, depois de envolvidos diretamente na luta por democracia, não poderiam se abster de participar das eleições nem se envolver nelas simbolicamente: essa não era uma opção praticável para quem queria sobreviver como organização: era preciso entrar no jogo para obter avanços imediatos às condições de vida dos trabalhadores.

Nesse ponto, sobre a inevitabilidade da participação, há um debate que ficou perdido e que vale o esforço ser resgatado: trata-se das alternativas que não foram escolhidas. Dois textos devem ser lembrados, pois tratam dos limites do inevitável envolvimento. As resoluções do quarto congresso da III Internacional, nas quais há uma defesa para a participação como forma de avanço nas conquistas -- com os parlamentares, no entanto, sob controle direto do partido, que deveria ter autonomia frente aos seus candidatos. Junte-se a essas um texto de Rosa Luxemburgo (1971) – sobretudo, a parte “Da participação socialista no poder na França” – que restringe os limites da participação eleitoral apenas ao espaço do Poder Legislativo. A autora está analisando uma das primeiras capitulações dos partidos revolucionários: o partido socialista francês sob a direção de Millerand e sua entrada no Executivo, resultando na submissão do partido às alianças com a burguesia. Para Luxemburgo, o partido socialista não poderia participar de nenhuma forma do Executivo, pois isso seria sair do papel de oposição e se colocar em uma situação que inevitavelmente estaria destinada a gerir a ordem burguesa: estar no Executivo é ter uma participação ativa na gestão da ordem burguesa, o que significa o fim do projeto socialista. Por outro lado, participando somente do Legislativo, o partido socialista poderia garantir as conquistas da classe trabalhadora, cumprindo ao mesmo tempo um papel de oposição à constituição do governo burguês².

Essas possibilidades de escolha, quais sejam, o forte controle e independência do partido

² Agradecemos a Ceici Kameyama por destacar esses textos e o debate que ocorreu dentro da Polop (Política Operário) sobre o assunto.

sobre seus candidatos e a participação restrita ao legislativo, não foram feitas. E a participação se colocou em todos os espaços, jogando os melhores quadros do partido para dentro do parlamento. A decisão foi tomada levando em conta a estratégia geral de buscar avanços dentro da constitucionalidade, para assim lutar contra ela. E o aparato partidário virou parte considerável de suas forças para buscar vencer as eleições.

Além do deslocamento de forças para as eleições, há pelo menos mais cinco consequências da participação que envolvem a organização do partido e da classe trabalhadora, apontadas por Przeworski. Uma delas é a troca do ator “classe trabalhadora” pelo ator “cidadão” e a consequente responsabilidade que o próprio partido assume de educar seus filiados e sua base de influência, quanto às atividades democráticas, pacíficas e constitucionais. Nesse momento, há uma ampliação significativa da identificação da base do partido: se antes eram composta por operários e todo o conjunto dos trabalhadores, passa agora a representar os cidadãos e o povo. Na democracia, o partido tem que valorizar o voto, e isso significa prezar a relação direta do indivíduo-cidadão com o Estado em disputa – as relações de produção que caracterizam as classes ficam escondidas atrás do voto. Em segundo, como já foi apontado de passagem, há um deslocamento das tensões das relações de produção (cujo território é a fábrica, a firma, a empresa) para o parlamento – no qual os filiados estão representados por um líder. Em terceiro, as eleições exigem esforços monumentais, e isso significa uma profissionalização de parte considerável do partido dentro dos gabinetes, comitês de campanha etc., cujo o resultado frequente é duplo: o candidato ganha poderes adicionais, ao empregar militantes em prol de sua eleição; e, por conter uma burocracia alienada do processo do partido, as eleições tornam-se um fim em si mesmas, e não mais um meio de conquistas e ampliações de direitos. Ao buscar escrever a história do Partido dos Trabalhadores, Secco (2011), utiliza a mesma passagem que Przeworski empregou para descrever esse processo: conta a história que um militante de base afastado volta, depois de algum tempo, a frequentar o partido. Espantado diante do aparato eleitoral em prol de alguns candidatos, pergunta-se se são “camaradas disfarçados de notáveis ou notáveis disfarçados de camaradas” (SECCO, 2011, p. 122; PRZEWORSKI, 1989, p. 33). Para Secco, houve uma escolha específica no PT sobre a profissionalização que levou a uma consequência grave para a relação partido e seus candidatos:

A profissionalização petista não era aquela que Lênin exaltava em seu livro *Que Fazer*. Ela se dava predominantemente via mandatos e não via partido. Mesmo quando a burocracia de tipo leninista adquire pequenos privilégios de informação e decisão, ela ainda precisa acertar contas com uma base militante. No caso do PT [e de diversos partidos socialistas, segundo Przeworski], a própria burocracia interna

se tornava um apêndice de mandatários de postos eletivos no Governo e no Parlamento (SECCO, 2011, p. 186).

Em quarto, há uma incorporação da democracia representativa – caracteristicamente burguesa – como um valor universal que transcende os diferentes meios de produção e deve ser defendida acima de tudo:

A democracia representativa, para os social-democratas, tornou-se simultaneamente o meio e o objetivo, o veículo para o socialismo e a forma política da futura sociedade socialista, a estratégia e o programa, apresentando um caráter ao mesmo tempo instrumental e prefigurativo (PRZEWORSKI, 1989, p. 29).

Os partidos socialistas se veem diante do dilema de Bernstein: será possível o socialismo com democracia? Ou para alcançá-lo teremos que abrir mão, temporariamente, dos métodos democráticos e propagar uma violência através da qual não saberemos como retornar? Não é suficiente o exemplo das tragédias a que esse caminho leva? Não obstante, os procedimentos democráticos que os socialistas estão metidos parece condenar o partido a uma eterna impotência política.

No caso do Partido dos Trabalhadores, essa visão democrática ganha cores mais fortes com a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética, acontecimentos utilizados de forma deliberada como fracassos decorrentes da falta de democracia. Dois intelectuais orgânicos do partido vão produzir obras para subsidiar a militância do PT para assumir a democracia como um valor: Carlos Nelson Coutinho, com a obra *A democracia como valor universal*; e Francisco Weffort com a obra *Qual democracia?*. Duas obras com conteúdos diferentes, mas que coincidem na elevação da democracia para além de um método político – a ditadura do proletariado (que, ao fim e ao cabo, é uma resposta à ditadura burguesa sob a forma democrática) foi colocada fora de questão.

Por fim, uma última consequência a se destacar é que a utilização dos direitos constitucionais e do governo executivo pelo partido,, junto à defesa da democracia, criou acima de tudo uma situação controversa em um momento-chave para as transformações: as crises. Ao contrário da expectativa de que é na crise que o partido poderia avançar para além da ordem e alçar um comportamento revolucionário, o que ocorreu foi uma frustração. Nas crises, o que surge é a defesa da Constituição e a expectativa de garantia dos direitos constitucionais. Ou seja, a defesa da constituição econômica capitalista.

6.3 A promessa das eleições e o novo leque de alianças

No entanto, a decisão de participar plenamente estava respaldada em um raciocínio forte: se a democracia é o governo da maioria, a prevalência do socialismo é uma questão de tempo, pois a classe trabalhadora é a maioria. Os partidos socialistas entraram para as batalhas eleitorais acreditando que o inimigo poderia “ser abatido em seu próprio terreno”. E se, inicialmente, o partido não obteve os votos necessários para governar, era apenas uma questão de tempo, de trabalho e convencimento dos trabalhadores para votarem nos que representam seus interesses. Millerand, o mesmo criticado por Rosa, diz em uma reunião do partido socialista francês: “Estou convencido que a realização de nossos objetivos acha-se tão próxima que há poucos nesse recinto que não estarão vivos nesse dia” (PRZEWORSKI, 1989, p. 30).

A expressão dessa perspectiva que relaciona os trabalhadores como a maioria e a certeza da vitória eleitoral, dentro do PT, foi a palavra de ordem “trabalhador só vota em trabalhador”. No entanto, assim como mostrou a experiência europeia, aqui no Brasil, os trabalhadores que votaram no PT, enquanto este se coligava apenas com partidos do espectro da esquerda e centro-esquerda, chegavam apenas ao teto dos 30% do eleitorado. E o dilema de Bernstein aparece como um impasse eleitoral. Nas palavras de Przeworski:

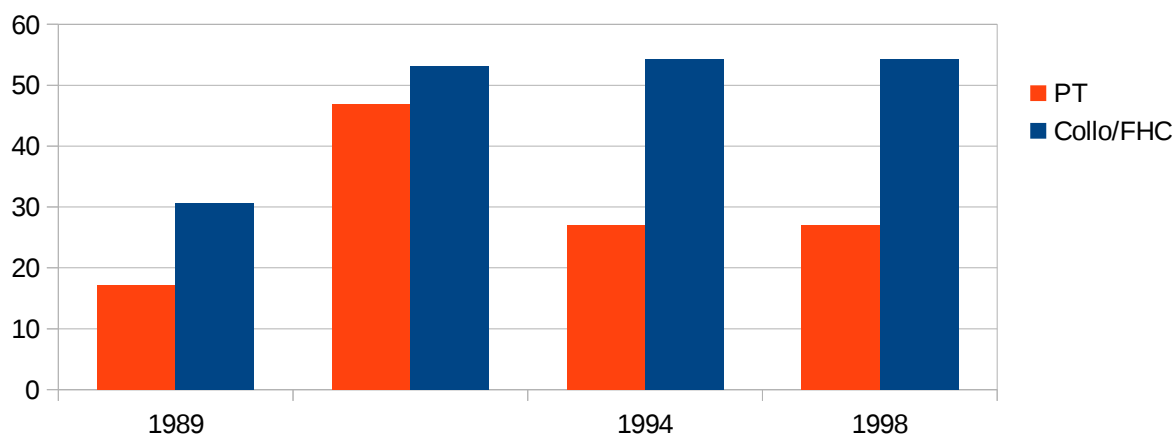
Essa condição concreta impõe sobre os partidos socialistas uma escolha: os socialistas devem escolher entre um partido homogêneo em sua expressão classista, mas condenado a perpétuas derrotas eleitorais, ou um partido que luta pelo sucesso eleitoral a custo da diluição de seu caráter de classe (idem, p. 43).

No caso do PT, nas eleições presidenciais, foram três pleitos em que houve derrota, nas quais as coligações se restringiram aos seguintes partidos: Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Popular Socialista (PPS), Partido da Mobilização Nacional (PMN) e Partido Verde (PV). O gráfico abaixo mostra o resultado eleitoral dos pleitos de 1989 (primeiro e segundo turno), 1994 e 1998 (ambos terminaram no primeiro turno).

GRÁFICO 6.1

Resultado Eleitoral
Partidos que compuseram coligações nacionais com o PT:
PSB, PCdoB, PDT, PPS, PMN, PV

Fonte: TSE

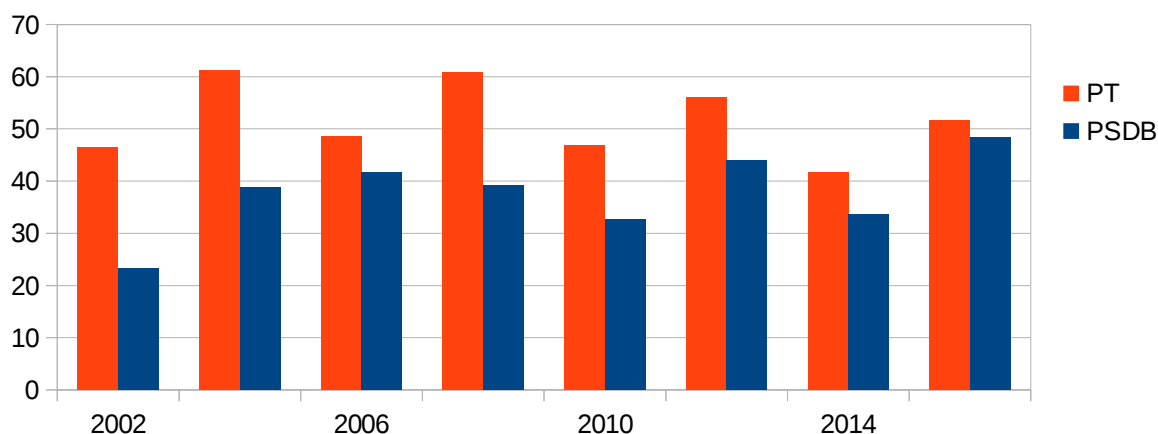


Na eleição seguinte, em 2002, estava resolvido o dilema eleitoral que forçava a decisão entre uma coligação homogênea que não ganha e uma heterogênea que vence as eleições. O partido ampliou seu leque de alianças e incorporou o Partido Liberal, unindo Lula, um ex-metalúrgico de São Bernardo do Campo, com José Alencar, um mineiro de origem pobre que se tornou o maior empresário da indústria de tecidos da América Latina. Sem desconsiderar os desgastes do próprio governo FHC e a situação favorável para uma vitória eleitoral, o resultado encaixou como uma luva na descrição sobre a socialdemocracia realizada treze anos antes por Przeworski. A lição é histórica: para avançar eleitoralmente, os partidos de origem socialista tiveram que ampliar suas relações e pactuar com frações da pequena burguesia e da burguesia. O gráfico abaixo mostra os partidos que fizeram e fazem parte das coligações das últimas quatro eleições nas quais o PT foi vitorioso.

GRÁFICO 6.2

Resultado Eleitoral
Partidos que compuseram coligações nacionais com o PT:
PL, PMDB, PP, PROS, PDT, PSDB, PR, PRB, PTN, PSC, PTC, PCdoB, PSD

Fonte: TSE



Ora, uma coligação mais heterogênea exige um programa mais flexível, e algumas das chamadas bandeiras históricas ficaram “sem contexto”. A expressão máxima da ampliação da aliança e da chamada para um pacto de conciliação de classes foi a peça de campanha eleitoral *Carta ao povo brasileiro*, na qual a coligação se dirige diretamente aos empresários e afirma garantias financeiras e propala tranquilidade social. A carta tem seu mérito estético, ao juntar agronegócio e reforma agrária como duas bandeiras que correm paralelas.

6.4 O programa econômico da socialdemocracia e suas contradições

Nesse momento, não estamos mais falando de um partido socialista, mas de uma agremiação que teve origem socialista e fez o caminho rumo à socialdemocracia caracterizada pela defesa da Constituição democrática burguesa, pela redução da agremiação ao partido eleitoral profissional e a promoção da conciliação de classes entre operariado e burguesia. Alguns autores já destacaram que, diferentemente de outros partidos socialistas, como o alemão, o PT não fez uma autocrítica a ponto de retirar de seu programa a palavra socialismo. No entanto, isso não impede de qualificá-lo a partir de sua prática partidária e de sua política no Executivo do Estado (SINGER, 2012; SECCO, 2011; BRAGA, 2012). Eis a questão a que chegamos: qual é o programa de governo da socialdemocracia?

Segundo Przeworski, os socialdemocratas, guiados por um pragmatismo político aguçado, não tinham um programa de governo claro. Ao contrário, partiram muito mais para um imprevisto a

partir da conciliação dos interesses em jogo do que da execução clara de uma plataforma:

O fato é que os social-democratas logo descobriram nas ideias de Keynes, especialmente após a publicação de sua *Teoria Geral*, algo de que necessitavam com urgência: uma política econômica precisa para a gestão de economias capitalistas. A revolução keynesiana (...) forneceu aos social-democratas um objetivo e, com isso, a justificativa para o seu papel no governo, simultaneamente transformando o significado ideológico de políticas distributivas que favoreciam a classe trabalhadora (Przeworski, 1989, p. 53).

Em um movimento de metamorfose, a política econômica de não pagamento da dívida pública, a estatização dos meios de produção e o controle da distribuição de riqueza pelas organizações dos trabalhadores são transformadas em metas de inflação e metas de crescimento econômico para a realização de distribuição da renda através de políticas públicas.

No caso do PT, o que opera no governo é um reencontro com as políticas desenvolvimentistas gestadas antes e durante a ditadura militar, em oposição ao liberalismo radical defendido por parcela da burguesia do país. Uma ironia histórica ocorre com o PT no Poder Executivo, pois a política desenvolvimentista que ele protagoniza é também um reencontro com as políticas defendidas pelo próprio Partido Comunista Brasileiro, que o Partido dos Trabalhadores, em sua origem, tanto negou. Segundo Secco, “depois que o Governo Lula aplicou a opção pelo neodesenvolvimentismo ficou mais evidente que o PT é uma continuidade da tradição do marxismo brasileiro gestado no período de 1954-64” (SECCO, 2011, p. 69). A tradição a que Secco se refere é a do etapismo, que, *grosso modo*, defendia uma aliança entre o operariado e a burguesia nacional contra os entraves ao desenvolvimento nacional, representados pela elite agrária e o imperialismo norte-americano. Essa aliança iria alavancar o capitalismo no país e elevá-lo à condição de potência econômica, criando, assim, as condições para uma revolução socialista. Evidentemente, vale repetir, não havia um programa econômico claro, e o reencontro com o programa econômico do *Partidão* é mais fruto do pragmatismo e habilidade política do que de uma visão de longo prazo para o país – o que significa que a segunda parte do programa, a da revolução socialista, não existe.

6.5 Os limites da socialdemocracia

Os partidos socialdemocratas venceram as eleições e, com algum sucesso, cumpriram o pacto que envolvia a garantia de lucros à burguesia e políticas públicas que melhorassem as condições de

vida da classe trabalhadora. No entanto, os burgueses não deixaram de ser exploradores e logo se reafirmaram como classe dominante; e os trabalhadores não deixaram de ser explorados e logo se redescobriram como classe subalterna.

A estabilidade do pacto de classes é a mesma daquela dos mercados capitalistas. Em pouco tempo, os partidos socialdemocratas estavam diante de outro dilema: garantir os lucros da burguesia, retirar direitos trabalhistas e pedir à classe trabalhadora que faça sacrifícios para que dias melhores possam vir – sob o risco de o pacto ser rompido pela classe subalterna, ou assegurar os direitos trabalhistas e diminuir os lucros, ante o risco de o pacto ser rompido pela classe dominante. Nesse caso, o tom da trajetória garante a sua continuidade, mesmo porque seria impossível para qualquer partido sob o regime democrático burguês dirigir em bloco os capitalistas, pois seria praticamente confrontar o livre mercado, escolha que está fora da Constituição Econômica do sistema, pois caracterizaria uma economia centralizada e organizada fora dos preceitos liberais. Defrontando-se com uma crise e ameaçados pela perda de apoio eleitoral, os socialdemocratas...

Armam-se de coragem e explicam à classe trabalhadora que é melhor ser explorado que criar uma situação que envolve o risco de ser prejudicial a própria classe. Recusam-se a aventurar seu destino em um agravamento da crise. Oferecem o compromisso, mantêm-no e defendem-no (PRZEWORSKI, 1989, p. 65).

Esse é o momento no qual o partido gestado no seio da classe operária, e que há algum tempo falava em seu nome nas negociações governamentais, volta-se contra ela como algo estranho e irreconhecível. O último desdobramento do fenômeno histórico da socialdemocracia está justamente na escolha que o partido faz de, para manter a coesão social que o levou até o governo, volta-se contra os interesses da classe trabalhadora (sua fiel fiadora no pacto), retirando seus direitos, retrocedendo em conquistas básicas e abandonando até mesmo o reformismo (forte ou fraco) que o configurou.

O programa socialdemocrata permite maior ou menor radicalidade, o que não altera seu conteúdo principal, a manutenção da ordem capitalista com eventuais ganhos para a classe trabalhadora. Tudo pode ocorrer e ser feito desde que o projeto socialista não chegue perto de ameaçar a ordem estabelecida. Nesse sentido, o projeto petista continua em vigor e o PT, pesados todos os ataques que vem sofrendo, ainda é um partido consolidado no cenário nacional.

Já no final do século XX, como não nos deixa esquecer Przeworski, a socialdemocracia havia mostrado seus limites. Todavia, durante a primeira década do século XXI, os partidos socialdemocratas do velho mundo pedagogicamente aplicaram as mais duras políticas de

austeridade por praticamente toda a Europa. O aumento do desemprego veio junto com cortes em políticas públicas, auxílios etc. Esse processo ainda está em curso.

No Brasil, é possível ver sinais do PT tomando medidas duras contra a classe trabalhadora desde o primeiro mandato de Lula, na famigerada Reforma da Previdência Social. Ao mesmo tempo que políticas públicas como o Programa Bolsa-Família, o aumento real do salário-mínimo e a expansão do crédito para as pessoas de baixa renda beneficiaram os trabalhadores e mantiveram o pacto firme. O governo conseguiu aproveitar-se do crescimento econômico proporcionado pelo extraordinário aumento nos preços das *commodities* e nas exportações para a China. Agora que a China breca sua economia e os preços das *commodities* voltam aos patamares normais, o pacto fragiliza-se. Não nos vale entrar nos méritos do processo de *impeachment* que ocorre ao mesmo tempo que este trabalho é produzido, mas cabe destacar que a escolha do segundo governo Dilma Russeff não poderia ser mais clara e de acordo com essa narrativa: ministros conservadores, cortes de gastos nos primeiros meses, cortes de direitos trabalhistas, reforma da previdência, enfim, um desfecho catastrófico para as promessas iniciais. E mesmo assim isso não foi suficiente para manter o acordo com a parte do outro lado da mesa.

Considerações sobre o capítulo 6

Nesse capítulo, buscamos construir uma narrativa que desse conta das experiências políticas sob o âmbito das escolhas partidárias. Defendemos que o desenvolvimento da estratégia adota pelo PT guarda relações estreitas com as experiências socialdemocratas mundo a fora, o que nos permite erguer um esquema interpretativo que dê significado histórico para o fenômeno do alinhamento eleitoral identificado nos capítulos precedentes.

Retornando então às perguntas iniciais sobre o significado e o conteúdo do alinhamento, parece razoável afirmar que vivemos, do ponto de vista eleitoral, um ciclo socialdemocrata, cuja intensidade de políticas públicas, evidentemente, é diferente da dos ciclos europeus. Entretanto, as escolhas estratégicas e os leques de alianças entre classes são os mesmos. A nossa defesa é que o significado da experiência política do PT, do ponto de vista da interação estratégica, é uma prática que tem como singularidade a história da socialdemocracia.

Esse ciclo no Brasil está próximo de seu desfecho e pode significar tanto um amadurecimento da democracia brasileira, na medida em que ela se consolida com partidos cujas bases eleitorais agora têm um alinhamento consistente e permanente, ou, como defende Souza (1979) na sua tese sobre o realinhamento eleitoral no período de 1945-1964, é justamente quando o sistema partidário chega perto de se consolidar que esse processo é interrompido pelas elites

econômicas.

Entrementes, o conteúdo dessa experiência -- e, portanto, o seu devir -- é um conteúdo particular e está relacionado tanto ao contexto histórico mundial quanto à forma particular da formação histórica brasileira. Nesse sentido, para além das possibilidades deste trabalho, alguns estudos, sobretudo os de Mauro Iasi (2006, 2012), têm se dedicado a entender os pormenores da metamorfose do PT, colocando no centro do debate a estratégia democrático-popular e a forma pela qual ela responde a uma leitura específica da formação social brasileira. Esperamos ter encontrado nesse capítulo uma chave interpretativa possível para dar unidade a alguns elementos fundamentais desse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como captar a particularidade de nosso processo histórico sem isolá-lo do mundo ou encaixá-lo em formas acabadas e estranhas a realidade? Vimos com Schwarz (1987) que, sem ignorar nosso sentimento de atraso em relação ao centro econômico mundial, devemos buscar no próprio objeto e suas contradições os elementos que o tornam contemporâneo – procurar no pretenso “anacronismo” uma figura da atualidade e de seu andamento promissor, grotesco ou catastrófico.

A questão inicial que nos moveu até aqui foi a possibilidade de interpretar a realidade brasileira através da teoria do realinhamento eleitoral. Caso fosse possível fazer isso, qual seria então essa interpretação? Nesse duplo movimento de desconstrução da perspectiva “importada” e construção de uma concepção aclimatada à realidade brasileira, esperamos ter chegado a contribuições consistentes.

Nesse sentido, tomamos as produções de Singer (2009, 2012) sobre o PT como principal objeto de interlocução, na expectativa de rever o esquema interpretativo sobre o *lulismo* que o autor elabora. Como pintado por Singer, o *lulismo* seria fruto de um realinhamento eleitoral ocorrido em 2006, quando os mais pobres passam a votar no PT e as camaradas mais abastadas, que sufragavam tal legenda, sobretudo na região Sudeste, passam a votar no PSDB. Os principais vetores dessa transformação seriam: de um lado, as políticas públicas de transferência de renda, o aumento do salário-mínimo e o crescimento da oferta de crédito para pessoas físicas – empreendidas desde 2003 pelo governo petista –, que angariam um eleitorado mais pobre e conservador para a reeleição do governo de Lula; do outro, devido ao escândalo do chamado “mensalão” e às denúncias de corrupção, a base de renda média que votara no PT nos pleitos passados passaram a transferir seus votos ao PSDB. Eis o realinhamento.

Esse processo teria como conteúdo uma política de conciliação de classes protagonizada pelo Partido dos Trabalhadores, na qual a burguesia ganharia paz social e avanço nos lucros, enquanto os trabalhadores obteriam aumentos no salário-mínimo, créditos e políticas assistenciais. Para Singer, o *lulismo*, fruto do realinhamento, seria uma mistura *sui generis*: construir, por trás de uma política econômica ortodoxa, uma substantiva política de promoção do mercado interno, favorecendo a população de renda mais baixa. A novidade na agenda é a redução da pobreza, a nova gramática é a desenvolvimentista – recua o “partido dos trabalhadores”, funda-se o “partido dos pobres” (SINGER, 2012, p. 34).

Além disso, o *lulismo* de Singer carrega consigo uma autocontração (SINGER, 2012, p.

161), decorrente da integração dos mais pobres ao mercado de trabalho, conduzindo-o ao fim de sua própria sustentação política. Nos termos do autor, quando o subproletariado integrar-se por completo ao proletariado, o lulismo perderá sua razão política. Isso porque o lulismo é a expressão política dessa camada mais pobre e sua pauta principal é a diminuição da pobreza.

Em nossa abordagem, defendemos que o *lulismo* de Singer tem pressupostos questionáveis e que outro esquema interpretativo pode ser elaborado. A revisão que fizemos começa pelo questionamento da hipótese de que em 2006 ocorrera um realinhamento eleitoral, pois há diversos entraves a uma afirmação desse tipo. Tais entraves se concentram na própria teoria do realinhamento eleitoral e exigências para a sua aplicação direta à realidade brasileira. As premissas institucionais contidas nas elaborações teóricas estadunidenses exigem uma aclimação da teoria à realidade brasileira, principalmente no que diz respeito ao fator tempo.

A teoria do realinhamento mostra-se uma ferramenta útil para explicações de longo prazo, pois opera na busca de padrões e alterações sofridas por eles, tendo como centro a relação partido e base eleitoral. Dito isso, seria preciso, antes de afirmar a ocorrência de um realinhamento eleitoral, explicitar a existência de um padrão anterior, seus principais vetores, as alterações que ocorrem com eles e o novo padrão que se forma. O padrão anterior que Singer encontra para antes de 2006 parte do pressuposto de que os mais pobres têm um ideário conservador e que, portanto, votavam à direita: seria apenas com a experiência positiva do primeiro governo de Lula que eles vieram a alterar seu voto. A nosso ver, esse pressuposto está equivocado. Pois, em primeiro lugar, atribui-se, de forma arbitrária, um ideário conservador à camada mais pobre dos eleitores, sem se aprofundar a questão ou dar elementos suficientes que a justifique. É como se houvesse uma relação direta entre renda e ideologia, o que ignora toda a rede de relações e instituições que constituem os mecanismos de formação de tal ideário. Além disso, esse pressuposto ignora o que ocorreu na eleição de 2002, pois nesse pleito os mais pobres também votaram em Lula, e continuaram a fazê-lo em 2006. O que, então, explicaria o pleito de 2002? Ora, a votação de 2002 não pode ser explicada pela de 2006. Em outras palavras, o que foi revelado em 2006 deve estar contido em 2002, e não o contrário. Portanto, o padrão defendido por Singer, antes do pretense realinhamento em 2006, é suficientemente questionável.

A partir de um aprofundamento na teoria do realinhamento, elaboramos a hipótese alternativa do ***alinhamento eleitoral***. A nosso ver, não há uma inversão de bases eleitorais ou uma mudança de padrão nas relações entre PT e PSDB, com suas bases partidárias. Os dados eleitorais oficiais e os dados de pesquisas de opinião que levantamos permitem dizer que os vetores de crescimento do PT e do PSDB apenas se desenvolvem, com mais ou menos intensidade (a depender da região), nos sentidos que já estavam colocados pelo menos desde 2002. Sobretudo com os dados

do ESEB, podemos interpretar os processos de alinhamento da seguinte forma:

- (i) o pleito de 2002 foi o de maior polarização e mudança de posição do eleitorado brasileiro: do ponto de vista ideológico, é quando a autodeclaração ideológica tem peso na determinação do voto. Ao mesmo tempo, é nessa eleição que grande parte dos eleitores que haviam votado no PSDB, no pleito anterior, passa a sufragar o PT – o que, de maneira geral, ainda acontece, mas sem haver uma consolidação das bases eleitorais;
- (ii) o pleito de 2006 é marcado por uma dispersão ideológica, ao mesmo tempo que é a eleição com maior porcentagem de eleitores alinhados, isto é, que não alteraram o partido em que votaram quatro anos antes. Esses dados favorecem a argumentação de que não ocorreu em 2006 um realinhamento – e, ao mesmo tempo, reforçam a hipótese do alinhamento;
- (iii) os pleitos de 2010 e 2014 são marcados por um avanço mais consistente do PSDB sobre a base de eleitores do PT, sobretudo no Sudeste, assim como verifica-se uma guinada ideológica crescente à direita – enquanto o número de eleitores que se autodeclaram à esquerda estagna, o de eleitores que se autodeclaram à direita aumenta – o que inicialmente não se converte diretamente em votos para o PSDB. Por fim,
- (iv) considerando o conjunto de dados sobre os quatro pleitos analisados, podemos aventar que desde as eleições em 2002, e de forma ininterrupta, o PSDB tem se alinhado com eleitores mais escolarizados (com maior intensidade no Sudeste), enquanto o PT perfilou-se a eleitores menos escolarizado (mais concentrados no Nordeste). Nossa hipótese é que esses são os vetores do alinhamento eleitoral.

A partir dessa hipótese, podemos desconstruir a ideia de que o PT é em 2006 que o arregimenta os eleitores mais pobres, pois na verdade ele apenas avança sobre um eleitorado que já estava apto a votar nele e sobre o qual já vinha avançando, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste. Ao mesmo tempo, o PSDB direciona-se ao eleitorado mais escolarizado (que se concentra na região Sudeste) e sobre o qual também já vinha ganhando terreno. O momento político geral, dado o período relativamente curto de existências eleições presidenciais, é de consolidação do sistema partidário

junto a suas bases eleitorais. Ou seja, é o momento de estabelecimento de um padrão de relação, o qual, aliás, no exato momento em que este trabalho é produzido, encontra-se em intenso processo de transformação.

A hipótese alternativa do alinhamento atinge o coração do esquema interpretativo do *lulismo*, pois, se não há uma nova base para o PT que justifique uma nova gramática política ou alterações fundamentais nos rumos das estratégias partidárias, como interpretar o que ocorreu? Eis o segundo passo deste trabalho: erguer elementos para constituir um esquema interpretativo que avance para uma compreensão de longo prazo e que dê unidade e coerência a estratégia partidária adotada.

Nesse sentido, Singer (idem) está correto ao afirmar que o conteúdo do governo petista está calcado numa experiência de conciliação de classes na qual o Partido dos Trabalhadores é protagonista. No entanto, em vez de opor um *lulismo* a um petismo, nossa proposição sustenta que o conteúdo desse alinhamento é fruto de escolhas estratégicas do PT, e não apenas do governo Lula. Ou seja, consideramos que **o chamado *lulismo* é um desdobramento das estratégias do próprio petismo**. O que nos permite fazer essa afirmação é a demonstração de como as escolhas efetuadas pelo PT, em seu percurso programático e eleitoral, são comparáveis ao fenômeno da socialdemocracia, tal como foi elaborado, por exemplo, por Przeworski (1989). Pois o alinhamento, a nosso ver, é fruto de um fenômeno político amplo e que está relacionado com o desenvolvimento do sistema eleitoral brasileiro e, sobretudo, com o desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores.

Evidentemente, se comparado aos resultados das reformas elaboradas pelos partidos socialdemocratas na Europa e mesmo na experiência do Presidente Roosevelt nos Estados Unidos, como aventa o próprio Singer¹ (2012), a experiência petista é no máximo um reformismo fraco – isto é, não opera com reformas estruturais. No entanto, nosso ponto é não tomar a socialdemocracia pelos seus resultados, mesmo porque estes estão relacionados a um contexto internacional de maior tensão (a Guerra Fria) e à articulação mundial de organizações trabalhistas – que já não existem. Além disso, o contexto é tão distinto que as reformas que o governo Lula implementa no seu mandato tornam-se referência para muitos governos da América Latina e na própria Europa – que, por sua vez, experimenta durante esse início de século o desmonte das conquistas da socialdemocracia das décadas de 1970 e 1980.

Portanto, as reformas elaboradas no governo petista podem ser interpretadas como políticas socialdemocratas de um tempo no qual a polaridade da Guerra Fria se desfez e a pressão internacional sobre as elites econômicas são fracas – assim como o reformismo é tênue. Por isso, em vez de tomar a socialdemocracia pelos seus resultados, parece mais promissor entendê-la pelo

¹ Sobretudo no capítulo IV.

seu processo: como um partido nascido das organizações de trabalhadores com explícita aspiração socialista vive sua experiência democrática como frustração dessa perspectiva.

Essa é a chave que Przeworski nos dá: o foco está na interação entre partidos e eleitores e as escolhas feitas pelas partes. Em outras palavras, é através da interação estratégica entre as duas principais partes do jogo democrático que se pode entender esse processo. A forma pela qual a democracia permite a conciliação entre as classes sociais e os limites dessa conciliação sob o sistema econômico capitalista.

O paradoxo desse processo é que, justamente quando o PT avança rumo a uma base eleitoral que corresponde a seus anseios primeiros – todos os setores da classe trabalhadora e a construção de uma hegemonia alternativa por dentro do Estado – é quando ele se metamorfoseia num partido de conciliação. Em vez do acirramento das disputas e tensões em torno de projetos distintos de sociedade, fez-se a proposição de um “Brasil de todos”. Juntamente com a gramática de combate à pobreza, destacada por Singer (2012), abre-se uma nova gramática no período petista, que é a construção ideológica da classe média. Sai o partido dos trabalhadores, nasce o partido da classe média. Assim, a contradição do processo político de conciliação do PT não está na integração dos mais pobres ao mercado de trabalho – mesmo porque, em grande medida, isso já acontece. O que ocorre é que a identidade de esquerda que marca o PT e seus eleitores, até a chegada do partido à Presidência da República, é desmobilizada para que uma nova identidade, cujo conteúdo é contrário ao anterior, seja adotada.

Nesse ponto, vale destacar a defesa deliberada e elaborada na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de um ideário da classe média – ambas as instituições estão ligadas diretamente à Presidência da República. É verdade que esse ideário já estava anunciado nas diversas declarações de Lula identificando-se com a classe média, mesmo antes de ser eleito². No entanto, no governo é que essa identidade se efetiva como política. A SAE se ocupa em produzir estatísticas sobre o crescimento da “nova classe média” e começa a pensar uma proposição econômica própria para essa nova camada, na defesa do empreendedorismo. Ao mesmo tempo, no IPEA, a alternância de seus presidentes demonstra também uma mudança nesse sentido. Inicialmente o cargo é ocupado por intelectuais ligados à história do PT, como Glauco Arbix e Márcio Pochmann – esse último reconhecido crítico da concepção de nova classe média. Posteriormente, outros intelectuais fora da trajetória do partido e ligados a uma defesa da classe média, como Marcelo Neri (sucessor de Pochmann em 2011), ocupam o cargo. Vale destaque o debate que Neri e Pochmann travaram sobre o tema. Enquanto Neri (2011) defende a nova classe média como “o lado brilhante da pirâmide social brasileira”,

² O filme *Entreatos* (2004), de João Moreira Sales, revela em diversas partes essa defesa por parte de Lula.

Márcio Pochmann (2012, 2014) crítica esse conceito, apontando que existe um mito sobre a classe média nas economias capitalistas. Para Pochmann, o que se chama de nova classe média é apenas parcela da classe trabalhadora que aumentou seu poder de consumo – e isso não se converte em empreendedorismo. De qualquer forma, não temos necessidade de entrar a fundo nesse debate; desejamos apenas destacar que a decisão de traçar uma política para “a nova classe média” parte do governo petista e está entre as escolhas estratégicas que configuram um dos eixos fundamentais da frustração da experiência socialdemocrata desse projeto.

Uma hipótese que precisaria ser testada, e talvez inspire pesquisas futuras, é de que existe relação entre as políticas de Estado promovidas pelos governos petistas e as transformações que verificamos no espectro ideológico. Se essa conexão de fato existe, a propaganda e os discursos do primeiro mandato de Lula podem ser fator explicativo de como um governo eleito em 2002, pelo voto ideológico, produz uma dispersão da ideologia com a qual compactuavam aqueles que o elegeram. E vai além: como a continuidade desse governo faz diminuir os eleitores que se identificam com a esquerda e aumentar os que se alinham à direita? Estaria o ideário de classe média promovido pelo próprio governo petista relacionado a essa guinada à direita de seus eleitores? Eis perguntas para futuras investigações sobre essa experiência.

Encerrando o esquema interpretativo proposto, destacamos que a contradição que leva à destruição da identidade produzida para se chegar a presidência se agrava e se revela nas crises econômicas. Pois é nessas crises que fica claro a impossibilidade de manutenção do pacto de classes realizado num momento de bonança da economia. As manifestações ocorridas em 2013 já haviam revelado o abismo produzido entre as bases eleitorais e o governo eleito. A sequência dos acontecimentos é o tensionamento desse mesmo processo, até o desencontro dramático: o PT pede ao seu eleitorado uma identidade que foi destruída por ele mesmo. Evidentemente, nesse momento, trata-se de um jogador com pouca força para dar a resposta que precisava para um processo de *impeachment*. O ciclo socialdemocrata se fecha, e um novo período com tons conservadores se abre.

Por fim, se considerarmos as qualidades do andamento histórico próprio de nosso objeto, inspirado nas palavras de Schwarz (1987), quais sejam, “o que nas próprias contradições da política brasileira das últimas décadas revela-se de promissor, grotesco ou catastrófico”, eis nossos parágrafos finais.

Seguindo o esquema interpretativo que levantamos, temos que seu andamento promissor

está na própria atualização da experiência democrática no Brasil – sobretudo para a classe trabalhadora –, em relação aos países do centro econômico. A experiência partidária brasileira viveu seu momento de alinhamento e agora está apta para alterações de outra ordem – para realinhamentos. Ao mesmo tempo, tal experiência revelou aos que aspiravam grandes transformações sociais, os limites que a democracia, dado o jogo entre os partidos principais, tem a oferecer no sentido civilizatório.

De seu andamento grotesco, está o processo em que um governo dirigido por um dos mais notáveis partidos de esquerda da América Latina, termina por ver (e protagonizar?) o aumento do eleitorado que se autodeclara à direita do espectro ideológico – dado que reflete muito bem as crescentes manifestações da direita em 2016. Processo esse que não está longe de movimentos semelhantes por todo o mundo, como é o crescimento eleitoral da direita na Europa e Estados Unidos, proporcionando um tensionamento mais radicalizado, homofóbico e xenofóbico que, quando pode, desmonta as parcas conquistas civilizatórias dentro de uma constituição econômica capitalista. É possível aventar a hipótese de que há uma direita que se organiza sem uma correspondente força de esquerda que acompanhe esse movimento.

Por fim, do seu andamento catastrófico, está o fato de o alinhamento, que é sintoma de avanço rumo uma consolidação do próprio sistema partidário e democrático, poder sofrer um abalo sísmico reacionário, invertendo-se seu polo, de promissor para catastrófico. Isto é, além das derrotas dos pequenos avanços civilizatórios que podem ocorrer a partir da derrocada do PT e o avanço via *impeachment* de um projeto conservador, o próprio jogo democrático pode ser colocado em xeque – não como apontamento de uma sociedade de patamar superior, mas como retrocesso.

Ironicamente, a “maldição de Lavareda”, uma simples proposição teórica, adquire proporções históricas. A crítica de Lavareda ao uso no Brasil da teoria do realinhamento é que tal teoria só poderia ter um sentido vago – afinal, não é possível realizar no país uma análise de longo prazo para a relação entre partido e base eleitoral, pois o que nos falta é justamente o longo prazo. Pois então, passados mais de cinquenta anos dessa elaboração, se tal crítica ainda permanecer válida, agora ela deixa de ser apenas apontamento teórico e se converte num drama político e social.

Todavia, esse é o momento em que um teórico do realinhamento eleitoral se perguntaria: ocorrerá um ajustamento das instituições democráticas às tensões produzidas pela estrutura socioeconômica? Como vimos, isso não ocorre de forma mecânica, mas quando parte majoritária do eleitorado está ameaçada economicamente e responde alterando o voto e modificando os padrões que estavam colocados anteriormente. Será que no Brasil a própria forma como a democracia se perpetua forja um sistema capaz de absorver as insatisfações gerais do eleitorado e, transformando seu padrão de funcionamento, adapta-se a uma nova situação econômica – mais escassa ou mais

abundante de recursos – realinhando os partidos com as frações do eleitorado? Seria possível uma renovação programática para as organizações dos trabalhadores? Eis nossa atualidade.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, O. E. do et RIBEIRO, P. F. Revista de Sociologia Política, v. 23, n. 56, p. 107-123, dez. 2015.
- ANDERSON, P. “O Brasil de Lula”. Novos Estudos, n. 91, novembro, p. 23-51, 2011.
- ARQUER, M. *O Voto em Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010*. Paraná Eleitoral: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política. V.2, No.3, p. 415-440.
- ARRETCHE, M. (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Edito Unesp, 2015.
- BARRY, B. *Sociologists, Economists and Democracy*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1970.
- BERG, J. C. “The Debate over Realigning Elections: Where Do We Stand Now?” *Paper* apresentado no encontro anual de *North Eastern Political Science Association*, Crowne Plaza Hotel, Philadelphia, PA, Nov 06, 2003. <http://www.allacademic.com/meta/p89598_index.htm>. Acessado em abril de 2013.
- BRAGA, R. *A política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boi Tempo, 2012.
- BURNHAN, W. D. *Critical Election and the Mainsprings of American Politics*, New York: Norton, 1970.
- _____. Periodization Schemes and "Party Systems": The "System of 1896" as a Case in Point. *Social Science History*. Vol. 10, No. 3, out. 1986.
- CARREIRÃO, Y. de S. “Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006”. *Opinião Pública*, vol. 13, n.2, 2007, p. 307-339.
- COEHN, G. A. *Karl Marx's theory of history: a defense*. New Jersey: Princeton University Press, 2001.
- DOWNS, A. *An Economic Theory of Political Action in a Democracy*. The Journal of Political Economy, vol. 65, issue 2, p. 135-150, abril, 1957.
- _____. *An Economic Theory of Democracy*, Harper and Row, New York, 1958.
- _____. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- DUVERGER, M. *Party Politics and Pressure Groups: A Comparative Introduction*. New York. Thomas Y. Crowell, 1972.
- ELSTER, J. *Marxism, Functionalism, and game theory*”, *Theory and Society*, 11 (4), p. 453-482, 1982.
- ENTREATOS: Lula a 30 dias do Poder, Direção: João Moreira Sales, 1 DVD (117 m).
- EWING, C. A. M. *Presidential Elections: From Abraham Lincoln to Franklin D. Roosevelt*. Norman: University of Oklahoma Press, 1940.
- FERNANDES, F. *Nova República?*. São Paulo: Jorge Zahar, 1986.

- GUARNIERI, F. “Comportamento eleitoral e estratégia partidária nas eleições presidenciais no Brasil (2002-2010)”. *Opinião Pública*, vol. 20, n. 2, agosto, 2014, p. 157-177.
- _____. “Voto estratégico e coordenação eleitoral: testando a Lei de Duverger no Brasil. *Rev. bras. Ci. Soc.* (???) [online]. 2015, vol.30, n.89, pp.77-92.
- HALZHACKER, D. O. e BALBACHEVSKY, E. “Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006”. *Opinião Pública*, vol. 13, n. 2, p. 283-306, 2007.
- HOLCOMBE, A. N. *The Political Parties of To-Day: a study in republican and Democratic Politics*. New York: Harper and Brothers, 1925.
- _____. *The New Party Politics*. New York: Norton, 1933.
- HUNTER, W. and POWER, T. J. “Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Election of 2006. *Latin American Politics and Society*, vol. 49, no. 1, 2007.
- IASI, M. L. *As metamorfoses da consciência de classe. O PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. “Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora”. In: SALVADOR, E. et al. (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.
- KEY, Jr., V. O. “A Theory of Critical Elections”. In: *The Journal of Politics*, vol. 17, no.1, fev. 1955.
- _____. “Secular Realignment and the Party System”. In: *The Journal of Politics*, Vol. 21, Issue 2, 1959.
- _____. *The Responsible Electorate: Rationality in Presidential Voting, 1936-1960* [cidade?] Belknap Press, 1966.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- LIMONGI, F. e CORTEZ, R. “As Eleições de 2010 e o quadro partidário”. *Novos Estudos*, n.88, dez. 2010.
- LIMONGI, F. e GUARNIERI, F. “A Base e os Partidos: as eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização”. *Novos Estudos*, n. 99, p. 5-24, julho, 2014.
- LIMONGI, F. e GUARNIERI, F. “Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil”. *Opinião Pública*, v. 21, n. 1, abril, 2015, p. 66-89.
- LUXEMBURGO, R. *Greve de massas, partido e sindicatos*. São Paulo: Kairós, 1979.
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Nova Cultura, 1988.
- MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- MARZAGÃO, T. “A dimensão geográfica das eleições brasileiras”. *Opinião Pública*, v. 19, n. 2, novembro, p. 270-290, Campinas, 2013.
- MAYHEW, D. R. *Electoral Realignments: A Critique of an American Genre*. Yale University

Press, Yale, 2002.

MELO, C. R.. *The 2014 Elections and the Brazilian Party System*. Journal of the Brazilian Political Science Association, v.9, n.1, pp. 93-114, 2015.

NÉRI, M. C. *A nova classe média: o lado brilhante da pirâmide social brasileira*. Rio de Janeiro, FGV/IBRE, CPS, 2008.

NICOLAU, J. “Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória”. *Opinião Pública*, vol. 20, n. 3, dezembro, 2014, p. 311-325.

OPINIÃO PUBLICA [online]. 2011, vol.17, n.2, pp. 516-540.

PAULSON, A. *Electoral Realignment and the Outlook for American Democracy*. Boston: Northeastern University Press, 2007.

PIRISSINOTTO, R. M. “Marxismo e Ciência Social: Um balanço crítico do marxismo analítico”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 25, n. 73, p. 113-177, junho, 2010.

POCHMANN, M. *A nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *O Mito da Grande Classe Média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PRADO Jr, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1969

_____. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e Social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

QUADROS, W. “A evolução recente da estrutura social brasileira”. *Texto para Discussão*. IE/UNICAMP, Campinas, n 148, nov. 2008.

RENNO, L. e CABELLO, A. “As bases do Lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico e não alinhamento?”. *Revista Brasileira Ciências Sociais*, vol. 25, n. 74, out. 2010.

RICUPERO, B. *Caio Prado Jr. e a Nacionalização do Marxismo no Brasil*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, Fapesp; Editora 34, 2000.

ROCHA, A. S. C. *Orçamento Público, Interesses Privador? Deputados, Emendas e o “Personal Vote” no Brasil, 1995-1998*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2002.

ROSENOF, T. *Realignment: the theory that changed the way we think about American politics*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc. 2003.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SAMUELS, D. “As bases do Petismo”. *Opinião Pública*, vol. X, n. 2, outubro, p. 221-241, 2004.

_____. “A Evolução do Petismo”. *Opinião Pública*, vol. 14, n. 2, novembro, p. 302-318, 2008.

SCHANTZ, H. L. *Realignment Before V. O. Key Jr.* . In Annual convention of Southern Political

Science Association. Atlanta, 1998.

_____. *American Presidential Elections: Process, Policy, and Political Change*. SUNY Press, 1996.

SCHATTSCHNEIDER, E. E. *The Semisovereign People: A Realist's View of Democracy in America*. New York: Holt, Rinehart, and Winston, 1960.

SCHWARZ, R. “Nacional por subtração”. In: _____. *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SECCO, L. *História do PT*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

SHAFFER, B. E. *The end of Realignment? Interpreting American Electoral Eras*. Wisconsin: Madison University and Wisconsin Press, 1991.

SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”. In *Novos Estudos*, no 85, nov. de 2009.

_____. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, P. *Dominação e Desigualdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

SOARES, G. A. D. e TERRON, S. L. “Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)”. *Opinião Pública*, vol. 14, n. 2, novembro, p. 269-301, Campinas, 2008.

SOUZA, A. e LAMOUNIER, B. *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos*. Paz e Terra, 1975.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

SUNDQUIST, J. L. *Dynamics of the Party System: Alignment and Realignment of Political Parties in the United States*. Washington, D.C.: Brookings Institution, 1973

TERRON, S. L. e SOARES, G. A. D. “As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 16, n. 2, novembro, p. 310-337, 2013.

ZUCCO, C. Jr. *The Presidents 'New' Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 presidential election*. *Journal of Latin American Studies*, vol. 40, n. 1, p. 29-49, fevereiro, 2008.

_____. *When Payouts Pay Off: Conditional Cash-transfers, Clientelism, and Voting Behavior*. *American Journal of Political Science*, vol. 47, n. 3, 2013.

_____. *The Impacts of Conditional Cash Transfers in Four Presidential Elections (2002-2014)*. *A Journal of the Brazilian Political Science Association*. Vol. 9, n.1, p. 135-149, 2015.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*, São Paulo: Paz e Terra, 2003.